

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O COLÉGIO ESTADUAL MÁRIO DE ANDRADE DE FRANCISCO BELTRÃO:
DA FUNDAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO NA FORMAÇÃO SECUNDÁRIA
ENTRE 1964 E 1982**

ALISSON FERNANDO SEVERGNINI

Francisco Beltrão – PR
2020

ALISSON FERNANDO SEVERGNINI

**O COLÉGIO ESTADUAL MÁRIO DE ANDRADE DE FRANCISCO BELTRÃO:
DA FUNDAÇÃO À CONSOLIDAÇÃO NA FORMAÇÃO SECUNDÁRIA
ENTRE 1964 E 1982**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. André Paulo Castanha

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Severgnini, Alisson Fernando

O Colégio Estadual Mário de Andrade de Francisco Beltrão : da fundação à consolidação na formação secundária entre 1964 E 1982 / Alisson Fernando Severgnini; orientador(a), André Paulo Castanha, 2020.
157 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Colégio Estadual Mário de Andrade. 2. Francisco Beltrão-PR. 3. História da Educação Local. 4. Ensino secundário. I. Castanha, André Paulo . II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALISSON FERNANDO SEVERGNINI

TÍTULO DO TRABALHO: O COLÉGIO ESTADUAL MÁRIO DE ANDRADE DE FRANCISCO BELTRÃO: DA FUNDAÇÃO A CONSOLIDAÇÃO NA FORMAÇÃO SECUNDÁRIA ENTRE 1964 E 1982

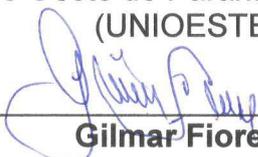
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa 02: Sociedade, Conhecimento e Educação, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestre em Educação ao autor.

COMISSÃO EXAMINADORA



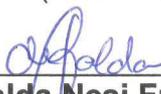
André Paulo Castanha (Orientador)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)



Gilmar Fiorese

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)



Mafalda Nesi Francischett

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)



Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia
Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS)

Francisco Beltrão, 23 de junho de 2020

Dedico a minha família, meu pai Angelo Severgnini, minha mãe, Marilei Terezinha Padilha Severgnini, minha esposa, Tânia Zamadei Severgnini, e minha filha, Helena Maria Severgnini

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pelo dom da vida, pela família que me deu e pela oportunidade de trabalhar com algo tão especial e significativo quanto à educação.

Um agradecimento especial para meu orientador, o Prof. Dr. André Paulo Castanha, pelo empenho, paciência e pelos inúmeros ensinamentos que me proporcionou durante a realização desta pesquisa.

Agradeço também aos professores membros da banca, Prof. Dr. Gilmar Fiorese, Profa. Dr^a. Mafalda Nesi Francischett, Prof. Dr. Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia, pelos importantes apontamentos e pelas valiosas contribuições.

Meu agradecimento à direção e à equipe da Secretaria do Colégio Estadual Mário de Andrade, por terem autorizado e acompanhado o levantamento dos dados junto à documentação do Colégio.

A todos os professores e colegas do Mestrado, pelos conhecimentos transmitidos, pelos debates e pela amizade conquistada durante o curso.

Agradeço também aos entrevistados, que, com atenção e carinho, contribuíram com seus importantíssimos relatos orais, permitindo que fosse possível escrever capítulos da história do CEMA que só estavam em suas memórias.

Ao professor Deonísio da Silva, por responder ao nosso contato, falar sobre sua passagem pelo CEMA e contribuir com sua história para as reflexões desta pesquisa.

Ao jornalista Ivo Pegoraro, pela disponibilidade em me receber e procurar, pessoalmente, nos arquivos do Jornal de Beltrão, dados que contribuíram significativamente para a análise crítica de elementos deste estudo.

À minha esposa, Tânia Zamadei Severgnini, pelo incentivo e pela ajuda em todos os momentos de estudo e de sistematização dos dados, sem sua ajuda, esta jornada teria sido muito mais difícil.

À minha filha, Helena Maria Severgnini, por ser o motor que move e inspira todo o trabalho e esforço realizado por mim.

Aos familiares e amigos, que motivaram e contribuíram de várias formas para que este trabalho fosse realizado.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização desta pesquisa.

História das instituições escolares é memória que se reconstrói pelo poder de perpetuação de suas bases; mas é fundamentalmente, história narrada a partir da crítica ao monumento, marca de poder de uma época, de uma sociedade (WERLE, 2004. p. 21).

SEVERGNINI, Alisson Fernando. **O Colégio Estadual Mário de Andrade de Francisco Beltrão: da Fundação à Consolidação na Formação Secundária entre 1964 E 1982**. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2020.

Resumo: Esta pesquisa está articulada à Linha de Pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e teve, como foco, a História do Colégio Estadual Mário de Andrade (CEMA) de Francisco Beltrão, de sua fundação à consolidação como instituição de formação secundária entre os anos de 1964 e 1982. O problema/objeto de pesquisa constituiu-se em analisar quais foram as motivações para a implantação do ensino de nível secundário em Francisco Beltrão. Como se deu o processo de criação, funcionamento e organização da instituição? Como o Colégio lidou com as legislações da época e com o regime cívico-militar que ocorreu em meio às suas atividades? Quais cursos ofereceu? Que parcerias firmou? Qual seu impacto no desenvolvimento econômico e social da região? Nosso objetivo, portanto, foi compreender/analisar a história do CEMA nesta trajetória, elucidando as questões enunciadas. A pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva dialética, explorando fontes bibliográficas, documentais e orais. As entrevistas com ex-professores e ex-diretores, articuladas às fontes bibliográficas e documentais revelaram como se deu, na prática, o processo de organização da instituição, as parcerias com outras instituições escolares, como o Colégio organizou seus cursos, seus currículos, o número de matrículas recebidas etc. A partir da análise dos dados, concluímos que o CEMA foi de extrema importância para o desenvolvimento educacional de Francisco Beltrão, tendo sido referência no ensino de nível secundário, tanto de grau ginásial, como colegial. O CEMA foi, por muitos anos, a única instituição pública a oferecer o ensino de grau médio, nas modalidades de educação geral e técnico-profissionalizante. Muitos alunos do CEMA encontraram, em suas carteiras, o caminho para o ensino superior e para o mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Colégio Estadual Mário de Andrade, Francisco Beltrão-PR, História da Educação Local, Ensino secundário, Educação Pública.

SEVERGNINI, Alisson Fernando. **The Mário de Andrade State School of Francisco Beltrão: from the Foundation to Consolidation in Secondary Education between 1964 and 1982.** 157 f. Dissertation (Master's) - Master's Program in Education, State University of Western Paraná, Francisco Beltrão, 2020.

Abstract: This research is linked to the Society, Knowledge and Education Research Line of the Postgraduate Program in Education, at the State University of Western Paraná, and focused on the History of the State School Mário de Andrade (CEMA) by Francisco Beltrão, from its foundation to consolidation as a secondary education institution between 1964 and 1982. The problem / object of research was to analyze what were the motivations for the implantation of secondary education in Francisco Beltrão. How did the institution create, function and organize? How did the College deal with the laws of the time and the civic-military regime that occurred in the midst of its activities? What courses did you offer? What partnerships have you entered into? What is its impact on the region's economic and social development? Our objective, therefore, was to understand / analyze the history of CEMA in this trajectory, elucidating the issues raised. The research was developed from a dialectical perspective, exploring bibliographic, documentary and oral sources. Interviews with ex-teachers and ex-directors, linked to bibliographic and documentary sources, revealed how, in practice, the institution's organization process took place, partnerships with other school institutions, how the College organized its courses, its resumes, the number of enrollments received, etc. From the analysis of the data, we concluded that CEMA was extremely important for the educational development of Francisco Beltrão, having been a reference in secondary education, both junior and high school. CEMA was, for many years, the only public institution to offer secondary education, in general and technical-professional education modalities. Many CEMA students found, in their portfolios, the path to higher education and the job market.

Keywords: Mário de Andrade State School, Francisco Beltrão-PR, History of Local Education, Secondary Education, Public Education.

IMAGENS

Imagem 1 – Família Vinda do Sul do Brasil para o Sudoeste Paranaense – (Década de 1940)	27
Imagem 2 – Posseiros reunidos em 10 de outubro de 1957	29
Imagem 3 – Posseiros reunidos em 10 de outubro de 1957	30
Imagem 4 – Papéis dos escritórios das Companhias, jogados nas ruas de Francisco Beltrão, em outubro de 1957	30
Imagem 5 – Safra de porcos na região de Francisco Beltrão - (Década de 1940)	33
Imagem 6 – Tropa de porcos pronta para a viagem na região de Francisco Beltrão - (Década de 1940)	33
Imagem 7 - Padaria Santo Antônio em Francisco Beltrão – (Década de 1950)	35
Imagem 8 - Serraria Irmãos Marcello em Francisco Beltrão - (Década de 1950)	36
Imagem 9 - Máquina a vapor sendo instalada em uma madeireira localizada no município de Enéas Marques – PR - (Década de 1950)	36
Imagem 10 - Caminhão modelo Ford F8 – Utilizado para o transporte de Madeira – (Década de 1960)	38
Imagem 11 - Veículo Utilizado para o transporte de combustível – (Década de 1960)	38
Imagem 12 - Venda de Tecidos na Loja Massarollo em Francisco Beltrão – 1978	41
Imagem 13 – Casa onde funcionou a primeira escola de Francisco Beltrão e as professoras pioneiras Irene de Freitas e Italina Zancan	46
Imagem 14 – Escola número 13, localizada em um galpão de madeira lascada, de chão batido na comunidade do Jacutinga. Seu primeiro professor foi Palcius Schmitz – (Década de 1950)	47

Imagem 15 – Primeira casa construída com a finalidade de ser escola, em 1953	47
Imagem 16 – Cinema do Júlio Nacke, um dos locais utilizados pelas Irmãs como sala de aula – (Década de 1950)	50
Imagem 17 – Castelo da Floresta, prédio próprio construído com a ajuda da CANGO. Passou a funcionar a partir de 2 de fevereiro de 1956	51
Imagem 18 – Valtrudes Silveira Neto e Elaine Schmidt Neto em janeiro de 2020	67
Imagem 19 - Diploma de Regente de Ensino da professora Neide Maria Ferreira de 1963	71
Imagem 20 - Verso do Diploma de Ensino da professora Neide Maria Ferreira	71
Imagem 21 - Capa do livro “ <i>Orelhas de Aluguel</i> ”, escrito por Deonísio da Silva	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População urbana, rural e total de Francisco Beltrão entre as décadas de 1960 e 1991	44
Quadro 2 – Grade Curricular das turmas do Curso Ginásial de 1969	115
Quadro 3 - Relação de turmas n. de alunos matriculados e não concluintes do Curso Ginásial, do CEMA, de 1969 – 1974	121
Quadro 4 - Relação de turmas e n. de alunos matriculados no curso de 1º grau, 5ª a 8ª séries do CEMA entre 1974 e 1982	123
Quadro 5 – Relação de turmas, n. de alunos matriculados e não concluintes do Curso Científico, do CEMA entre 1971 e 1979	124
Quadro 6 - Grade Curricular das turmas do Curso Científico de 1971 a 1973	126
Quadro 7 – Relação de turmas, n. de alunos matriculados e não concluintes do Curso Técnico em Contabilidade, do CEMA entre 1978 e 1982	129
Quadro 8 - Grade curricular das turmas do Curso Técnico em Contabilidade de 1978 a 1980	130
Quadro 9 – Relação de turmas, n. de alunos matriculados e não concluintes do Curso Técnico de Auxiliar de Escritório, do CEMA entre 1978 e 1982	132
Quadro 10 - Grade curricular das turmas do Curso Técnico de Auxiliar de Escritório de 1978 a 1980	133
Quadro 11 – Relação de turmas, n. de alunos matriculados e não concluintes do Curso Técnico de Magistério, do CEMA entre 1978 e 1982	134
Quadro 12 - Grade curricular das turmas do Curso Técnico de Magistério de 1978 a 1980	135

LISTA DE DOCUMENTOS

Documento 1 - Currículo Vitae do professor Deonísio da Silva de 1973	80
Documento 2 – Declaração feita pela diretora do Colégio Estadual Mario de Andrade na época, Irmã. Bárbara Zimmermann de agosto de 1974	86
Documento 3 – Atestado assinado pela diretora da Escola Colegial Estadual “Regina Mundi”, Maria de Lourdes de A. da Silveira de agosto de 1974	87
Documento 4 – Declaração assinada por Ivete Accioly R. da Costa, inspetora do Ensino Médio de agosto de 1974	88
Documento 5 - Esquema de Formação do 1º Complexo de Francisco Beltrão de 1973	105
Documento 6 – Parecer 104 de 1969 do Conselho Estadual de Educação – Câmara de Ensino Médio	118
Documento 7 – Parecer 11 de 1972, do Conselho Estadual de Educação - Câmara de Ensino do 2º grau	118
Documento 8 – Parecer 186 de 1977, processo número 491 de 1977	119

GRÁFICO

Gráfico 1 – População total, urbana e rural no Sudoeste do Paraná entre os anos de 1960 e 1991	43
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - FRANCISCO BELTRÃO NO CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	23
1.1. As disputas que caracterizaram a região Sudoeste do Paraná	24
1.2. Aspectos do Desenvolvimento Econômico da região Sudoeste nas décadas de 1960 a meados de 1980	32
1.3. Os Primeiros Passos da Educação na Região Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão	44
1.4. Outras instituições escolares estaduais implantadas no município de Francisco Beltrão no recorte da pesquisa	51
CAPÍTULO II - O COLÉGIO ESTADUAL MÁRIO DE ANDRADE NO CONTEXTO DO REGIME CIVIL-MILITAR	56
2.1. As bases legais para a organização do ensino secundário	57
2.2. A fundação e implantação do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão	62
2.3. Expressões do regime militar na educação secundária em Francisco Beltrão: O caso do professor Deonísio da Silva	75
2.4. O 1º Complexo Educacional de Francisco Beltrão	100
CAPÍTULO III - FORMAÇÃO SECUNDÁRIA NO CEMA: BASES CURRICULARES E NÍVEIS DE FORMAÇÃO	110
3.1. Bases curriculares do Paraná para o ensino secundário e suas implicações para o Colégio Estadual Mário de Andrade	111
3.2. Análise das turmas de grau ginásial e colegial de nível técnico no Colégio Estadual Mário de Andrade entre os anos de 1969 e 1982	120
3.3. - A Lei 7.044/82 e suas mudanças no ensino profissionalizante de 2º grau	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	153

INTRODUÇÃO

O Colégio Estadual Mário de Andrade - CEMA - é uma instituição educacional estabelecida no município de Francisco Beltrão, estado do Paraná. Fundada no ano de 1964 com o nome de Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, com o objetivo de expandir as oportunidades de ensino para níveis mais avançados na região.

A instituição surgiu como consequência do processo de ocupação, desenvolvimento econômico, comercial e social, e ao mesmo tempo tornou-se promotora do desenvolvimento e crescimento da região. Esta pesquisa buscou construir parte da história da instituição, objetivando preencher espaços da sua trajetória que ainda não foram efetivamente compreendidos e explicados.

O interesse por esta pesquisa surgiu de nossa atuação no magistério da rede municipal de ensino de Francisco Beltrão. De acordo com a Proposta Pedagógica Curricular da rede municipal de ensino (2012), as turmas do 2º ciclo do Ensino Fundamental I (4ª e 5ª série/ano) deveriam estudar os aspectos históricos e educacionais que formaram nossa sociedade e nossa cultura local.

Esta atividade chamou-nos a atenção para grande carência que havia no que diz respeito a trabalhos voltados para a história da educação local. Algumas pesquisas e levantamentos proporcionaram-nos a percepção sobre os períodos históricos com maiores e menores lacunas de informações sistematizadas.

Contatos diretos com representantes das escolas, do memorial histórico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Núcleo Regional de Educação levaram-nos à constatação de que pouco, ou quase nada, se tinha sobre o início dos trabalhos voltados ao ensino secundário em nosso município, seja por escola pública ou privada. Constatamos também que muitas fontes documentais perderam-se ou foram descartadas por falta de espaço para arquivamento ou por serem consideradas velhas e “sem relevância”.

Pensando em contribuir para a recuperação/preservação de parte da história da educação, ainda não contada, estabelecemos nosso objeto de estudo, o Colégio Estadual Mário de Andrade, instituição pioneira no ensino secundário público e cuja relevância social e educacional é notória para o município de Francisco Beltrão e para a região Sudoeste do Paraná.

A história do CEMA está atrelada ao desenvolvimento regional e, para compreendermos o processo que contribuiu para o surgimento e consolidação desta instituição escolar na cidade de Francisco Beltrão, necessitamos estudar as disputas de terras ocorridas na região, entre companhias de terras e posseiros.

Além de dados históricos, acompanhamos também os dados estatísticos populacionais da região Sudoeste do Paraná nas décadas do recorte da pesquisa. O crescimento populacional impulsionou o avanço comercial e industrial da região, especialmente de Francisco Beltrão, fazendo com que o município ampliasse sua oferta educacional. Neste sentido, investigamos os primeiros passos e as primeiras iniciativas escolares no município, e ainda estabelecemos o cenário que levou ao surgimento do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão na década de 1960.

Entrando no estudo específico da Instituição, analisamos as características históricas e legislativas que figuraram o cenário da época, bases da educação nacional, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, e da lei do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, Lei 4.978, de 5 de dezembro de 1964. Relacionando a história local com estes dados, procuramos entender as lacunas que faltavam no histórico educacional de Francisco Beltrão e do CEMA.

Também organizamos e estudamos os documentos do Conselho Estadual de Educação e suas definições sobre os currículos do ensino secundário na década de 1960, por meio da resolução n. 26, de 7 de dezembro de 1965, relacionando estes dados com a compilação e análise de dados das turmas de nível secundário ginásial, colegial científico e técnico do CEMA no período da pesquisa. Por fim, perscrutamos também a Lei 7.044, de 18 de outubro de 1982, que desobrigou o ensino profissionalizante de 2º grau a partir de então.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender/analisar a história do CEMA desde sua fundação até o início da década de 1980, olhando com especial atenção para alguns pontos específicos de sua trajetória na conjuntura do desenvolvimento educacional do município de Francisco Beltrão.

Um deles foi compreender o cenário que levou à fundação da instituição, observando o contexto histórico de disputas e desenvolvimento da região, bem como os primeiros esforços educativos implementados na localidade.

Outro objetivo foi elucidar elementos da fundação do Colégio. Por exemplo: Como aconteceu? Quais os personagens envolvidos? Quem foram os primeiros diretores e como se dava a organização do Colégio? Ademais, buscamos compreender a relação público-privada que a instituição estabeleceu com as Irmãs Escolares de Nossa Senhora e como o CEMA passou pelo período do regime militar, abordando também os aspectos legais norteadores da educação no período.

Por fim, outro ponto que objetivamos elucidar foi a relação da instituição com as normativas curriculares do Conselho Estadual de Educação e com a lei que desobrigou o ensino profissionalizante, bem como isto se deu na prática, mediante o levantamento de dados sobre as turmas do CEMA. Também refletimos sobre a evasão escolar, em especial, dos alunos do período noturno.

O recorte histórico de nosso objeto iniciou-se com a Fundação da Instituição em 1964, na época, denominada Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, e estendeu-se até 1982 com a promulgação da Lei 7.044, de 18 de outubro daquele ano. Ao analisar este espaço temporal, buscamos compreender momentos significativos da história da instituição, possibilitando uma leitura das bases educacionais estabelecidas para o ensino secundário em nível nacional, estadual e local.

Para a realização deste estudo, alicerçamo-nos na pesquisa documental, em estudos bibliográficos e nas fontes orais.

Mediante levantamento, análise e interpretação de fontes oficiais, buscamos formar um esboço do pensamento e das ações realizadas na época.

[...] a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo (SILVA *et.al.*, 2009, p. 4557).

Além deste cuidado hermenêutico, para não retirar de seu tempo a especificidade do conteúdo abordado nos documentos, foi preciso, também, uma análise qualitativa e crítica, entendendo que os documentos podem representar interesses daqueles que os produziram, portanto, tivemos o cuidado necessário para fazer a “[...] produção da inferência; procurar o que

está além do escrito, para que se possa chegar a interpretação das informações” (SILVA et.al., 2009, p. 4561).

Mesmo com relação a leis, portarias, decretos e outros documentos oficiais de órgãos governamentais foi necessário ter este cuidado. Segundo Castanha: “Enquanto historiador, não se pode interpretar a legislação desfocada do contexto histórico” (2013, p. 25). Além disso, de acordo com o mesmo autor:

As leis não são frutos de poderes sobrenaturais presentes no Estado, mas sim de criações humanas, pois, como afirmou Marx, “o Estado só é ativo por meio dos indivíduos”. Na ação estatal ou política, o que se destaca nos indivíduos não são as características físicas, mas, sim as sociais, políticas e coletivas, independentemente do regime de governo (CASTANHA, 2013, p. 36).

Para melhor estabelecer esta contextualização e dar voz aos personagens históricos que fizeram parte da caminhada educacional dentro do ensino secundário em Francisco Beltrão, no Colégio Estadual Mário de Andrade, também fizemos uso da História Oral, por meio de conversas e entrevistas com ex-diretores, funcionários e professores da instituição.

Mediante entrevistas gravadas, a História Oral permite realizar o registro de acontecimentos, conjunturas, modos de vida e outros aspectos da história por meio de depoimentos. Segundo Alberti,

[...] a entrevista de história oral é resíduo de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o passado. Note-se que, se chamo isso de ação é porque estou indo um pouco além da constatação inicial de que a entrevista é uma construção do passado. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias – as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra (2004, p. 35. Grifo no original).

Para Freitas (2002), o significado dos fatos destacados ou omitidos deve ser uma preocupação para o pesquisador, salientando que a quantidade de entrevistas não é mais importante que a qualidade delas.

Foi possível, por meio do uso da metodologia da História Oral, colher importantes dados que permitiram um maior preenchimento nas lacunas históricas da instituição no período recortado para a pesquisa.

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações (BAUER; GASKELL, 2002, p. 65).

Estes registros possibilitaram uma relação com as fontes documentais e entre os próprios testemunhos colhidos nas entrevistas. Segundo Meihy: “Modernamente, parte-se da premissa de que a história oral deva buscar a variação das versões” (2005, p. 55).

Ainda neste sentido:

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS E SENNA, 2011, p. 96).

Buscamos, também, levantar referências bibliográficas de outros pesquisadores locais que se debruçaram sobre a História regional em seus mais variados aspectos, sejam eles na perspectiva da educação, das disputas por terras ou do desenvolvimento econômico, comercial e industrial. Importante ressaltar que não encontramos nenhum estudo bibliográfico, com dados substanciais realizado sobre o CEMA. Esta pesquisa é a primeira dedicada à história do CEMA.

Também embasamos nossa pesquisa em informações colhidas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico – IPARDES, órgão competente e reconhecido no Estado do Paraná.

Esta pesquisa insere-se dentro da perspectiva da História das Instituições Escolares e foi desenvolvida a partir dos pressupostos da dialética. Segundo Saviani (2013), a história das instituições escolares converteu-se em uma das principais linhas de pesquisa dentro da História da Educação, sendo que a escola é a forma principal e dominante de organização educacional.

Neste sentido, observamos que entender o processo histórico de construção material e social das instituições escolares ajuda-nos a compreender as relações de trabalho e significação da instituição escolar como propulsora de transformação e luta por autonomia e emancipação social.

Além disso, o resgate desta memória permite a reflexão sistematizada das práticas educativas e pedagógicas e sua análise crítica e dialética com relação aos modelos institucionais atuais. Segundo Saviani:

Propor-se a reconstruir historicamente as instituições escolares brasileiras implica admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos, mas também necessitamos conhecer (2013, p. 28).

Neste sentido, o objeto de nossa pesquisa torna-se extremamente importante para a construção da memória educacional do município de Francisco Beltrão e para a compreensão de aspectos relevantes da formação e constituição da sociedade beltronense.

A dialética, enquanto concepção epistemológica de pesquisa, forneceu-nos o suporte metodológico necessário para entender as categorias envolvidas neste estudo. Não apresentamos uma mera descrição, mas buscamos fazer relações com fontes documentais e orais, permitindo ao leitor visualizar os aspectos sociais da época e como a instituição esteve inserida naquela realidade.

Ao pesquisarmos o Colégio Estadual Mário de Andrade e o ensino secundário em Francisco Beltrão, revisitamos a própria história do município e suas primeiras instituições educativas, vivenciamos as lutas e as dificuldades encontradas pelos posseiros que chegaram aqui a partir da década de 1940, em busca de terras e local para produzir e construir suas vidas.

A demanda educacional fez surgir as primeiras escolas primárias e, destes primeiros passos até o crescimento da cidade e a necessidade de outros níveis de escolarização, não demorou muito.

Percebemos que a história da educação e, especificamente, a história das instituições escolares em Francisco Beltrão está absolutamente ligada à prática social de seus moradores, aspecto significativo e importante para nossa pesquisa e para a concepção teórica escolhida para a análise dos dados. Como enfatizou Trivinos: “Talvez uma das ideias mais originais do materialismo dialético seja a de haver ressaltado, na teoria do conhecimento, a importância da *prática social* como critério de verdade” (1987, p. 51).

O Colégio Estadual Mário de Andrade tem, ainda hoje, relevância muito grande no cenário educacional público do município, tendo contribuído ao longo das décadas com a formação de inúmeros profissionais e possibilitado

aos habitantes de Francisco Beltrão e região a inserção educativa em diversas modalidades de ensino, desde o regular até o ensino profissionalizante.

Assim, a pesquisa embasada na dialética permitiu-nos estudar a documentação e os relatos de forma a abordar os mais diversos aspectos desta participação ativa do Colégio na formação do município e da região.

Segundo Saviani (2013), o estudo deve ser amplo e levar em consideração, também, o suporte físico da instituição, prédios, equipamentos, material didático, e mais documentações, leis, decretos, planejamentos, modelos pedagógicos, currículos, enfim, é uma análise geral e macro do Colégio. Tudo isto buscamos realizar em nossa pesquisa.

Conforme Trivinos (1987), o materialismo dialético entende que os processos e fenômenos que ocorrem no mundo são materiais, e que a matéria é anterior à consciência, portanto, o estudo desta relação do homem, do ser social, com o objeto de estudo, no caso, a instituição escolar, é fundamental para compreender a realidade, daí a necessidade de considerarmos, na análise, também os aspectos estruturais, legais e operacionais da instituição.

O caráter social da perspectiva dialética também preza muito pela compreensão da característica pública e universal do ensino, assim, tornou-se relevante, neste método, analisar as relações público-privadas que se efetivaram no decorrer da história da instituição no período, especialmente com relação ao acordo firmado com as Irmãs Escolares de Nossa Senhora, que, inclusive, ficaram responsáveis pela gestão do estabelecimento público por certo tempo.

O viés econômico estimulante e resultante desta parceria é aspecto que interessa à perspectiva adotada, sendo, também ele, causa desta escolha.

É preciso conhecer o passado para compreendê-lo e para entender os caminhos que se montam a partir daqueles fatos pretéritos. As relações e as significações das coisas têm seu fundamento na forma como foram expostas e abstraídas. Assim, para além da memória e do resgate de uma trajetória, investigar as instituições escolares no passado permite-nos um exercício de reflexão sobre nossa realidade escolar hoje.

Neste sentido, organizamos o texto em três capítulos. No primeiro, realizamos o estudo da história de Francisco Beltrão dentro do cenário do desenvolvimento regional, apresentando as lutas que marcaram a disputa pelo território do Sudoeste do Paraná, os aspectos econômicos que marcaram o

período de recorte do estudo, os primeiros passos da educação na região Sudoeste e em Francisco Beltrão e ainda um panorama das instituições de ensino criadas pelo Estado no município durante aquele período.

No segundo capítulo, estudamos o CEMA no contexto do regime – cívico-militar, compreendendo as bases legais para a organização do ensino secundário, a fundação e implantação do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão e as expressões do regime militar no ensino secundário de Francisco Beltrão a partir do caso do professor Deonísio da Silva.

No terceiro capítulo, analisamos as disposições do Conselho Estadual de Educação no que diz respeito às diretrizes curriculares para o ensino secundário no período. Realizamos levantamentos estatísticos de turmas e número de alunos que compuseram o CEMA nos cursos de nível secundário até o ano de 1982, fazendo, inclusive, uma reflexão sobre o alto índice de evasão dos alunos do período noturno e apresentamos as disposições da Lei 7.044/82, que desobrigou o ensino profissionalizante de 2º grau.

Consideramos importante ressaltar que, para realizar esta pesquisa, precisamos de dados e informações, alguns de difícil acesso, e que demandaram tempo e insistência para que nos fossem liberados. Em outras situações, deparamo-nos com a realidade do descarte dos documentos históricos, em especial, com a justificativa da falta de espaço físico para guardá-los. Felizmente, conseguimos realizar levantamentos de fontes suficientes para dar conta do objetivo deste estudo.

Convidamos agora os leitores para que continuem a leitura desta dissertação e tirem suas próprias conclusões.

CAPÍTULO I

FRANCISCO BELTRÃO NO CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste primeiro capítulo, tratamos do contexto histórico-espacial e econômico em que se encontrava a região Sudoeste do Paraná no período de recorte desta pesquisa, bem como do desenvolvimento educacional que se estabeleceu na região mediante a instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em meados da década de 1940. Assim, pretendemos estabelecer relações entre o desenvolvimento regional em que se formou o município de Francisco Beltrão e como esse processo estimulou a criação do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, que, posteriormente, se transformou no Colégio Estadual Mário de Andrade.

No primeiro tópico, caracterizamos a história da região, perpassando pelas questões de disputa pelas terras, envolvendo impasses entre Brasil e Argentina, Paraná e Santa Catarina, e/ou entre posseiros e companhias colonizadoras que atuaram na região na década de 1950. Abordamos, também, a política de colonização que trouxe muitos migrantes para a região, demarcando as características econômicas e sociais do Sudoeste do Paraná.

No segundo tópico, tratamos dos aspectos demográficos e econômicos da região e como esta desenvolveu-se entre as décadas de 1960 e 1990, no terceiro tópico abordamos os primórdios da educação na região, em especial no município de Francisco Beltrão. Também vimos as ações educacionais promovidas pela CANGO após sua instalação no final da década de 1940.

Além disso, mostramos aspectos relevantes do ensino privado em Francisco Beltrão, estabelecido pelas Irmãs Escolares de Nossa Senhora na década de 1950, o qual, posteriormente, teve grande relevância para o desenvolvimento do Colégio Estadual Mário de Andrade. Por fim, analisamos outras instituições escolares estaduais implantadas no município de Francisco Beltrão.

Para construir este capítulo, utilizamos referencial bibliográfico como estudos de pesquisadores locais, bem como jornais e acervos documentais fornecidos pelo memorial histórico do município de Francisco Beltrão e de dados estatísticos do IPARDES e IBGE.

1.1. As disputas que caracterizaram a região Sudoeste do Paraná

De acordo com Abatti (2016), a região Sudoeste do Paraná foi formada por meio de uma série de conflitos, estabelecidos como sendo os mais complexos da região sul do Brasil. O território, a princípio, era disputado entre Brasil e Argentina e, portanto, ficava desintegrado das outras regiões do país.

Segundo o mesmo autor, o impasse internacional ficou conhecido como “Questão de Palmas” ou “Questão das Missões”, e foi resolvido no ano de 1895, quando o então presidente norte americano, Grover Cleveland deu julgamento favorável ao Brasil¹. No entanto, este período de disputa deixou a região, por algum tempo, sem a devida atenção, mediante a incerteza de sua real competência internacional.

Resolvido o primeiro impasse, a região ainda ficou sem uma localização político-administrativa bem definida, visto que teve início a disputa entre Paraná e Santa Catarina no conflito conhecido como Contestado, só resolvido em 20 de outubro de 1916, quando foram delimitadas as fronteiras entre Paraná e Santa Catarina e, oficialmente, a região passou a ser reconhecida como Sudoeste Paranaense (ABATTI, 2016).

As divergências sobre as divisas regionais vêm desde o Brasil – Colônia. Inicialmente a região era disputada por São Paulo e Santa Catarina, principalmente a partir da fundação de Lages por Morgado de Mateus, no ano de 1776. A partir de 1853, quando foi criada a Província do Paraná, a disputa continuou entre o Paraná e Santa Catarina. As duas províncias brasileiras reivindicaram a posse dessa rica e fértil região. Foi uma disputa longa. [...] Depois da Guerra do Contestado, os dois Estados assinaram o acordo de fronteira no dia 20 de outubro de 1916 (LAZIER, 1998, pg. 23).

Depois de tanto tempo sem a devida atenção, e sendo uma região de fronteira, o Sudoeste do Paraná chamou a atenção do Governo Federal, que

¹ Segundo Cardoso (2011), a posse de uma região dava-se por ocupação e posterior povoamento. Brasil e Argentina acabaram herdando os litígios das colonizações espanholas e portuguesas, entre as quais estava o território das missões, aldeamentos indígenas organizados pelos missionários da Companhia de Jesus. Em 25 de Janeiro de 1890, de acordo com Lacerda (2018), Quintino Bocaiúva, como ministro do Exterior do Governo Provisório Brasileiro, assinou o tratado de Montevideú, dividindo o território meio a meio com a Argentina. Conforme demonstrou o mesmo autor, o território que compreende o Sudoeste Paranaense teria ficado para o país argentino. No entanto, a Câmara dos deputados recusou o acordo em 10 de Agosto de 1891. Os governos de Brasil e Argentina decidiram que o impasse seria julgado em tribunal internacional, pelo arbitramento do presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland. Entre os membros do comitê em defesa da causa, estava o Barão de Rio Branco, Dionísio Cerqueira e Candido Guillobel, que fizeram pesquisas e prepararam os argumentos. “Ao que parece, a pesquisa teve o êxito esperado, confirmava-se em 1895 o laudo favorável a nação brasileira” (CARDOSO, 2011, p. 5).

viu nele a oportunidade de fortalecer seus domínios, especialmente contra a Argentina, e também de explorar a região até então desassistida.

Frente aos problemas advindos da crise econômica e política do mundo contemporâneo, ainda resquícios da grande crise de 1929², as discussões intensificaram-se em nível federal para uma política de colonização, que traria mais segurança à conquista territorial e também uma maior unificação dos Estados da União (RIZZARDA, 2018).

É necessário lembrar que, embora estes espaços fossem considerados pelo Governo como espaços vazios e passivos de serem conquistados e colonizados, existiam ali caboclos e indígenas que já haviam, inclusive, iniciado o trabalho de abertura das primeiras picadas e estradas (RIZZARDA, 2018). Eles delimitaram suas propriedades e desenvolveram suas atividades de subsistência, especialmente a extração da erva-mate, que era enviada para a Argentina, e a criação de suínos, que, por sua vez, eram tocados a pé e comercializados em açougues da região de Campos Gerais. Segundo Ortolan:

Dessa maneira, o caboclo passou a investir em suínos para fazer a engorda no mato ou em mangueirões, utilizando-se de roças de milho, e, como consequência, intensificou a movimentação nas rotas que ligavam o Sudoeste às demais regiões do Paraná, pelas quais saíam os suínos e entravam outras mercadorias necessárias para a sua subsistência, bem como o dinheiro para a continuidade dos investimentos iniciados (2007, p. 13).

Naquele período, a região contava com aproximadamente 6000 habitantes, na sua maioria, caboclos e refugiados de outras regiões que vinham para cá por conta do alto custo de vida em suas localidades de origem. Poucos habitantes povoavam o Sudoeste até a década de 1940, quando o Governo Federal iniciou uma política de incentivo à colonização conhecida como “Marcha para o Oeste”, com o objetivo de dar atenção a este território até então esquecido e, como já referenciado, proteger a área de fronteira contra investidas, especialmente da Argentina.

Conforme Ortolan (2007), dos 6.000 habitantes na década de 1930, a região teve um salto, em pouco mais de vinte anos, para mais de 230.000

² “No início do século 20, as principais atividades econômicas do país eram mais vinculadas com o mercado externo do que com o mercado interno, configurando um território nacional pouco integrado internamente e constituído por complexos regionais exportadores. Mas a crise de 1929 rompeu as formas de acumulação assentada na economia agroexportadora a favor de um crescimento endógeno e de um mercado interno integrado, orientado para o crescimento industrial.” (SILVA, 2016, p. 27).

habitantes. Isto se deu devido à instalação, na região, da CANGO³, criada pelo então presidente Getúlio Vargas em 12 de maio de 1943.

A CANGO oferecia aos colonos que chegavam à região, em crescente número, todo tipo de ajuda e assistência: a terra, a casa, ferramentas e sementes agrícolas, ajuda médica. Tudo era de graça, mas sem o título de propriedade de terra. Na prática, os agricultores eram ainda considerados posseiros. Tinham a posse da terra, mas não um documento que atestasse a sua propriedade (ABATTI, 2016, p. 44).

Esta política de incentivo atraiu muita gente para a região, com o anseio de se tornarem donos de um pedaço de terra e, com isso, poderem proporcionar uma vida mais digna para seus filhos e suas famílias. Os colonos vieram, em maior parte, do estado de Santa Catarina, em especial de Joaçaba e de outras localidades do Oeste Catarinense, como Chapecó e Concórdia. Também, muitas famílias vieram do estado do Rio Grande do Sul, especialmente dos municípios de Passo Fundo, Soledade, Lagoa Vermelha, Erechim e Palmeiras das Missões (FLORES, 2009). Ainda de acordo com Flores:

[...] as primeiras famílias que vieram para essa região do Paraná, em geral, eram pouco capitalizadas, inclusive, transportavam o pouco de coisas que possuíam em carroças, traçadas por parselhas de cavalos ou por juntas de bois (2009, p. 26).

Vejamos uma imagem que retrata essa realidade.

³ De acordo com Silva (2016), o governo brasileiro, sob o comando do presidente Getúlio Vargas, idealizou, entre os anos de 1930 e 1945, uma grande política de investimento nos setores da indústria e da agricultura. O objetivo era superar os efeitos da crise econômica de 1929. Uma das medidas adotadas foi a criação das Colônias Agrícolas Nacionais (CANs). Pelo Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, foi feita a disposição sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais. “[...] o Governo Federal, em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura, promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros” (BRASIL, Decreto nº 3.059 de 1941). Assim, foram criadas oito colônias agrícolas em território brasileiro. “Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Decreto 6.882, de 19/02/1941); Colônia Agrícola Nacional do Amazonas (Decreto 8.506, de 30/12/1941); Colônia Agrícola Nacional do Maranhão (Decreto 10.325, de 27/08/1942); Colônia Agrícola Nacional do Pará (Decreto 5.240, de 10/02/1943); Colônia Agrícola Nacional “General Osório” no Paraná (Decreto 12.417, de 12/05/1943); Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Decreto 5.941, de 28/10/1943); Colônia Agrícola Nacional do Piauí (Decreto 16.780, de 10/10/1944) e Colônia Agrícola Nacional de Jaíba (Decreto 25.547, de 21/09/1948)” (SILVA, 2016, p. 27). A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) teve sua sede, primeiramente, em Pato Branco e, a partir de 1948 em Francisco Beltrão.

Imagem 1 – Família Vinda do Sul do Brasil para o Sudoeste Paranaense – (Década de 1940)



Fonte: (FLORES, 2009, p. 26).

Para Abatti (2016), a região Sudoeste do Paraná, no período, possuía parte de seu território na chamada “Gleba das Missões”, ou seja, era um território que estava em disputa judicial entre o Governo Federal e o Estado do Paraná, ambos querendo a posse de suas terras. Oficialmente, o território estava incorporado à União, mas sem um dono definido.⁴

De acordo com material produzido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Francisco Beltrão (2007), no ano de 1950, chegou à região a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda – CITLA, que contratou, posteriormente, outras duas empresas, a Companhia Imobiliária Apucarana Ltda – APUCARANA e a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. – COMERCIAL. Estas empresas passaram a atuar na região como se fossem as proprietárias das terras, utilizando a força e a intimidação, enganavam os posseiros, pressionando-os a comprar os lotes, forneciam falsas escrituras.

Conforme indicou Abatti:

Estas companhias de terras foram responsáveis por proporcionar momentos de incertezas aos posseiros, ainda não havia ocorrido legalmente a titulação da propriedade da terra. A

⁴ Em 1943, foi criado o Território Federal do Iguaçu, que abrangia toda esta região. Este mesmo Território foi extinto mais tarde, em 1946.

violência das companhias se intensificava e incrementava o ódio e a consequente união de forças entre os colonos/posseiros e outros setores da sociedade sudoestina. Cada vez mais os colonos se recusavam a assinar os contratos fazendo com que as ameaças e os violentos atos se tornassem constantes. As companhias criavam um clima de terror insuportável no Sudoeste (2007, p. 55).

Segundo Lazier (1977), todo este drama só foi possível devido a uma grande ilegalidade e imoralidade política. A CITLA recebeu, como pagamento indenizatório de uma causa judicial impetrada em Santa Catarina pelo Sr. José Rupp, o total de 484.680 hectares de terras, porém, esta parcela da chamada “Gleba das Missões” já havia sido negada ao Sr. José Rupp como pagamento indenizatório de sua ação. Em 26 de Julho de 1950, José Rupp cedeu seu crédito à CITLA⁵, “A partir daí aconteceu o milagre. Aquilo que era ilegal passou a ser legal. Aquilo que era indevido passou a ser legítimo. Aquilo que era indeferido passou a ser deferido” (LAZIER, 1977, p. 10). Lazier acrescentou:

Consta que o Governador do Paraná na época, Sr. Moisés Lupion era um dos sócios da CITLA. O partido político que governava o Paraná era o mesmo que governava a União. O referido acordo foi cognominado de “A maior bandalheira da república”⁶ (1977, p. 10).

Ainda de acordo com Lazier (1977), os posseiros ameaçados chegavam a buscar ajuda e a fazer denúncias junto às forças policiais e a outras autoridades, mas nada conseguiam que lhes desse segurança.

⁵ Segundo Lazier (1977), José Rupp recebeu do governo catarinense autorização para extrair erva-mate e madeira no Planalto de Santa Catarina, porém, a CIA. de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande recebeu a mesma porção de terras para a construção de uma estrada de ferro em Santa Catarina. Assim, iniciou-se uma disputa judicial entre as duas partes. Após vários processos e apelações, em 07 de Julho de 1925 a justiça reconheceu a posse a José Rupp. Mais uma vez, a CIA., inconformada, recorreu, agora, ao Supremo Tribunal Federal, que em 07 de maio de 1938 confirmou a sentença em favor do senhor José Rupp. A causa durou 18 anos e José Rupp voltou a justiça, desta vez, pedindo indenização pelo prejuízo que teve durante todo este tempo. Em 1940, todos os bens da CIA. de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande foram incorporados a União, o poder Público Federal ficou, então, com as dívidas da Companhia, inclusive herdando o caso de José Rupp. O reclamante, segundo o mesmo autor, teve suas propostas de acordo e penhora de terras recusadas pela Superintendência das Empresas Incorporadas em 1941, 1946, 1947, 1948, atos indeferidos pelo Ministério da Fazenda e aprovados pela Presidência da República. Em 1950, José Rupp voltou a justiça pedindo que lhe fosse dada como pagamento indenizatório a Gleba das Missões. A proposta também foi negada.

⁶ De acordo com Lazier (1977), apenas quatro meses depois de negar acordo com José Rupp, a mesma Superintendência das Empresas Incorporadas concordou em indenizar a CITLA não apenas dando-lhe como pagamento a parte da Gleba das Missões, mas também parte da Gleba do Chopim.

Cansados de serem roubados, cansados de serem massacrados, cansados das injustiças, os posseiros de todo o Sudoeste do Paraná resolveram colocar um paradeiro àquele estado de coisas, resolveram fazer justiça com suas próprias forças (LAZIER, 1977, p. 20).

Em uma ação organizada e conjunta, os posseiros tomaram várias cidades da região Sudoeste, Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão. Como a sede da CITLA ficava em Francisco Beltrão, o ponto máximo deste ato foi a tomada desta cidade em 10 de outubro de 1957.

Imagem 2 – Posseiros reunidos em 10 de outubro de 1957



Fonte: Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2017/10/11/revolta-dos-posseiros-no-sudoeste-do-parana-uma-vitoria-do-povo/>> Acesso em: 20 de Abril de 2019.

Os escritórios das companhias de terras foram depredados e os documentos queimados e atirados para a rua. As companhias de terras foram expulsas da região. De acordo com Lazier (1977), apesar da cidade ficar nas mãos dos posseiros revoltosos por três dias, não houve nenhum tipo de derramamento de sangue ou ato de vingança, nem sequer alguma injustiça cometida.

Para Rafagnim,

A vitória foi fruto da coragem da sociedade em defender duas questões fundamentais: primeiro, o ser humano, ameaçado, violentado e alguns mortos pela ação dos jagunços pagos pelas companhias para implantar o terror junto às famílias esperando uma debandada para a região de origem (2017, online).

Vejam os mais detalhes desse movimento em Francisco Beltrão.

Imagem 3 – Posseiros reunidos em 10 de outubro de 1957



Fonte: Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/cine-ateu-a-revolta-dos-posseiros/>>
Acesso em: 20 de Abril de 2019.

Imagem 4 – Papéis dos escritórios das Companhias, jogados nas ruas de Francisco Beltrão, em outubro de 1957



FONTE: (LAZIER, 1998, p. 68).

Para solucionar o problema, o Governo Federal, por meio do decreto nº. 50.379, desapropriou as terras em 27 de março de 1961 e, em 19 de março de 1962, o presidente da república, João Goulart, criou, pelo decreto nº 51.431, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), cujo

objetivo era colonizar de forma ordenada a região, fazendo levantamentos jurídicos das propriedades, aconselhando as medidas cabíveis e estabelecendo acordos e condições para as titulações das terras.

Segundo Abatti:

Os posseiros poderiam não ser os donos legítimos das terras que ocupavam, mas eram eles que usavam a terra para produzir e sobreviver junto a sua família. O que o GETSOP fez foi conferir a posse de terra aos que mais necessitavam dela para sobreviver, de forma justa e eficiente[...] (2016, p. 57).

Sobre o trabalho de regularização das terras, Lazier enfatizou:

Atuando com decência, honestidade e eficiência, o GETSOP cumpriu sua missão. Mais de 40 mil títulos foram fornecidos. Os posseiros tornaram-se proprietários. Terminou, assim, a problemática da terra no Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão. (1977, p. 11).

A partir de 1957, a CANGO perdeu força no desenvolvimento regional. A GETSOP, por sua vez, acabou se tornando grande promotora deste desenvolvimento, tendo atuado no Sudoeste do Paraná até janeiro de 1974. De acordo com Lazier: “Pode-se afirmar que o GETSOP concluiu a obra iniciada pela CANGO e interrompida pela atuação da CITLA” (1998, p. 74).

Até 1974, o GETSOP legalizou 43.383 títulos de terras, sendo 7.550 no município de Francisco Beltrão. Os equipamentos do Grupo também beneficiaram cooperativas de lavradores e prefeituras que utilizavam seus tratores em forma de rodízio.

Lazier acresceu ainda que:

Não é só na regularização da terra que a ação do GETSOP foi eficiente. Contribuiu para o desenvolvimento da região em vários outros setores [...] No setor educacional foi significativa a participação do GETSOP. Só em escolas o GETSOP construiu 221 unidades, sendo 51 unidades de alvenaria e 170 de madeira (1998, p. 77).

O GETSOP contribuiu ainda no controle da exploração florestal, no reflorestamento e fez convênios para revenda de sementes selecionadas aos agricultores. Promoveu e incentivou a mecanização da agricultura e participou da melhoria das estradas da região.

A regulamentação das propriedades criou ainda as condições necessárias para o desenvolvimento urbano e rural da região. A propriedade da

terra permitia o acesso ao crédito bancário para financiar a modernização do trabalho no campo, isto levou ao êxodo rural, seja pela dispensa da força de trabalho ou pelo endividamento dos agricultores. Naquele momento, houve um aumento significativo das cidades.

1.2. Aspectos do Desenvolvimento Econômico da região Sudoeste nas décadas de 1960 a meados de 1980

Como já destacado anteriormente, a região Sudoeste era, antes da política de colonização, habitada por nativos indígenas e caboclos, que utilizavam o cultivo/extração da erva-mate e a criação de porcos para sua sobrevivência. Conforme relatou Cattelan:

Para a criação de suínos não se utilizava chiqueiros, eles eram soltos na mata, em área brevemente preparada. Os suínos comiam o que encontravam (pinhões, frutas silvestres, vegetação dentre outros). A noite eram fechados em mangueiras, o que distinguia os animais era uma marca feita pelo seu dono (2014, p. 32-33).

De acordo com Wachowicz (1985), no início do século XX, os caboclos carneavam os porcos e aproveitavam tudo que podiam, vendiam a banha e faziam “linguiça”. O aumento da procura fez com que, aos poucos, os animais fossem comercializados vivos, então, eles eram tropeados a pé. Conforme indicou o autor:

Para tropear os porcos a pezito até o mercado comprador, o safrista previdente treinava os animais, por uma ou duas semanas. Reunia seus porcos e com o auxílio de três ou quatro peões fazia um percurso de cerca de dois quilômetros e voltava. Repetia esse serviço por várias vezes. Outros treinavam os suínos fazendo voltas na mangueira, até que fossem considerados preparados para a tropeada (1985, p. 94-95).

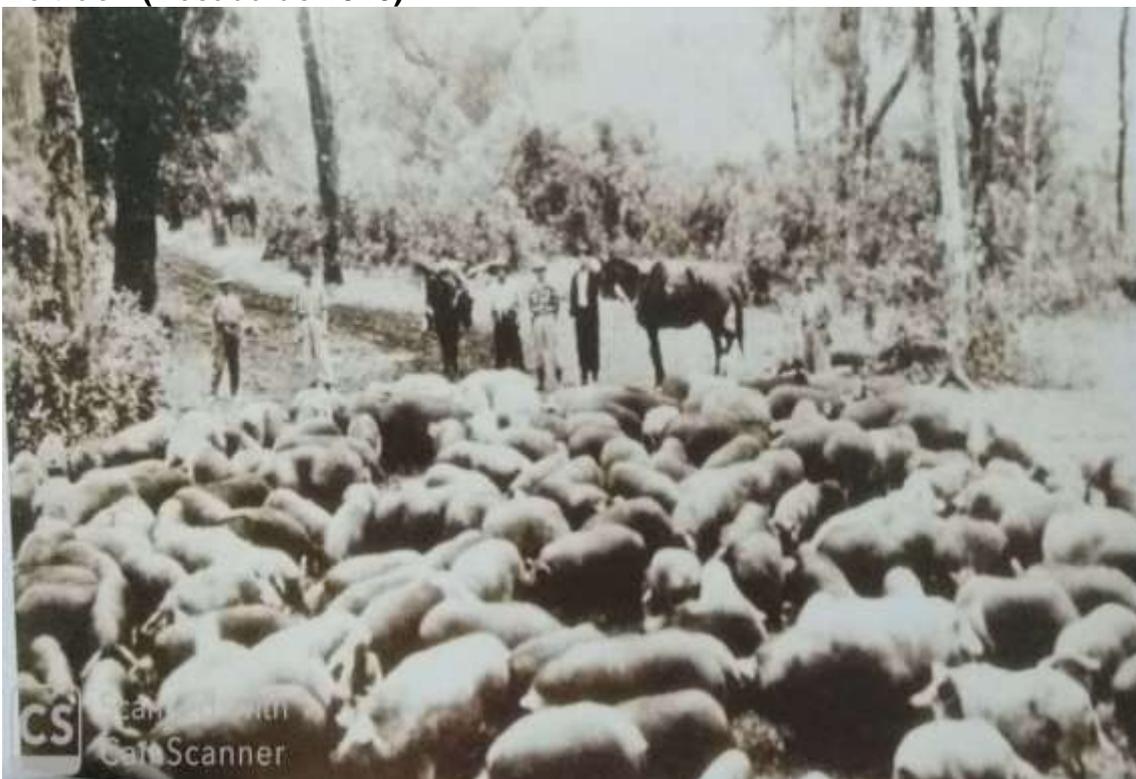
Nivaldo Krüger (2004) reproduziu imagens dessa forma de criação de porcos.

Imagem 5 – Safra de porcos na região de Francisco Beltrão - (Década de 1940)



FONTE: (KRÜGER, 2004, p. 44).

Imagem 6 – Tropa de porcos pronta para a viagem na região de Francisco Beltrão - (Década de 1940)



FONTE: (KRÜGER, 2004, p. 45).

Com a migração impulsionada pela política de colonização e pela instalação da CANGO, a região passou a ser habitada, também, por muitos descendentes de italianos e alemães vindos das regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

De acordo com Ortolan (2007), estes migrantes, vindos das regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, trouxeram consigo suas próprias características culturais de cultivo do solo e de cuidados com a natureza, especialmente as tradições Italianas e Alemãs. Segundo a autora, a prática de plantio consistia na agricultura extensiva, com rotação de culturas precedidas por queimadas. A autora ressaltou, no entanto, que esta prática acabava danificando e prejudicando o solo mais rapidamente.

O grande aumento da população fez crescer ainda as atividades atacadistas, varejistas, industriais e de transporte. As atividades agrícolas foram intensificadas, como também a utilização de adubos e produtos químicos.

Todo este movimento comercial e econômico, segundo Ortolan (2007), fez aumentar muito a dimensão dos territórios urbanos da região Sudoeste na época. “O censo de 1960 registrou um crescimento demográfico de aproximadamente 390% em relação a 1950” (ORTOLAN, 2007, p. 15).

Os imigrantes, de origem europeia, já estavam acostumados a utilizarem serviços prestados por terceiros, conforme aponta Flores:

[...] grande parte dos colonos que povoaram o Sudoeste paranaense já estavam acostumados com certo nível de consumo de produtos e de serviços, inclusive, herdado das colônias antigas do Rio Grande do Sul, por conseguinte, formadas por imigrantes de origem europeia (italianos e alemães, principalmente). Essa forma de colonização é importante porque produz um excedente de grãos, carnes etc., o que condiciona a formação de certo mercado consumidor local (2009, p. 35).

O serviço de panificação é um bom exemplo disso. Geralmente, na época, as famílias faziam em casa seus pães. O surgimento de uma panificadora, portanto, indica uma mudança de hábito. Deixava-se de produzir o pão para comprá-lo pronto.

Imagem 7 - Padaria Santo Antônio em Francisco Beltrão – (Década de 1950)



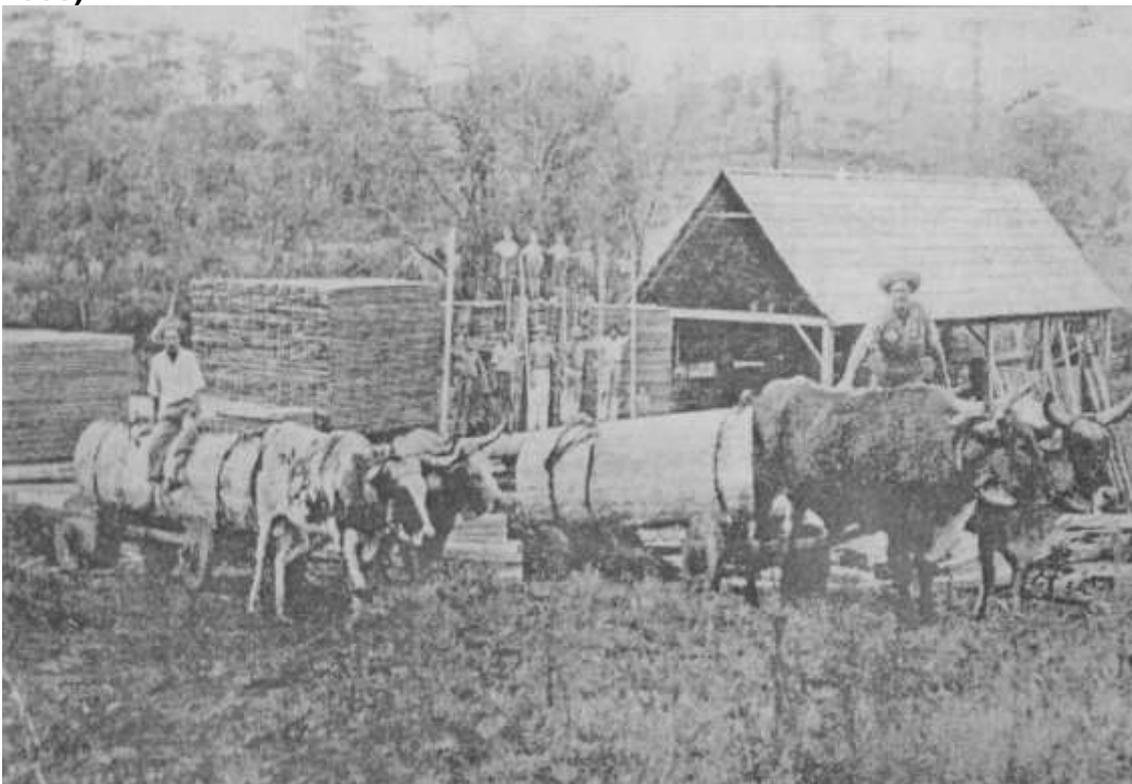
FONTE: (FRANCISCO BELTRÃO, 2007, p. 52).

Flores (2009) destacou ainda que, embora a literatura geral enfatize o papel dos migrantes na efetivação de uma característica econômica no Sudoeste do Paraná, deve-se salientar também que, além deles, o Sudoeste recebeu uma grande quantidade de indústrias, especialmente ligadas ao ramo da madeira. As extrações das matas de araucária deram-se por certa aliança entre os madeireiros e os agricultores. Segundo Flores, a densa floresta composta por:

[...] pinheiros com mais de dois metros de diâmetro, como existia no Sudoeste, constituíam-se como obstáculos às práticas agrícolas, pois acabavam por obstruir o trânsito dos animais e das máquinas para o trabalho. Dessa forma, a extração dessas árvores veio a calhar, tanto com o interesse dos madeireiros (que objetivavam lucros com a venda de madeiras) como dos agricultores, que objetivavam cultivar o solo (2009, p. 37).

A farta quantidade de madeiras estimulou a abertura de várias madeiras na região. Nas fotos a seguir, podemos observar uma serraria em Francisco Beltrão na década de 1950 e a instalação de uma máquina a vapor em madeira do município de Enéas Marques, também na década de 1950.

Imagem 8 - Serraria Irmãos Marcello em Francisco Beltrão - (Década de 1950)



FONTE: (FRANCISCO BELTRÃO, 2007, p. 51).

Imagem 9 - Máquina a vapor sendo instalada em uma madeireira localizada no município de Enéas Marques – PR - (Década de 1950)



FONTE: (FLORES, 2009, p. 43).

De acordo com material produzido pela Secretaria de Educação e Cultura de Francisco Beltrão (2007), as primeiras serrarias instaladas no município foram Angelo Camilotti e CIA. Ltda Madeira em Geral, Arzemiro Liston e CIA. Ltda, Serraria Irmãos Marcello e Serraria Irmãos Sabadin Ltda.

Outros ramos industriais que surgiram foram: “Indústria de móveis, alumínio, café, balas, vinhos, plásticos, erva-mate, padarias, confecções, frigoríficos, metalúrgicas, refrigeração, fecularias e as pequenas agroindústrias [...]” (FRANCISCO BELTRÃO, 2007, p. 51).

Segundo dados levantados por Flores, podemos entender melhor a dimensão deste desenvolvimento regional ocorrido a partir da década de 1960, tendo como base a capacidade de consumo da população local.

[...] o valor dos bens (terras, prédios, construções, animais, veículos, máquinas e instrumentos de trabalho) dos estabelecimentos rurais do Sudoeste, em 1960, resulta na média de aproximadamente 11,1 mil Cruzeiros por hectare de terra, enquanto em Palmas a média resulta em 6,0 mil Cruzeiros por hectare. Ou seja, no Sudoeste paranaense, onde se tem uma média de 28,5 hectares de terra por estabelecimento rural, o valor dos investimentos é consideravelmente maior do que em Palmas, região das grandes propriedades rurais: com média de 183,4 hectares por estabelecimento [...] (2009, p.36).

A atividade madeireira, também, foi um importante fator desencadeante da formação dos centros urbanos na região, uma vez que a população começou a aglomerar-se aos arredores das indústrias.

A necessidade do transporte da madeira fez surgir ainda atividades de mecânica, borracharia, postos de combustíveis, restaurantes, hotéis e outros.

Segundo Flores:

Se o período de extração da erva-mate e outras atividades não conseguiram efetivar um povoamento do Sudoeste do Paraná [...] a indústria da madeira começou a fazer, especialmente a partir dos anos 1950. Aliás, em pouco mais do que uma década já se verificava, inclusive, o início de um processo de urbanização na região; pois em 1960 o Sudoeste já possuía 25.780 habitantes no *meio urbano*, com destaque para os municípios de Pato Branco, com 10.333 pessoas, Francisco Beltrão com 4.989 e Capanema com 4.053 habitantes urbanos (censo demográfico de 1960) (2009, p. 49).

⁷ O autor faz uma comparação entre a região Sudoeste do Paraná e Palmas, que, na verdade, também está na região Sudoeste. No entanto, consideramos que a passagem fica mais clara se entendermos que o objetivo dele foi comparar o desenvolvimento de um território mais antigo e já estabelecido e outro, com menos tempo de ocupação e atividades econômicas.

A expansão da indústria madeireira obrigou seus proprietários a substituírem a força dos animais (bois e cavalos) pela dos caminhões e máquinas, acelerando ainda mais a extração de madeiras e o desmatamento na região.

Imagem 10 - Caminhão modelo Ford F8 – Utilizado para o transporte de Madeira – (Década de 1960)



FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Imagem 11 - Veículo Utilizado para o transporte de combustível – (Década de 1960)



FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Até a década de 1970, a grande maioria da população sudoestina residia no campo, mas, a partir daquele período, houve um grande êxodo rural. De acordo com Flores (2009), na década de 1970, os espaços urbanos tiveram um salto de 17,9% para 33,5%, enquanto os espaços rurais caíram de 82,1% para 66,5%. Segundo o mesmo autor, em 1980, dos 521.477 habitantes da região, 174.492 estavam na área urbana. Quanto às atividades econômicas, de 1970 até 1980, as atividades de agropecuária, caça, pesca e extrativismo mantiveram-se estáveis, com pouca oscilação de pessoas em atividade nestas funções.

Flores (2009) fez ainda outros estudos interessantes que nos ajudam a caracterizar o perfil de desenvolvimento econômico da região e a necessidade da força de trabalho humana nas atividades, bem como da consequente profissionalização e investimento no âmbito educacional.

De acordo com este autor, de 1970 a 1980, as propriedades rurais que adquiriram tratores agrícolas passaram de 346 para 5.367 e a utilização de fertilizantes estava presente em 24.275 propriedades rurais em 1980, enquanto apenas 705 utilizavam-nos em 1970. Um total de 4.672 produtores rurais receberam créditos de bancos governamentais em 1970, já, em 1980, o número saltou para 20.846 agricultores.

A modernização dos processos produtivos, bem como a utilização cada vez mais intensa de produtos químicos foi, aos poucos, substituindo o trabalho humano nas lavouras, o dinheiro outrora gasto com o pagamento de salários passou a ser investido em máquinas, fertilizantes, defensivos agrícolas, rações e sementes. O complexo rural do Sudoeste do Paraná, segundo Flores (2009), começou a desintegrar-se no final da década de 1970, aumentando constantemente a população nas áreas urbanas e diminuindo no espaço rural.

A migração do campo para a cidade foi tão intensa no Sudoeste do Paraná, que segundo os censos demográficos do IBGE, em 1991 já existia na região cidades com população considerável, como é o caso do município de Dois Vizinhos, que possuía 22.202 habitantes, Pato Branco que possuía população urbana de 43.406 habitantes e Francisco Beltrão com 45.622 pessoas residindo nas cidades (FLORES, 2009, p. 72-73).

De acordo com Ortolan (2007), no final da década de 1970, já era sentida a crise do chamado milagre econômico que teria sido proporcionado pelas políticas do regime militar, as cidades sentiam a necessidade de lidar

com as populações urbanas, cada vez mais crescentes e necessitadas de políticas de habitação, educação, saúde e transporte.

A década de 1980, segundo a mesma autora, foi uma década de grande instabilidade econômica e política, representando o fim do Governo Militar e a transição para a democracia.

O Brasil esteve sob o regime militar entre os anos de 1964 e 1985. De acordo com Germano (2000), após depor o presidente João Goulart, o golpe representou uma crise política e econômica desencadeada no Brasil no início dos anos 60.

Conforme Germano:

Fruto de uma coalizão civil e militar, o golpe configura a ascensão de um novo bloco no poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira – nacional e internacional -, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas. O espectro de interesses representados por este conjunto autoriza-nos a qualificá-lo como uma *elite* (2000, p. 17).

Na região Sudoeste, final dos anos de 1970 e início de 1980, começaram a aparecer as primeiras indústrias de confecção. Em 1982, em Dois Vizinhos, instalou-se a Latreille *jeans*, que iniciou como uma loja de vestuários, mas, sentindo a demanda na produção de vestimentas, passou também a fabricar para venda em seu próprio estabelecimento comercial. Em 1984, a empresa Keiser instalou-se em Francisco Beltrão, também para aproveitar a demanda no consumo de produtos em *jeans*.

Flores (2009) lembrou que estas empresas possuíam fábrica e loja, mostrando que a demanda de consumo era também local. Outra grande empresa que, posteriormente, ganharia um grande destaque foi a Confecções Raffer, que surgiu em 1978 em Francisco Beltrão. As lojas que trabalhavam com a comercialização de peças de tecido também tiveram grande relevância no final da década de 1970 e início dos anos 80.

Segue uma fotografia do ano de 1978, retratando como era feito o varejo de tecidos em Francisco Beltrão. A foto foi tirada na Loja Massarollo, outra empresa que atuava no ramo naquele período, e destaca, além das vendedoras mostrando as peças, um grande estoque com várias opções. O material era vendido para costureiras e para pessoas que levavam o tecido para confecções, onde seria transformado em roupas, lençóis e outros.

Imagem 12 - Venda de Tecidos na Loja Massarollo em Francisco Beltrão – 1978



FONTE: Arquivo pessoal do autor.

A avicultura também teve grande destaque e desenvolvimento na região no período, tendo, como pioneira na produção de carne de aves, a “Comércio de Aves Sudoeste Ltda.” em 1974, passando a chamar-se “Seva” em 1981, quando abatia 500 frangos por dia. A avicultura industrial também incentivou a instalação, em 1971, da Galha Azul Avícola em Francisco Beltrão. Segundo Flores:

[...] a avicultura de corte iniciou suas atividades na região a partir do final da década de 1970, quando se instalaram duas grandes unidades produtivas: a *Sadia – Moinhos da Lapa* (atual *Sadia S/A*), no município de Dois Vizinhos (em 1978), e o *Frigorífico Chapecó Paraná S/A* (a partir de 1982), em Francisco Beltrão (2009, p. 75).

Outra empresa que se consolidou na região e que se tornou de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do Sudoeste Paranaense foi a Latco, que chegou a Francisco Beltrão em 1989. Segundo Flores (2009), a oferta de matéria-prima foi a principal responsável por isso. Em 1970, “[...] o Sudoeste paranaense já possuía um rebanho de 58.116 vacas, produzindo 63,8 milhões de litros de leite, o que resulta na média anual de 1.098 litros por vaca” (FLORES, 2009, p.93).

Em seu plano de ação para o ano de 1980, a Cooperativa Mista de Francisco Beltrão Ltda. – COMFRABEL apresentou uma previsão de vendas agrícolas de 38.220 toneladas de soja, 21.648 toneladas de trigo, 41.700 toneladas de milho, 22.320 toneladas de feijão e 2.880 toneladas de arroz (p. 49).

De acordo com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2009), nas décadas de 1960 e 1970, fatores como a fertilidade dos solos, produção de excedentes agrícolas, estrutura viária e regularização da propriedade das terras desencadearam um processo contínuo de modernização das bases produtivas da região Sudoeste. Ainda segundo o Instituto, a formação de associações e cooperativas viabilizou o acesso a máquinas, insumos e crédito de financiamento para os processos produtivos e de inserção dos agricultores da região no agronegócio.

De 1950 a 1991 (41 anos) foram criados no Paraná 237 municípios, sendo 28 no espaço Sudoeste. Tais municípios apresentavam população urbana oscilando acima de 1.000 habitantes. Em 1991 esses 28 municípios totalizaram 3,79% da população urbana do Estado (IPARDES, 2009, online).

De 1950 a 1980, conforme demonstram os estudos do IPARDES, a participação da região Sudoeste na população total do Paraná quase dobrou, indo de 4,45% para 8,15%. A população rural embora tenha apresentado queda na década de 1980, ainda participava com 12% em relação a outras regiões do Estado.

Tal constância está associada tanto às maiores perdas de população rural registradas em outros espaços, quanto a sua estrutura fundiária, marcada pela presença da agricultura familiar e assentamentos rurais, que conjugados a um aparato técnico-científico e de organização social, particularizam a região (IPARDES, 2009, online).

Apresentaremos, na sequência, alguns dados demográficos e de criação de territórios político-administrativos na região Sudoeste do Paraná entre os anos de 1950 e 1991. Estes dados são todos do IPARDES.

Até 1950, o Sudoeste do Paraná tinha apenas três municípios: Palmas (1879), Clevelândia (1892) e Mangueirinha (1946). Entre 1950 e 1960, foram criados, na região Sudoeste, sete novos municípios, Capanema (1952), Santo Antônio do Sudoeste (1952), Barracão (1952), Francisco Beltrão (1952), Pato

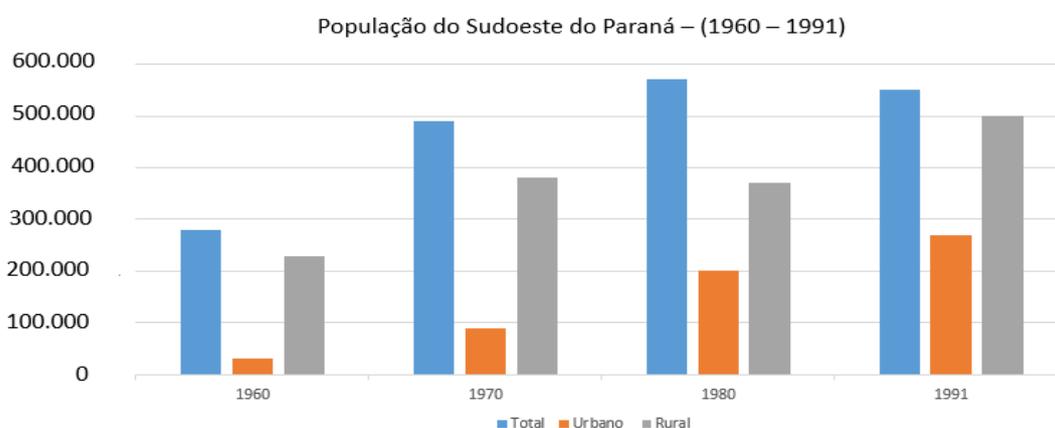
Branco (1952), Coronel Vivida (1955) e Chopinzinho (1955). A população censitária na década de 1960 era de aproximadamente 267.400 habitantes, a área urbana tinha em torno de 50.800 habitantes e a rural 216.600 habitantes, caracterizando, assim, um grau de urbanização de 19%. (IPARDES, 2009, online).

De 1960 até 1970, houve a criação de 17 novos municípios na região, Planalto, Pérola d'Oeste, Realeza, Santa Isabel do Oeste, Ampére, Salgado Filho, Salto do Lontra, Enéas Marques, Marmeleiro, Renascença, Vitorino, Mariópolis, São Jorge d'Oeste, São João, Itapejara d'Oeste, Verê e Dois Vizinhos. No período, a população censitária tinha um total de 512.500 habitantes, sendo que, na área urbana, residiam em torno de 102.500 e, na área rural, 410.000 habitantes. A urbanização estava em 20%. (IPARDES, 2009, online).

Entre os anos de 1970 e 1980, não houve a criação de novos municípios na região Sudoeste, já entre 1980 até 1991, foram criados três novos municípios, Pranchita, Nova Prata do Iguaçu e Sulina. Conforme indicou o censo de 1991, o grau de urbanização era de 48%, com uma população total 588.550 habitantes, sendo aproximadamente 282.500 na área urbana e 306.000 na área rural (IPARDES, 2009, online).

Segundo informações retiradas do trabalho de Ortolan (2007) e dos dados do IPARDES (2009), elaboramos o seguinte gráfico para demonstrar o aumento e a distribuição populacional na região Sudoeste do Paraná entre os anos de 1960 e 1991.

Gráfico 1 – População total, urbana e rural no Sudoeste do Paraná entre os anos de 1960 e 1991



Fonte: (ORTOLAN, 2007) e (IPARDES, 2009).

No gráfico, demonstramos, por meio das barras, os números equivalentes de pessoas que residiam na área urbana, na área rural e o total geral de ambas as localidades.

No quadro a seguir, procuramos demonstrar o movimento demográfico ocorrido no município de Francisco Beltrão entre os anos de 1960 e 1991.

Quadro 1 – População urbana, rural e total de Francisco Beltrão entre as décadas de 1960 e 1991

POPULAÇÃO DE FRANCISCO BELTRÃO			
ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1960	4.989	50.507	55.496
1970	13.413	23.394	36.807
1980	28.289	20.473	48.762
1991	45.622	15.650	61.272

Fonte: Os dados foram adaptados de estudo feito pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Francisco Beltrão (2007).

Ressaltamos que, segundo Cattelan (2014), o município de Francisco Beltrão perdeu população entre 1960 e 1970 devido ao desmembramento de outros municípios vizinhos, Marmeleiro, em 1960; Enéas Marques e Salto do Lontra, em 1964.

1.3. Os Primeiros Passos da Educação na Região Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão.

Neste tópico, trataremos dos primeiros passos dados pela educação na região Sudoeste do Paraná, bem como sobre o desenvolvimento das ações educativas na cidade de Francisco Beltrão após a implantação da CANGO.

Como já mencionado, o território, a princípio, era ocupado por indígenas e caboclos. De acordo com Sbardelotto e Castanha (2018), as tribos que habitavam a região eram das famílias Tupi-Guarani e Jê. Segundo os mesmos autores, no período, supõe-se, pela ausência de registros, que a educação dava-se por meio da transmissão oral, conforme os costumes indígenas, sem nenhum tipo de sistematização, mas herdada de geração para geração, dos mais velhos e experientes para os mais jovens.

Segundo Groff e Zancanella:

Entre 1917 e 1922, no Brasil, houve a disseminação das escolas primárias, reflexo do chamado *entusiasmo pela educação*, que acreditava que através da educação, seria possível o progresso. Com essa ideologia, multiplicaram-se as escolas públicas primárias, tornando-se uma reivindicação constante das autoridades de ensino. Questões que até então não eram pensadas, começaram a se tornar recorrentes como a infraestrutura e condições de higiene das escolas (2016, s/p).

Este movimento não trouxe impacto muito expressivo na nossa região. Com a instalação da CANGO, porém, a educação da região Sudoeste realmente começou a ter um desenvolvimento mais acentuado, especialmente em Francisco Beltrão, sede da Colônia.

Como já destacado, muitas pessoas vieram para a região impulsionadas pela política de colonização conhecida como “Marcha para o Oeste”. A chegada de tantas pessoas fez com que a própria administração da CANGO percebesse a necessidade de pensar na questão educacional.

Conforme indicou Cattelan:

A Colônia assegurou o acesso aos povoados e as regiões circunvizinhas remuneraram os trabalhadores das estradas, construiu casas escolares, contratou professores e empreitou serviços diversos, estimulando o comércio e encorajando a iniciativa privada. Disponibilizou alojamento aos migrantes, que esperavam serem assentados (2014, p. 46).

Ainda segundo Cattelan (2014), as famílias que vinham para a CANGO eram formadas por adultos, idosos, jovens e crianças, e aqueles que estivessem em idade escolar eram registrados na entrada da Colônia. Alguns já haviam frequentado escolas em suas cidades de origem, mas necessitavam dar continuidade aos estudos, especialmente a alfabetização.

Nesta situação, a Colônia viu a necessidade de abrir escolas para atender aos filhos e filhas dos posseiros. “Somente $\frac{1}{4}$ da população era alfabetizada ou teve algum tipo de contato com a escola. A grande maioria permanecia sem escolaridade” (CATTELAN, 2014, p. 63).

Segundo o material didático produzido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Francisco Beltrão (2007), a primeira escola construída no município foi denominada de Escola Número 1, uma escola federal mantida pela CANGO. E a primeira aula foi ministrada no dia 3 de maio de 1948. A CANGO fornecia os cadernos, os uniformes dos alunos e o programa de ensino. A primeira professora foi a Senhora Italina Zancan Scotti.

Uma curiosidade interessante apresentada por Cattelan (2014) foi a história da professora Alba Paz da Silva. Segundo a autora, embora a história oficial apresente Italina Zancan como sendo a primeira professora do município de Francisco Beltrão, Alba já lecionava na comunidade do Rio Tunas desde 1945. Ela e sua família teriam chegado a então Vila Marrecas em 1941 e, aos 16 anos de idade, começou a dar aulas. “Como era uma das únicas que tinha formação primária na comunidade, as demais famílias se organizaram para que ela ensinasse aos seus filhos” (CATTELAN, 2014, p. 66). A autora conclui que embora Alba Paz da Silva tenha começado antes a exercer a profissão, Italina Zancan foi considerada a primeira professora do município, por ter sido a primeira a ser contratada pela CANGO. Alba só tornou-se oficialmente professora da CANGO em 1949.

A casa onde funcionou a primeira escola oficial de Francisco Beltrão ainda existe. Ela “foi reformada e pertence ao 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. A primeira turma era composta de 33 alunos de 1ª série e, desses, 30 passaram para a 2ª série” (2007, p.62).

Imagem 13 – Casa onde funcionou a primeira escola de Francisco Beltrão e as professoras pioneiras Irene de Freitas e Italina Zancan



Fonte: (FRANCISCO BELTRÃO, 2007, p. 62).

Vejamos imagens das primeiras casas escolares construídas no município.

Imagem 14 – Escola número 13, localizada em um galpão de madeira lascada, de chão batido na comunidade do Jacutinga. Seu primeiro professor foi Palcius Schmitz – (Década de 1950)



Fonte: (FRANCISCO BELTRÃO, 2007, p. 62).

Imagem 15 – Primeira casa construída com a finalidade de ser escola, em 1953



Fonte: (FRANCISCO BELTRÃO, 2007, p. 63).

De acordo com Cattelan (2014), além das crianças da Colônia, também frequentavam as escolas crianças vindas da Vila Marrecas (Futura Francisco Beltrão), que ficava do outro lado do rio Marrecas. A CANGO acabou

construindo uma escola na Vila Marrecas em 1948. A Vila fazia parte do município de Clevelândia, que não mantinha nenhuma escola no local. Também não havia escolas do estado.

Isso nos leva a pensar que a CANGO assumiu bem mais que o compromisso com a Colônia, pois ofereceu às crianças da Vila Marrecas a oportunidade da instrução e isso facilitou mais tarde, enquanto município de Francisco Beltrão, a estruturar as suas próprias escolas primárias⁸ (CATTELAN, 2014, p. 80).

O ensino particular, ainda no início da década de 1950, foi representado, em Francisco Beltrão, pela Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Esta organização religiosa de cunho educacional teve grande importância para a história do município, tendo firmado parcerias com a CANGO e, posteriormente, com o Estado, quando assumiram a direção do Colégio Estadual Mário de Andrade, objeto central desta investigação.

Por conta disso, vamos nos deter um pouco, ainda nesta fase de caracterização de nosso objeto de estudo, e retratar a história das Irmãs Escolares de Nossa Senhora em Francisco Beltrão.

Segundo Beliatto:

As Irmãs se inseriam nesta região com uma missão muito clara: dar continuidade ao projeto de expansão da cristandade católica dentro do padrão europeu, sob orientação da Cúria Romana. Um dos principais meios para que o cristianismo católico pudesse chegar até as pessoas, era através da escola. Esta foi a estratégia da Igreja Católica adotada para formar as crianças das classes menos favorecidas bem como da elite agrária e urbano da região, dentro dos princípios católicos. Concomitantemente a este projeto de expansão, as religiosas aproveitaram a oportunidade para ampliar o quadro vocacional e fortalecer a Congregação (2017, p. 72).

As próprias Irmãs Escolares de Nossa Senhora, em relato feito ao Jornal do Glória, afirmaram o mesmo defendido por Beliatto. Sua principal missão era buscar novas vocações religiosas.

De 1937 a 1951 tivemos filiais somente no Estado de São Paulo. Dali vieram no começo nossas primeiras vocações. Mas de todos os lados aconselhavam-nos e diversas congregações comprovavam: “Quem quiser muitas e boas vocações deve começar obras no sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e também Paraná” [...] Mesmo em Palmas não podíamos encontrar o Bispo, chamado D. Carlos Eduardo de

⁸ Segundo Cattelan (2014), até o ano de 1957, a CANGO já havia construído 27 escolas.

Sabóia Bandeira de Mello. Nós conversamos com o vigário geral e ele chamou a atenção para Marrecas. É um lugar novo, de apenas quatro anos, surgindo das matas. Marrecas possui uma boa Igreja de madeira, um vigário (franciscano alemão) chamado Frei Deodato Bernhard (JORNAL DO GLÓRIA, 2011, p.2).

Ainda de acordo com o relato das irmãs, após chegarem a Vila Marrecas e falarem com o Padre, uma comissão da Igreja foi formada para ajudá-las a encontrar um lugar apropriado. O terreno localizado em uma colina, em frente à Igreja, foi escolhido para a construção do futuro Instituto Nossa Senhora da Glória. Após visitarem várias famílias da região, as Irmãs relataram suas impressões:

[...] as casas de madeira são bonitas, limpas por dentro. Na sala de visita há uma ou duas fotos coloridas da família dos pais do casal. São todos pais jovens, recém-chegados, com três a dez filhos, quase todos pequenos. Até 26 de janeiro marcamos 80 crianças, que querem frequentar nossa a escola. Todos os pais, na maioria italianos, poloneses, imigraram nos últimos quatro anos do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina. Encontramos só uma família alemã que nos envergonhou: muito pobre, suja, zangada sobre os astutos, avarentos italianos. Muitos dos pais frequentaram escolas de irmãs e se manifestaram muito contentes ao saber que seus filhos poderão ter escola de religiosas também (JORNAL DO GLÓRIA, 2011, p.2).

Voltaremos a tratar do assunto mais adiante, porém, ao abordarmos esta questão referente às Irmãs Escolares e aos primórdios da educação particular na cidade de Francisco Beltrão, já notamos uma diferença de tom se comparado ao que vinha sendo apresentado até então. Não encontramos referências aos caboclos que aqui habitavam naquele período, nem mesmo aos indígenas que também tinham sua representação, embora fossem, de fato, os verdadeiros donos da terra. Mesmo entre os sofridos migrantes, colonos e posseiros de origem europeia, pouco se visualiza deles nos relatos das irmãs. Intrigante a descrição feita da família alemã, compatriota das educadoras e que, por sua humildade e pobreza, causou estranheza e vergonha.

As Irmãs contaram ainda com a ajuda da CANGO, que ao ser procurada pelas religiosas concordou em doar à congregação a madeira e um terreno para construção do Colégio no território da CANGO, devendo as Irmãs arcarem apenas com o custo da mão de obra e dos acabamentos. Em troca, segundo

Cattelan (2014), alunos da Colônia deveriam ter ensino gratuito no Instituto Nossa Senhora da Glória.

Segundo relato das religiosas no Jornal do Glória (2011), a proposta teve resistência, havia dúvida se as crianças teriam disposição para estudar em lugar tão afastado. “[...] naquele tempo ficava literalmente “lá no meio do mato”. Com pó no tempo seco, barro nos dias de chuva e ainda uma ponte (frágil, de madeira para atravessar)” (JORNAL DO GLÓRIA, 2011, p. 1). O desafio foi aceito e logo o Colégio começou a atender alunos vindos até de outros municípios da região.

Em 15 de fevereiro de 1952, as Irmãs Escolares de Nossa Senhora iniciaram suas atividades educacionais na Vila Marrecas⁹. “Uma loja vazia e o Cine Cacique foram as primeiras 2 salas de aula. Mas logo o povo de Francisco Beltrão construiu o Salão Paroquial e ali funcionou, inclusive o Jardim da Infância [...]” (JORNAL DO GLÓRIA, 2011, p. 1).

Imagem 16 – Cinema do Júlio Nacke, um dos locais utilizados pelas Irmãs como sala de aula – (Década de 1950)



Fonte: (JORNAL DO GLÓRIA, 2011, p. 1).

⁹ Segundo material da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Francisco Beltrão (2007), Vila Marrecas foi o nome dado ao povoado pelos colonizadores. A lei da emancipação política aconteceu em 14 de novembro de 1951, quando o novo município passou a chamar-se Francisco Beltrão. A emancipação, de fato, deu-se em 14 de dezembro de 1952, com a posse do prefeito eleito.

Imagem 17 – Castelo da Floresta, prédio próprio construído com a ajuda da CANGO. Passou a funcionar a partir de 2 de fevereiro de 1956



Fonte: (JORNAL DO GLÓRIA, 2011, p. 1).

Neste tópico, vimos, de forma resumida como foram os passos iniciais da educação na cidade de Francisco Beltrão, apresentando os primeiros esforços educacionais e a chegada das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. No próximo tópico, abordamos a criação dos Colégios Estaduais no município, que também demonstram os esforços locais em atender as demandas educacionais da região.

1.4. Outras instituições escolares estaduais implantadas no município de Francisco Beltrão no recorte da pesquisa

Neste tópico apresentamos um levantamento de outras instituições escolares que foram criadas pelo Estado do Paraná no município de Francisco Beltrão, no período que cobre o recorte desta pesquisa.¹⁰

De acordo com Belliato e Castanha (2016), ainda em meados da década de 1960, houve uma grande necessidade de elevar o nível de formação dos professores do município. Assim, por meio do decreto 19.838, de 27 de outubro de 1965, foi criada a Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi.

¹⁰ Segundo Belliato (2017), antes de 1964, as instituições de ensino estaduais eram o Grupo Escolar Eduardo Virmond Suprity, criado em 1949, e a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Glória, criada em 1959, que funcionava no Instituto Nossa Senhora da Glória.

Segundo os mesmos autores, a instituição tornou-se muito importante no município a partir de 1966, mesmo sem ter uma sede própria. De acordo com Belliato e Castanha (2016), a Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi funcionou em diversos locais do município, tendo sua sede no Colégio Glória, depois, no Castelo da Floresta na ASSESSOAR e, mais tarde, na Escola Beatriz Biavatti, sendo que, posteriormente, passou a funcionar na estrutura do Grupo Escolar Dr. Eduardo Virmond Suplicy.

Em conformidade com a revista Critéria (1977), publicação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, a Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi foi extinta no final da década de 1970, quando houve sua fusão com o Colégio Comercial Estadual e com o Colégio Estadual Mário de Andrade.

O Colégio Estadual Dr. Eduardo Virmond Suplyci – Ensino Fundamental e Médio, foi criado no município como uma escola isolada no ano de 1949. Conforme Severgnini e Castanha, não havia ainda o município de Francisco Beltrão, o território pertencia a Clevelândia.

De acordo com os mesmos autores:

Em 1956, foram concluídas as instalações próprias, sendo elevado à categoria de Grupo Escolar, recebendo o nome de Dr. Eduardo Virmond Suplicy, em homenagem ao administrador da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), que participou da ocupação de vários territórios da região. Em 1976, a instituição, atendendo os pressupostos da reforma do ensino de 1º e 2º grau pela lei 5.692/71, alterou sua denominação para Dr. Eduardo Virmond Suplicy – Ensino de 1º grau. Nova alteração em suas modalidades de atendimento educacional só aconteceu após o fim do regime militar, com a municipalização do ensino em 1991. A Escola Municipal Professora Maria Basso Delani assumiu as turmas de 1ª a 4ª série, e o Suplicy as de 5º ao 8º ano. A instituição passou a ofertar, em 1993, o ensino Supletivo de Educação Geral no período noturno, alterando seu nome para Colégio Estadual Dr. Eduardo Virmond Suplicy (2019, p. 652).

Ainda em consonância com levantamento feito por Severgnini e Castanha (2019), o Colégio Estadual Beatriz Biavatti surgiu no ano de 1958, como Grupo Escolar Vila Nova, que também assumiu os nomes de Escola Olegário Mariano de Vila Nova e Grupo Escolar Ney Braga de Vila Nova. Em 1968, a instituição passou a chamar-se Casa Escolar Professora Beatriz. Em 1970, o nome mudou novamente, passando para Grupo Escolar Beatriz Biavatti. Em 1974, a instituição passou a ser denominada “Escola” após

ingressar como parte do 1º Complexo Educacional de Francisco Beltrão. Aprofundaremos a questão do complexo no próximo capítulo.

Sobre a Escola Beatriz Biavatti, Severgnini e Castanha (2019) acrescentam que ela passou a ofertar o ensino supletivo de 1º grau no ano de 1981.

Em 1969, no bairro Alvorada, foi criado o Grupo Escolar Alvorada, que teve seu nome alterado para Reinaldo Sass em 1976. A mudança ocorreu em homenagem a um funcionário da CANGO falecido em 1974. No mesmo decreto, 2685/7, de 21 de dezembro de 1976, ficou estabelecido o ensino regular e supletivo de 1º grau na instituição.

De acordo com Severgnini e Castanha, em 1989, o Reinaldo Sass:

[...] passou a ofertar o 2º grau Regular com o curso de Educação Geral. Esta possibilidade veio mediante autorização da resolução de nº. 1.777 de 03 de julho de 1989. Após o reconhecimento oficial do curso pela resolução nº. 4195 de 30 de dezembro de 1991, a instituição passou a se chamar Colégio Estadual Reinaldo Sass – Ensino Fundamental e Médio [...] Junto ao Colégio Estadual Reinaldo Sass, após a municipalização em 1991, funcionou a Escola Municipal Professora Maria Helena Vandresen. O município, mais uma vez, assumiu as turmas de 1ª a 4ª série, enquanto o Colégio estadual ficou com as turmas de 5º ao 8º ano. Estado e município dividiram a estrutura física até o ano de 2007, quando a Escola Maria Helena Vandresen se mudou para estrutura própria (2019, p. 654).

Os mesmos autores, em seu estudo sobre as instituições Estaduais em Francisco Beltrão, apontaram que, no bairro Cristo Rei, desde a colonização, já existia um local onde eram ministradas aulas para as crianças. Segundo eles:

Por ficar próxima ao Quartel de Infantaria, na época, e da estrutura física do Departamento de Estradas e Rodagem – DER, recebia uma grande demanda de alunos, filhos dos trabalhadores destes órgãos. Assim, pelo decreto nº 8.942, de 14 de fevereiro de 1968, surgiu o “Grupo Escolar Cristo Rei”. Autorizado seu funcionamento pelo decreto nº 2.685, de 21 de dezembro 1976, passou a se chamar “Escola Estadual Cristo Rei – Ensino de 1º Grau. Este nível de instrução só foi reconhecido, porém, pela resolução nº 2.632 de 19 de novembro de 1981 (2019, p. 654).

A instituição recebeu a concessão para ministrar aulas de Educação para Jovens e Adultos em 1999, quando passou a ser denominada Colégio Estadual Cristo Rei.

Quanto à história do Colégio Estadual Tancredo Neves, Severgnini e Castanha escreveram:

O crescimento urbano de Francisco Beltrão também estimulou a criação de indústrias em locais um pouco mais afastados do centro, é o caso do bairro Pinheirinho, na zona norte da cidade, distante cerca de 7km. Neste local, na década de 1980, instalou-se o então chamado frigorífico Chapecó, que levou muitos trabalhadores a fixarem residência em seus arredores. O crescimento da população e da economia do local, com a chegada de outras indústrias e ramos comerciais fez aumentar a necessidade de atendimento educacional. Na época, o ensino de 1º grau era oferecido na Escola Municipal Casemiro de Abreu. Para outros níveis de escolaridade, os alunos precisavam se deslocar para o centro da cidade. Com o baixo poder aquisitivo dos moradores da região, muitos abandonaram os estudos. Para enfrentar este problema, a direção da escola Casemiro de Abreu, juntamente com professores, funcionários e comunidade local, uniram-se para solicitar a Secretaria Estadual de Educação a oferta de níveis mais avançados de ensino. Mediante a resolução nº 5.431 de 10 de dezembro de 1985 foram abertas algumas turmas de 5º ano em salas compartilhadas com a estrutura municipal (2019, p. 655).

Em 1993, a instituição começou a oferecer o Ensino Médio como uma extensão do Colégio Estadual Reinaldo Sass. No ano de 1997, tornou-se Colégio Estadual Tancredo Neves – Ensino de 1º e 2º grau ao ser autorizada a oferecer o curso de Educação Geral.

No distrito de Nova Concórdia, em 31 de dezembro de 1968, foi criado o Ginásio de Nova Concórdia. Esta instituição foi mantida pela Campanha Nacional de Educandário Gratuito (C.N.E.G). Conforme Severgnini e Castanha, o estado assumiu o Ginásio em 1971.

Ainda de acordo com os mesmos autores:

Pela resolução nº 1415/80, a instituição passou a se chamar “Escola Arnaldo Faivro Busato”, em homenagem ao deputado que lutou pela estadualização da escola. Somente em 1984 teve seu nome mudado para “Escola Estadual Arnaldo Faivro Busato”. A nomenclatura de Colégio só veio bem mais tarde, em 2003, com a implantação do ensino médio (2019, p. 655).

Este levantamento das instituições estaduais criadas no município de Francisco Beltrão permite-nos enfatizar a importância exercida pelo CEMA desde a década de 1970, sendo que foi a única instituição estadual a oferecer o ensino de 2º grau em Francisco Beltrão até 1989, quando este nível

educacional passou a ser oferecido, também, pelo Colégio Estadual Reinaldo Sass.

Assim, temos uma breve revisão dos primeiros passos da educação na região Sudoeste do Paraná e na cidade de Francisco Beltrão.

Percebemos que a região, por conta de sua exploração tardia, acabou ficando para trás em relação a outras regiões do mesmo estado, quanto a seu desenvolvimento econômico e educacional, porém, este atraso recebeu considerável impulso após a década de 1940 com a implantação da CANGO, que, para atender as prerrogativas do decreto de criação das Colônias Agrícolas, investiu e incentivou a criação de escolas na região.

Com ajuda da mesma CANGO, vimos que o ensino privado teve sua parcela de desenvolvimento, estabelecendo seu lugar na educação local, firmando parcerias importantes e significativas para as demandas educacionais da região. A instituição dirigida pelas Irmãs Escolares de Nossa Senhora continuou sua parceria com o poder público nas décadas seguintes, tendo as religiosas administrado o Colégio Estadual Mário de Andrade nas décadas de 1960 e 1970.

Vimos também que várias outras instituições estaduais foram surgindo ao longo dos anos, no entanto, o CEMA permaneceu sendo a única referência no ensino de 2º grau público em Francisco Beltrão, durante todo o período de recorte desta pesquisa.

A história local da região e do município de Francisco Beltrão viram disputas e dificuldades, mas também receberam grandes incentivos com a implantação da CANGO e com a regularização fundiária exercida pelo GETSOP. A crescente urbanização veio com o desenvolvimento da indústria e do comércio. No interior, o incentivo à modernização da agricultura também fez crescer a produção e a necessidade de aprimoramento.

Estes fatores levaram a população e os governantes a requerer o nível secundário público em Francisco Beltrão.

CAPÍTULO II

O COLÉGIO ESTADUAL MÁRIO DE ANDRADE NO CONTEXTO DO REGIME CIVIL-MILITAR

Neste capítulo, tratamos dos aspectos históricos do Colégio Estadual Mário de Andrade, da sua fundação em 1964, quando ainda se chamava Ginásio Estadual de Francisco Beltrão e utilizava a estrutura física do Grupo Escolar Suplicy, até sua transferência para sede própria em 1977.

Em seus primeiros anos, a instituição estruturou-se sob a legislação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Retomamos, assim, alguns aspectos históricos e políticos relevantes para que o leitor possa compreender o contexto da promulgação da lei. Em seguida, passamos aos fatos históricos que antecederam a fundação do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão e a história de seus primeiros passos.

Poucos meses após a fundação do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, aconteceu, no Brasil, o Golpe Militar. Analisamos o contexto histórico do golpe, sua relação com a educação e como o Ginásio de Francisco Beltrão articulou-se, historicamente, com relação a este tema.

Ainda neste mesmo tópico, estudamos o caso do professor Deonísio da Silva, ex-professor do CEMA de Francisco Beltrão, que teve uma história conturbada na cidade por conta de um artigo publicado em jornal local, que envolveu o posicionamento da Associação de Pais e Professores do CEMA. O mesmo professor, em outra ocasião, por meio de um romance, fez referências à instituição e à vida dos professores no contexto do regime militar.

Por fim, apresentamos aspectos da formação do 1º Complexo Educacional de Francisco Beltrão, unindo o CEMA a outras duas instituições de ensino do município, o Instituto Nossa Senhora da Glória e o Grupo Escolar Beatriz Biavatti, com a finalidade de cumprir as proposições estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para o ensino de 1º e 2º graus, Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, também destacamos aspectos relevantes que levaram a construção da sede própria a partir de 1974, tendo sua conclusão efetivada em 1977.

2.1. As bases legais para a organização do ensino secundário

Na década de 1960, segundo Amador (2002), o campo educacional brasileiro vivia conflitos de interesse e disputas ideológicas entre católicos e liberais, que, embora estivessem em conflito, não questionavam o modelo político – econômico vigente, que era quem estabelecia as relações sociais.

As bases econômicas, políticas e sociais seguiam, segundo o mesmo autor, modelos que permitiam a união de forças burguesas e proletárias, constituindo os fundamentos de uma democracia populista, com o intento de democratização das instituições.

No período compreendido entre 1946 e 1964, de acordo com Amador (2002, p. 23) “[...] acirram-se os interesses econômicos e políticos pela disputa dos projetos imperialistas”. De um lado o nacional desenvolvimento, que previa a libertação pelo Estado de qualquer dependência externa, e de outro, a iniciativa privada, voltada aos interesses norte-americanos e à pouca interferência do Estado na economia e dinâmica social.

Os efeitos da Segunda Guerra Mundial e a tensão causada pela guerra fria entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS fez com que o imperialismo americano caísse sobre os países de economia dependente, como o Brasil.

Getúlio Vargas cometeu suicídio em 1954. O próximo presidente foi Juscelino Kubitschek, que: “Para os cargos mais importantes do governo não teve nenhum constrangimento em entregá-los a setores ligados ao capital internacional” (AMADOR, 2002, p. 34). Segundo o mesmo autor:

Com o latifúndio e o imperialismo como aliados e, forças governantes, o resultado para o país não poderia deixar de ser catastrófico. Inflação e concentração de renda forma a consequência de uma política econômica que optou para o desenvolvimento a serviço do capital internacional (2002, p. 34).

O governo que seguiu o de Juscelino teve Jânio Quadros como presidente, representando a base conservadora e João Goulart como vice, representando os interesses nacionais. A falta de habilidade política levou Jânio Quadros a renunciar em agosto de 1961, criando o cenário que preparou o golpe de 1964. Com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu o seu vice João Goulart.

Em conformidade com Amador:

Os golpistas não confiavam em João Goulart e o viam como inimigo. Tinham arrepios só em pensar em comunismo e sua proximidade com os movimentos sociais e sindicais, entendendo-o como uma ameaça ao projeto imperialista que vinha sendo idealizado para o país. Além do mais, acreditavam que o modelo econômico nacional desenvolvimentista tinha se esgotado e precisava ser substituído (2002, p. 35).

Antes da tomada de poder em 1964, no entanto, houve outra tentativa de golpe que não deu certo. Segundo Amador (2002), havia uma exigência para que João Goulart assumisse sob um regime parlamentarista, que durou até 1963, quando um plebiscito popular optou pela volta do presidencialismo. Foi neste ambiente político parlamentarista que aconteceu a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira¹¹.

Neste contexto, a grande discussão girava em torno da valorização ou não da escola pública na diretriz. Os setores sociais que tinham vínculo com o presidente esperavam vetos que não ocorreram. Gadotti, citando discurso de Florestan Fernandez em fevereiro de 1961, assinalou que houve:

[...] decepção da classe trabalhadora quando [...] o presidente da república sanciona a lei de Diretrizes e Bases, mantendo a defesa do ensino privado sob a alegação (sem mencionar as pressões recebidas) de que “o ensino é um só, público ou privado: ele se define pela qualidade que oferece”. O ministro da Educação o Governo e o Congresso Nacional, “tomaram a si a defesa e o patrocínio dos interesses privatistas, introduzindo no País o protecionismo oficial dos estabelecimentos particulares de ensino. O que prevaleceu foi a vontade da Igreja Católica e as aspirações dos donos de escolas particulares, contra a orientação que caracterizava a política educacional que herdamos da I República, que deveríamos defender, intransigentemente, de envolver financeiramente o Estado apenas na expansão dos sistemas públicos de ensino (GADOTTI, 1990, p.88).

Para entendermos um pouco mais a relevância desta legislação específica sobre a educação e porque seu direcionamento ideológico e político causou tantos debates e frustrações, recorreremos a Marchelli, que ao tratar do tema legislação educacional apontou:

[...] é possível considerar as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a sua legislação complementar como fontes primárias de análise, levando-se em conta que a palavra “bases” subentende o currículo, de onde se a expressão que

¹¹ Lei Federal nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, LDBEM.

dá nome ao preceito legal máximo do sistema educacional brasileiro fosse escrita de uma forma explícita para livrá-la de supostas ambiguidades ter-se-ia: Lei das Diretrizes Legais e Bases Curriculares da Educação Nacional. [...] as Constituições em seu capítulo sobre a educação não estabelecem princípios curriculares, nem é seu papel fazer isso. A função das LDB é regulamentar a Constituição no que tange aos dispositivos sobre a Educação nela expressos (MARCHELLI, 2014, p. 1482).

Com este nível de importância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 4024, de 20 de dezembro de 1961, estabeleceu normas para os níveis de ensino primário, médio e superior. No artigo 25, da referida lei, ficou definido que a finalidade do ensino primário era desenvolver nas crianças o raciocínio, a expressão e a integração no meio físico e social. Este trabalho deveria ser feito ao longo de, no mínimo, quatro anos, de acordo com o artigo 26 da mesma lei. Sobre os mecanismos de exigência da frequência das crianças na escola, a LDBEM n.º 4024/61 assinalava:

Art. 30 – Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprego em sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta, em estabelecimento de ensino, ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar (BRASIL, lei 4024 de 1961).

Embora o texto deixasse transparecer uma certa preocupação pela necessidade da educação para o bom desenvolvimento das pessoas, o que segue em seu parágrafo único¹² leva-nos a refletir sobre as condições em que se encontrava grande parte da população, especialmente aquelas retratadas no primeiro capítulo e que formam o foco de nosso estudo, a população da região Sudoeste do Paraná, na década de 1960.

De acordo com a lei, ficavam livres da obrigação escolar pessoas cujos pais tivessem comprovado seu estado de pobreza. Também constituía isenção da obrigatoriedade a insuficiência de escolas, algo muito comum na época.

A formação do adolescente correspondia, na LDBEM 4024/61, ao ensino de grau médio, segundo a legislação:

¹² Lei 4024/61, artigo 30, parágrafo único: “Constituem casos de isenção, além de outros previstos na lei: a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável; b) insuficiência de escolas; c) matrícula encerrada; d) doença ou anomalia grave da criança”.

Art. 34 – O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário (BRASIL, Lei 4024 de 1961).

O disposto na lei, referente ao ensino secundário, estabelecia que o ciclo ginasial deveria ter quatro séries anuais e o colegial, um mínimo de três séries anuais. Cabia ainda, segundo o Art. 35, da lei, ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais relacionarem as disciplinas e definirem a “amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo” (BRASIL, Lei 4024 de 1961).

Ainda segundo o Art. 36 desta mesma legislação, era necessário comprovar “satisfatória educação primária” através de um exame de admissão para ingressar o ensino secundário (BRASIL, Lei 4.024 de 1961).

De acordo com Severgnini e Castanha (2019), o Art. 104 da Lei 4024/61 permitia a flexibilização dos currículos e dos métodos de avaliação, garantindo maior amplitude organizacional e mais possibilidades de aplicação de recursos educativos. Para os mesmos autores, ficava unicamente a cargo dos gestores e professores o trabalho de mediação destes processos.

Art. 104. Será permitida a organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios, dependendo o seu funcionamento para fins de validade legal da autorização do Conselho Estadual de Educação, quando se tratar de cursos primários e médios, e do Conselho Federal de Educação, quando de cursos superiores ou de estabelecimentos de ensino primário e médio sob a jurisdição do Governo Federal (BRASIL, Lei 4.024 de 1961).

Respeitando os dispositivos estabelecidos na LDBEM 4024/61, foi aprovada em 5 de dezembro de 1964, a Lei nº 4.978, que criou o sistema de ensino do Estado do Paraná. Conforme observaram Severgnini e Castanha, em seu Art. 97, a regulamentação estadual estabelecia multa para os pais, cujos filhos “[...] não estivessem matriculados e frequentando a escola primária, esta multa, de acordo com a lei, era de 10% a 50% sobre o maior salário mínimo que estivesse em vigor no Estado” (2019, p. 647).

A lei estadual também obrigava os proprietários rurais a garantir a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades, atendendo, assim, a demanda das crianças que estivessem habitando em suas terras. (PARANÁ, Lei 4.978 de 1964).

O Art. 100 da regulamentação estadual determinava o ensino primário com seis séries anuais nos grupos escolares, cinco séries nas casas escolares e com quatro séries nas casas isoladas “[...] sendo as últimas direcionadas para objetivos pré-vocacionais e de orientação profissional” (SEVERGNINI E CASTANHA, 2019, p. 648).

A Lei 4978/64 determinava ainda:

Art. 102 – Aos alunos que concluírem a quinta série do ensino primário, em grupos e casas escolares, ou a quarta série em escolas isoladas, será permitida a inscrição em exame de admissão para ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio. Parágrafo Único – A fim de que se proporcione aos alunos satisfatória educação primária, os programas de ensino para as escolas isoladas, para grupos e casas escolares, terão fixados a sua amplitude e desenvolvimento levando-se em conta as diferenças existentes entre esses tipos de estabelecimentos de ensino. (PARANÁ, Lei 4.978 de 1964).

Quanto à integração do ensino primário com o ensino médio, a lei estabelecia o seguinte:

Art. 103 – A sexta série do ensino primário incluirá, além do ensino de técnicas de artes industriais e economia doméstica, as disciplinas obrigatórias de primeira série, do 1º ciclo dos cursos de grau médio. Parágrafo Único – Ao aluno que houver concluído a sexta série primária, inclusive com aprovação em exame final das disciplinas obrigatórias da primeira série, do 1º ciclo do grau médio, será facultado o ingresso na segunda série, do 1º ciclo de qualquer curso de grau médio, independente de exame de admissão (PARANÁ, Lei 4.978 de 1964).

Conforme apontaram Severgnini e Castanha:

A lei estabelecia o ensino de grau médio como sendo aquele destinado a formação do adolescente, de técnicos e profissionais de ensino médio e também de professores para o ensino primário por meio do curso normal [...] O ensino secundário, segundo as determinações da lei do Sistema Estadual de Ensino, seria ministrado em dois ciclos: 1º ciclo ou ginásial e 2º ciclo ou colegial, sendo o primeiro com duração de quatro séries anuais e o segundo de 3 séries, no mínimo (2019, p. 648).

A lei do sistema estadual de ensino definiu o exame de admissão para ingresso no ensino médio e o exame de madureza como uma possibilidade de conclusão. Vejamos:

Art. 144 – Após estudos realizados sem observância do regime escolar mediante a prestação de exames de madureza em dois (2) anos, no mínimo, e três (3) no máximo, será permitida:
I – Aos maiores de dezesseis (16) anos, a obtenção de certificados de conclusão do curso ginásial;
II – Aos maiores de dezenove (19) anos, a obtenção de certificados de conclusão do curso colegial; (PARANÁ, Lei 4.978 de 1964).

No que diz respeito à modalidade de ensino técnico e profissional, os ramos previstos na legislação eram o industrial, agrícola, comercial, politécnico e o curso normal para ser professor.

Concomitante a esta formação de nível profissional, era obrigatório aos estudantes cumprirem as disciplinas regulares previstas para a formação de grau médio em cada ciclo.

Em seu Art. 158, a lei assinalava que o ensino normal tinha a finalidade de formar professores, orientadores, supervisores e administradores escolares, e também quaisquer outros profissionais e especialistas destinados ao ensino primário e pré-primário. Além destes, também era objetivo da formação normal “[...]o desenvolvimento e propagação dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância” (PARANÁ, Lei 4.978 de 1964).

De acordo com Severgnini e Castanha “As escolas normais de grau ginásial e colegial poderiam [...] oferecer o curso normal, compreendendo, além do currículo médio, as disciplinas pedagógicas” (2019, p. 649).

No entanto, para os mesmos autores, atividades referentes à administração escolar, orientação educacional e aperfeiçoamentos, deveriam ser buscadas mediante especializações nos institutos de educação, depois de concluído o grau colegial e ter exercido por dois anos ou mais à docência.

2.2. A fundação e implantação do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão

A região Sudoeste do Paraná viu acontecer, como relatado no primeiro capítulo, uma grande migração de pessoas para colonizar suas terras. Segundo Cattelan “[...] houve ocupação e apropriação do território em um impressionante movimento de expansão pela consolidação da fronteira agrícola sudoestina” (2014, p. 146). Ainda, conforme a mesma autora, com a emancipação em 1952, Francisco Beltrão, nas décadas seguintes, recebeu um grande fluxo migratório.

[...] até a década de 1970 a população rural era superior à população urbana, em números. Este fato deveu-se à intensa migração ocorrida nestas décadas. Na década de 1980, este número já não era mais visível na área rural, e o aumento populacional se deu na área urbana. Acentuando-se nas décadas posteriores. (CATTELAN, 2014, p. 147).

Para Cattelan (2014), este aumento da população urbana deu-se, especialmente, pelo fortalecimento comercial do município, instalação de indústrias, modernização da agricultura e o endividamento dos agricultores, conforme destaques que já pontuamos no primeiro capítulo.

Retomamos a abordagem da questão do crescimento populacional e do desenvolvimento da região, em especial do município de Francisco Beltrão, porque entendemos que foi um dos fatores principais que levaram a população e as lideranças locais a exigir do Estado¹³ a implantação de uma nova instituição de ensino, que oferecesse, também, o grau médio para os estudantes. A partir do estudo de Cattelan (2014), percebemos que a população que vinha para a região tinha interesse pela questão educacional, sempre se mobilizando nas comunidades ou através dos recursos e subsídios da Colônia Agrícola, buscando garantir às crianças o necessário para sua formação. Tratando especificamente da educação rural, Cattelan apontou que nas décadas de 1950 e 1960:

[...] os agricultores que verificavam a demanda educacional das comunidades doavam o terreno, os materiais e a mão de obra para a construção da escola e ainda indicavam o professor, geralmente o mais instruído da comunidade. O que competia à prefeitura era apenas o pagamento do salário a estes professores (2014, p. 158).

No perímetro urbano do município não era diferente, e tendo já várias escolas de ensino primário, aos poucos, a população e as lideranças de Francisco Beltrão foram sentindo a necessidade de expandir o nível de instrução oferecido no município.

Conforme vimos no primeiro capítulo, já existia, naquela época, a Escola Normal Ginásial Nossa Senhora da Glória, fundada em 1959, que funcionava no Instituto Nossa Senhora da Glória. A instituição atendia apenas ao público de formação de professores, em nível ginásial.

¹³ Pela Lei 4024/61, segundo Cattelan: “O Estado se tornou responsável pela organização, manutenção e funcionamento do ensino primário e médio. Tinha de garantir, também, a obrigatoriedade e o acesso escolar a crianças maiores de sete anos” (2014, p.155).

Para perscrutar melhor esta história, fomos em busca de pessoas que viveram aqueles momentos e que fizeram parte da história da educação em Francisco Beltrão, especialmente aqueles que estiveram vinculados ao Colégio Estadual Mário de Andrade.

Mediante conversas prévias na instituição e por meio de nomes que surgiram nos documentos pesquisados, conseguimos encontrar ex-professores e ex-diretores que nos ajudaram a construir, por meio de entrevistas e questionários um retrato mais fiel sobre como os fatos desenrolaram-se em meados da década de 1960.

Pelo decreto nº 14.006, de 29 de janeiro de 1964, foi aprovada a instituição denominada Ginásio Estadual de Francisco Beltrão. Segundo o Projeto Político Pedagógico (2017) do Colégio Estadual Mário de Andrade, o primeiro diretor foi o Dr. Valtrudes Silveira Neto. Atualmente, residente na cidade de Nova Prata do Iguaçu, o Senhor Valtrudes¹⁴ concedeu-nos entrevista juntamente com sua esposa Elaine Schmidt Neto¹⁵, que também foi professora do Ginásio na época.

De acordo com a Senhora Elaine:

Existia o La Salle, que deveria ser um bom colégio. Eu não conheci, mas a gente sabe que de irmãos Maristas¹⁶ sempre eram bons colégios. Eu estudei em colégio de freiras. Então, existia o La Salle que funcionava direitinho, mas era particular. Ai, o povo sentiu a necessidade de ter uma escola gratuita ne?... (NETO, E. 2020).

Para Elaine e Valtrudes, a demanda de alunos e a falta de condições de grande parte da população em frequentar o curso ginásial pago motivou a mobilização social para a implantação de uma instituição de ensino ginásial estadual e gratuita, no entanto, sobre os detalhes deste processo não têm mais lembranças. O senhor Valtrudes, em entrevista, disse: “[...] apenas sei que as

¹⁴ O Senhor Valtrudes Silveira Neto foi o primeiro diretor do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão. Nascido em Alfredo Vagner – SC, no antigo distrito de Catuíra que, na ocasião, fazia parte do município de Bom Retiro – SC. Ao concluir o curso de Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, veio exercer a profissão em Francisco Beltrão porque seus pais residiam nesta cidade.

¹⁵ Nascida no Rio Grande do Sul, passou toda sua infância em Curitiba. Veio para Francisco Beltrão quando se casou com Valtrudes. Graduiu-se em Pedagogia após sair de Francisco Beltrão, tendo recebido convite para dirigir outra instituição de ensino em Nova Prata do Iguaçu, cargo que acabou recusando por ter assumido concurso público como cartorária também naquela cidade.

¹⁶ A depoente provavelmente confundiu o nome das ordens religiosas. O Colégio La Salle pertencia a ordem dos irmãos Lassalistas e não dos irmãos Maristas.

forças políticas do município se empenharam na sua implantação” (NETO, V. 2020).

Após a implantação do Ginásio, segundo o depoimento do senhor Valtrudes, houve muita disputa política pela direção da instituição, tendo sido empossados e destituídos vários diretores em menos de uma semana.

Na ocasião, vigorava o chamado comando político, que era exercido pelo antigo partido UDN – União Democrática Nacional, comandada pelo Dr. Paracelso Alvez Pereira, advogado renomado na cidade. Terminei com sucesso uma ação cível por ele iniciada. Ao ser implantado o Ginásio, as forças políticas se digladiaram para a nomeação do diretor. Foram nomeados e rapidamente revogados vários diretores. Fui consultado pelo Dr. Paracelso, se aceitava ser diretor do Ginásio, ao que respondi favoravelmente, desde que fosse coisa definitiva, pois antes houve vários diretores nomeados e rapidamente destituídos (NETO, V. 2020).

Sobre o fato, completou a Senhora Elaine:

[...] havia dois lados políticos, os dois queriam a direção, os dois disputavam a direção do Mário de Andrade. E... Um lado que não era o do “Val”, chegou a nomear dois diretores e o outro lado já entrava para destituir. Porque eles falavam que nem a Secretaria de Educação em Curitiba sabia disso. E daí o “Val” trabalhou na advocacia com um doutor que se chamava Paracelso, ele era muito conceituado em Francisco Beltrão. Paracelso Alvez Pereira, ele era um advogado muito conceituado na época e pediu ajuda para o “Val” em um trabalho de advocacia, porque o “Val” já estava advogando lá, eles atuaram juntos em uma causa e ele gostou muito do trabalho do “Val”. Ai, como havia essa disputa para a direção do Colégio, e eles estavam à procura de alguém para pôr de diretor no Ginásio, ele falou para o Valtrudes: “Eu vou te indicar para ser o diretor do Mário de Andrade.” Ai o Valtrudes falou assim para ele: “Se for para ficar eu vou. Se for para me destituírem já no dia seguinte eu não vou.” Ai ele garantiu que ele ia ficar, porque eles foram para Curitiba, no governo Nei Braga, ai falaram com o Secretário de Educação e nomearam o Valtrudes. Ai o Valtrudes assumiu. Ai até houve uma manifestaçãozinha lá do outro lado, que não gostaram muito, mas o “Val” assumiu e o Colégio começou a funcionar (NETO, E. 2020).

Segundo o Sr. Valtrudes, na época, era o comando político quem nomeava o diretor do Colégio Estadual e o delegado de polícia (não concursado). Também de acordo com seu relato, o Governador de então ao tomar conhecimento dos fatos que vinham ocorrendo na cidade de Francisco Beltrão confirmou que o comando local era da UDN e disse que verificaria o

que estava acontecendo. Feito isso, confirmou-se, finalmente, seu nome como diretor do Ginásio Estadual.

Ainda de acordo com o depoimento do senhor Valtrudes, os professores eram escolhidos entre os profissionais liberais da cidade.

Os professores eram escolhidos entre os profissionais liberais, pelo diretor, que encaminhava a lista para o secretário de educação, que os nomeava por um ano, como professores suplementaristas. Os pagamentos eram depositados nas contas bancárias. Assumi e contratei professores, meus conhecidos. Todos profissionais liberais, a saber: Dr. Valtrudes Silveira Neto – Português, Elaine Schmidt Neto – Português, Dr. Eugênio Chicowski – Geografia, Dr. Romeu Monaretto – inglês, Dr. Deni Lineu Schwartz – Matemática, Dra. Reni Werlang Monaretto. – Ciências (NETO, V. 2020).

A senhora Elaine completou:

Então, o “Val” contratava os professores que se chamavam suplementaristas, inclusive ele era professor, mesmo antes de eu entrar, e eles recebiam um ordenado como suplementaristas, eu também recebia. Mas a função de diretor não, era cargo de confiança. Ele mandava a lista dos professores que eram nomeados por um ano, e eles mandavam o pagamento na conta todo mês. E no outro ano tinha que contratar novamente. E como os professores eram selecionados? Na época, em Beltrão, fora os “La Salistas”, não haviam professores formados na área, muito. Não tinha, eu acho. Então o “Val” pegou os profissionais liberais que tinha lá, na época, praticamente no começo do desenvolvimento da cidade. Também não tinha muitos profissionais liberais. Tinha engenheiros, dentistas... Então assim, pegava os engenheiros civis pra dar Matemática... Nós tínhamos um engenheiro civil que era o Deni Schwartz [...] depois veio o Engênio que era agrônomo... [...] tinha este casal aqui de dentistas, o Dr. Romeu Monaretto e a Dra. Reny Monaretto, eles são de família tradicional, ela é Werlang. Tem aquela rua Lauro Werlang, era o irmão dela (NETO, E. 2020).

Segundo o relato, a função exercida pelo Sr. Valtrudes, como diretor do Ginásio, não era remunerada.

Na ocasião, também conversamos com a senhora Elaine sobre sua experiência como professora na instituição.

Eu morava em Curitiba e fiz do primeiro ao último ano do segundo grau em um colégio de freiras, o Colégio São José lá em Curitiba, não era interno, era semi-interno. Ai eu também vim com uma bagagem mais ou menos para aquela época. Eu lembro que quando eu casei, eu era nova ainda, eu trouxe todo meu material escolar... Eu me criei em Curitiba, mas eu nasci no Rio Grande do Sul. Ai o “Val” pediu se eu queria dar aula, e

eu tive excelentes professores no colégio de freiras, era só lembrar dos professores que eu dava uma aula. Porque na verdade eu fiz o técnico comercial, mas aí eu tinha uma professora de português muito rígida... Aí o “Val” me colocou para dar aula de português e ele tinha uma enciclopédia, esqueci o nome agora... Mas eu fazia minhas fichas todas de cada aula, com a matéria, e o que eu tinha dúvida ele me explicava, porque ele é muito bom em português. Nossa, eu ia bem! Os alunos, naquela época eram uns amores. Eu dava aula pra gente bem mais velha que eu a noite, mas eles obedeciam, eram respeitosos, era um ambiente muito legal. Os corredores eram quietos na hora da aula, cada professor na sua sala dando aula. Era outra visão na época (NETO, E. 2020).

De acordo com o Sr. Valtrudes, a primeira turma de Ginásio formada teve festa de formatura realizada no antigo cinema da cidade.

Com a autorização do senhor Valtrudes e da dona Elaine, reproduzimos a fotografia abaixo.

Imagem 18 – Valtrudes Silveira Neto e Elaine Schmidt Neto em janeiro de 2020



FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Beliatto (2017) apontou que as instalações utilizadas nos primeiros anos de funcionamento do então Ginásio Estadual de Francisco Beltrão foram salas improvisadas no prédio do Grupo Escolar Suplicy. Mais uma vez, segundo o mesmo autor, a pressão da população e das lideranças locais para que fosse construída uma nova estrutura física para o Colégio levou o Estado a buscar outras alternativas que suprissem esta demanda de estrutura e também lhes dessem uma organização reconhecida e valorizada pela população.

Conforme Beliatto (2017), no final de 1967, a Secretaria de Educação do Estado propôs às Irmãs Escolares de Nossa Senhora uma parceria. Elas haviam terminado de construir uma nova estrutura e a proposta do Estado era para que alugassem esta estrutura para atender os alunos do Ginásio Estadual, bem como assumissem a direção da instituição. No instituto Nossa Senhora da Glória, já funcionava a Escola Normal Regina Mundi, mantida pelo Estado e fundada em 1965.

Na entrevista realizada com o primeiro diretor do Ginásio, senhor Valtrudes Silveira Neto, ele também nos falou sobre esta transição.

Não sei os motivos do acordo do governo estadual com as irmãs escolares de Nossa Senhora em 1967, mas achei justo tendo em vista o belo prédio que elas construíram. Fiz questão que fossem todos para o referido colégio. Inclusive eu e minha esposa demos aula de português. Por falta de tempo, deixei de dar aulas, porém minha esposa ainda continuou por um bom tempo. Na realidade elas fizeram aquele “baita” prédio lá e não tinham alunos. Eu que cedi os alunos. Falei: “Vão todo mundo lá que é de graça”. Elas primeiro conversaram ali, até por medo que fosse dar bronca de novo, manifestação, como foi no início... (NETO, V. 2020).

Como vimos no Capítulo I, as Irmãs escolares de Nossa Senhora já haviam se instalado no município desde os tempos da Vila Marrecas, fazendo parcerias com a Colônia Agrícola e iniciando seu trabalho educacional ainda em 1952. Este histórico de ligação entre as Irmãs e o poder público certamente facilitou a negociação para que elas aceitassem a proposta. O valor pago pelo Estado às Irmãs, segundo Beliatto “[...] não foi possível identificar, mas certamente não foi cedido de graça” (2017, p. 140).

Esta nova fase do então Ginásio Estadual de Francisco Beltrão sob a direção das Irmãs Escolares de Nossa Senhora foi reconhecida por muitos

como o verdadeiro pontapé inicial do futuro Colégio Estadual Mário de Andrade, conforme sugere o relato do Professor Danilo Oscar Schiessl¹⁷:

[...] o Mário de Andrade, na verdade, teve origem com a fusão da Escola das Irmãs Educadoras, do Regina Mundi, com o Ginásio Estadual e o Colégio La Salle, que também, na época, fechou. Então, esses alunos canalizaram e acabaram todos caindo lá no Mario de Andrade¹⁸ (2018).

A instituição já dirigida pelas irmãs educadoras organizou-se juntamente com o Ginásio Estadual de forma natural pela unidade de direção, já o Colégio La Salle, segundo entrevista realizada com o senhor Valtrudes e com sua esposa Elaine, fechou devido à oferta gratuita de vagas no Ginásio Estadual, ou seja, não ocorreu uma fusão intencional e planejada desta instituição, mas os alunos acabaram naturalmente migrando para o ensino gratuito, ocasionando o fechamento do La Salle.

De acordo com eles, os alunos não quiseram mais permanecer na instituição paga, uma vez que poderiam ter acesso ao nível ginásial de forma gratuita.

A Professora Neide Maria Ferreira¹⁹ (2018) também registrou este momento em que as Irmãs assumiram a direção do Ginásio como uma nova página. Ao falar dos professores, Ferreira (2018) disse que muitos vieram “do antigo ginásio que funcionava antes das Irmãs assumirem” e continuaram professores da instituição.

Ainda segundo a depoente, sua função na instituição foi, primeiramente, no cargo de secretária, para o qual teria sido convidada pelas Irmãs para organizar a “bagunça” deixada pela antiga gestão. “A diretora da época era a Irmã Arcélia e ela me convidou para ajudar a organizar a secretaria do Colégio

¹⁷ Ex-Professor e Diretor do Colégio Estadual Mario de Andrade. Danilo iniciou sua carreira como professor na cidade de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul e veio para Francisco Beltrão no final de 1965. Ministrou aulas de Matemática no Colégio La Salle e no Mario de Andrade, tendo assumido a direção da instituição durante um período. Entrevista concedida no dia 15 de maio de 2018.

¹⁸ Em seu relato, Schiessl (2018) utiliza o nome atual do Colégio, mas, na época, ele ainda se chamava Ginásio Estadual de Francisco Beltrão.

¹⁹ A Professora Neide Maria Ferreira veio para Francisco Beltrão em 1963, foi aluna da Escola Normal de grau Ginásial Nossa Senhora da Glória, da Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi, graduou-se em Estudos Sociais e História e fez Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Internacional de Lisboa. Trabalhou como secretária e professora do Colégio Estadual Mario de Andrade e foi chefe do Núcleo Regional de Educação entre os anos de 1989 e 1994. Entrevista concedida em 7 de agosto de 2018.

Mario de Andrade que elas tinham acabado de assumir e estava um pouco bagunçada”²⁰ (FERREIRA, 2018).

Beliatto, analisando documentos históricos do Colégio Nossa Senhora da Glória também nos apresenta a mesma situação.

As irmãs encontraram dificuldades para impor um padrão disciplinar aos alunos das outras instituições. Os alunos precisaram se adaptar e resolver também problemas de suas matrículas por terem vindos de registros diferentes. A secretaria do Ginásio Francisco Beltrão estava desorganizada. A crônica revela problemas sérios. A nova direção constatou que vários alunos estavam com seus históricos em situação irregular (2017, p.141).

Segundo Beliatto:

Na época havia duas ou três instituições funcionando no mesmo espaço e, como consequência, muitos problemas surgiram com a documentação escolar dos alunos. Boa parte da desorganização era por falta de estrutura [...] (2017, p.141).

De acordo com Ferreira (2018), “[...] na época, eu não sei se era a legislação ou não, mas o costume era que os meninos estudavam no La Salle e as meninas estudavam no Colégio Nossa Senhora da Glória”.

Verificamos esta informação e constatamos que, na verdade, não existia legislação na época que fazia a separação dos alunos por sexo. Entendemos que, sendo um Colégio direcionado à formação sacerdotal, era natural que, no La Salle, houvesse predominância de meninos. Da mesma forma, na escola normal, que funcionava no Colégio das Irmãs, era mais comum existir predominância de meninas.

Ainda segundo a mesma depoente, quando chegou na cidade em 1963, cursou o Ginásio na Escola Normal Ginásial Nossa Senhora da Glória.

[...] aqui, em Francisco Beltrão, a escola era um pouquinho diferente... Era uma escola Normal, de grau Ginásial. Era uma escola que preparava os alunos, que eram, na verdade, quase só meninas, para serem professoras. E no final do curso você recebia um certificado com o qual se podia trabalhar. Poderia ser professor (FERREIRA, 2018).

Durante a entrevista, a professora Neide Maria Ferreira apresentou-nos seu certificado de conclusão do curso, expedido em 12 de dezembro de 1963,

²⁰ Em seu relato, Ferreira (2018) utiliza o nome atual do Colégio, mas, na época, ele ainda se chamava Ginásio Estadual de Francisco Beltrão.

comprovando que, naquele período, já existia na cidade o curso normal de grau ginásial, ofertado pela Escola Normal Nossa Senhora da Glória²¹.

No diploma apresentado pela professora Neide, observamos que ele foi emitido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, logo, era uma instituição estadual que funcionava no Colégio das Irmãs.

Imagem 19 - Diploma de Regente de Ensino da professora Neide Maria Ferreira de 1963



FONTE: Acervo pessoal da professora Neide Maria Ferreira, (2018).

Imagem 20 - Verso do Diploma de Ensino da professora Neide Maria Ferreira



FONTE: Acervo pessoal da professora Neide Maria Ferreira, (2018).

²¹ No certificado, consta o nome de solteira da depoente, Neide Maria Ramella.

De acordo com um documento encontrado no CEMA, denominado de planejamento prévio do I Complexo (1973), no período em que esteve junto a estrutura do Grupo Escolar Suplicy, sob a direção de Valtrudes Silveira Neto, o Ginásio oferecia estudo no período noturno.

A partir de 1967, foram criadas também classes diurnas. Isto aconteceu concomitantemente à negociação para utilização da estrutura física das Irmãs Escolares de Nossa Senhora.

No ano de 1967, foram criadas classes diurnas, bem como formou sua primeira turma de quartanistas num total de 28 (alunas). No ano de 1968²² a Secretaria de Educação solicitou o prédio das Irmãs do Instituto Nossa Senhora da Glória, para o funcionamento do Ginásio, por oferecer melhores condições. De 1964 a 1967 foi diretor o Dr. Valtrudes Silveira Neto. De 1968 a 1969 Irmã Arcélia Maria Paese. De 1969 a 1973 Irmã Barbara Zimmerman nomeada pela portaria nº 9.180/69. (CEMA, 1973, s/p).

De acordo com este mesmo documento, em 1967, foi extinta a Escola Normal Ginásial Nossa Senhora da Glória. Em 1968, o Colégio La Salle também foi extinto, transferindo seus alunos para o Ginásio Estadual de Francisco Beltrão.

Assim, o Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, sob a direção das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, unia, em uma mesma estrutura física e administrativa, o Instituto Nossa Senhora da Glória, a Escola Normal Colegial Regina Mundi e atendia os antigos alunos do Colégio La Salle. “Em virtude do acréscimo de alunos passou o referido Ginásio a ser o único existente na cidade a funcionar em três turnos” (CEMA, 1973).

De acordo com Schiessl:

[...] como a demanda era grande e as famílias mais abastadas mandavam os filhos para os grandes centros, a escola e a comunidade se mobilizaram para trazer, também, o ensino médio, o ensino secundário ou o segundo ciclo, como era denominado na época. Então, foram feitas diversas reuniões, em diversos locais, convidadas as autoridades para discutir e encontrar uma solução, e também para mobilizar, é... Na época, tudo dependia da política, da representação junto ao governo do Estado. E Francisco Beltrão, eu acho, sempre foi muito privilegiado nesse sentido, porque sempre teve uma grande representação junto ao governo, seja Estadual ou Federal. Nós tivemos eminentes beltronenses que participaram

²² De acordo com Beliatto (2017), a proposta feita pela Secretaria Estadual de Educação aconteceu ainda em 1967.

da esfera Federal e também da Estadual. E nessas reuniões se levantava estes grandes problemas, porque havia uma exigência para a implantação de um curso neste nível, de professores habilitados e titulados e assim por diante... (2018)

Ainda sobre a mobilização da comunidade de Francisco Beltrão para ampliar suas possibilidades educacionais no final da década de 1960, o Professor Jackson Alano Ciola²³ relatou:

[...] Sempre houve grupos de empresários e políticos somados as comunidades escolares lutando por isso. Muito foi feito. A prova disso é que além de ótimos Colégios em todos os níveis, temos uma gama significativa de Faculdades e Universidades em nossa cidade (2019).

Com todas estas mudanças e com novas turmas e níveis de ensino sendo ofertados, o Ginásio Estadual de Francisco Beltrão precisou buscar professores para atender as exigências. Assim sendo, de acordo com a professora Neide:

No início, aqui em Francisco Beltrão, não existiam professores com licenciaturas. No próprio Colégio das irmãs, no ginásio, os professores eram dentistas, psicólogos... Os profissionais da cidade é que trabalhavam como professor... Quando foi instituído o ensino médio, o segundo grau, na época, houve dois ramos... Primeiro, foi o magistério, o curso normal, e o segundo, foi o curso científico. Aí se precisou de professores. A maioria, ou um grande número deles vieram do La Salle. Eu não lembro exatamente a data, mas o Colégio La Salle foi desativado e todos os professores que trabalhavam no La Salle vieram para o Mario de Andrade. E, também, vários professores de fora... Nós tivemos muitos professores que vieram exclusivamente para trabalhar no Mário de Andrade (FERREIRA, 2018).

Ciola (2019) também destacou o fato de que profissionais da cidade com experiência em alguma disciplina assumiam estas matérias na falta de professores licenciados. Segundo ele:, “Os professores que possuíam licenciatura plena assumiam também aulas nos cursos secundários e algumas disciplinas eram ministradas por profissionais liberais” (2019).

²³ Ex-Professor e Diretor do Colégio Estadual Mario de Andrade. Jackson formou-se em Letras pela Universidade Católica do Paraná, atualmente, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC. Em 1972, com 24 anos, veio para Francisco Beltrão estimulado pela notícia de falta de professores na região. Ministrou aulas no Colégio Mario de Andrade e na cidade de Marmeleiro. Foi diretor do Mario de Andrade em 1974 e, depois, novamente em 1997. Entrevista concedida em 23 de abril de 2019.

Schiessl confirmou a informação em seu relato pessoal de atuação no Ginásio Estadual, sendo contador, foi chamado a trabalhar com a disciplina de Matemática.

Eu iniciei a minha carreira como professor na cidade de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, e vim para Francisco Beltrão no final de 1965. A princípio, para trabalhar com contabilidade. Mas havia aqui uma certa carência de professores, e eu tive uma boa acolhida pela diretora da escola e também no Colégio La Salle, devido as referências que eu trazia do Colégio dos Irmãos Maristas, da cidade de Getúlio Vargas. O fato é, que já no ano seguinte eu iniciei com aulas de Matemática no Mário de Andrade, que até então não tinha esse nome, e no Colégio Lassalista²⁴ (2018).

Schiessl (2018) também falou do trabalho para encontrar professores capacitados para atuar no Colégio. De acordo com ele, a titulação específica nas áreas de ensino era importante até mesmo para os processos legais e burocráticos da instituição, então, os dirigentes do Ginásio foram em busca de professores com as titulações exigidas, em especial, por meio dos contatos obtidos pelos Irmãos Lassalistas, que também passaram a integrar o Ginásio após a extinção do Colégio La Salle.

[...] o número de professores titulados em Francisco Beltrão não era suficiente, porque as diversas áreas de conhecimento requeriam uma especialização. Porque, é... Algumas pessoas se prontificaram a ministrar aula na falta de professores, mas a exigência era a titulação, sem isso, não era possível nem encaminhar a documentação solicitando a abertura. Então, uma das providências que se tomou, depois dessas reuniões e da mobilização da classe política para interferir junto ao governo do estado, foi que a escola se prontificou a fazer uma busca de professores que preenchessem os requisitos. (SCHISSL, 2018).

Segundo o mesmo depoente:

Então, saiu uma comissão a procura de professores. Foram para o Estado de Minas Gerais, e de lá trouxeram diversos professores. Professores de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, vieram de toda parte. Onde havia professor disponível foi se buscar para que atendessem as necessidades que se exigia. Essa busca de professores se fez, principalmente, pelo conhecimento que os irmãos Lasallistas, que também passaram a integrar o quadro de magistério do Mário de Andrade, e tinham conhecimento de outros irmãos, e foram em busca deles, então, nessas diversas localidades. Então, a

²⁴ Em 1967/68, o Colégio La Salle foi incorporado ao Ginásio Estadual de Francisco Beltrão.

maioria desses professores que vieram eram advindos de educandários do La Salle. (SCHIESSL, 2018).

Dessa forma, o Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, após alguns anos funcionando nas dependências do Grupo Escolar Suplicy, mudou-se para a estrutura das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, unindo-se ao Instituto Nossa Senhora da Glória, ao Colégio La Salle, que também foi incorporado ao Ginásio e à Escola Normal Colegial Regina Mundi, que formava novas professoras para o ensino primário na cidade.

Mantiveram-se os professores que já atuavam nestas instituições, especialmente aqueles que possuíam formação específica e buscaram-se novos de diversos estados, por indicação dos irmãos da congregação Lassalista.

2.3. Expressões do regime militar na educação secundária em Francisco Beltrão: O caso do professor Deonísio da Silva

Poucos meses após a fundação do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, em 1º de abril de 1964, o Brasil sofreu o Golpe Militar. De acordo com Germano (2000), o início dos anos 1960 foi um período difícil para as elites brasileiras por conta da grande crise econômica e política que se instalava, reduzindo os índices de investimentos, a entrada de capital, agravando a inflação e diminuindo as taxas de lucro.

Com a perspectiva de acumulação de capital, segundo o mesmo autor, as elites viam a política populista do Estado como não favorável a seus interesses. “As mobilizações populares em favor de reformas na estrutura da sociedade brasileira intensificaram-se e o conflito entre capital e trabalho acentuou-se, agravando a crise de direção política do Estado” (GERMANO, 2000, p. 50).

Ainda conforme Germano (2000), houve acirramento das lutas de classe por meio da inserção mais representativa da sociedade civil e pela organização de trabalhadores e estudantes. Estas atividades, segundo ele, repercutiram na educação e na cultura, influenciando campanhas e movimentos de conscientização política e social. “A matrícula no ensino fundamental aumentou no período (1960-1964)” (GERMANO, 2000, p. 50).

A União Nacional dos Estudantes – UNE propunha, na época, uma organização da cultura com vista à mudança estrutural na sociedade.

Greves, mobilizações, assembleias, crescimento das organizações sindicais, surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais faziam parte do Contexto político da época. Até mesmo a Igreja Católica preocupava-se com a situação social e política e, temendo perder o controle do seu “rebanho”, organizou sindicatos rurais, concorrendo com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e com as Ligas Camponesas. A Igreja chegou a criar um sistema de radiodifusão educativa com o MEB (Movimento de Educação de Base) e envolveu-se em campanhas eleitorais em favor de candidatos cristãos (GERMANO, 2000, p. 50).

Para Germano (2000), a revolução cubana fez ascender em muitos, na época, o desejo por libertar-se da opressão, afetando a imagem dos Estados Unidos da América em todo o continente. Assim sendo, preocupados com a possibilidade de acontecer o mesmo tipo de movimento revolucionário em outros lugares do América, os Estados Unidos investiram na reação ofensiva anticomunista.

[...] foi criado um programa de “cooperação” econômica denominado “Aliança para o progresso”, os exércitos continentais foram conclamados a travarem uma prolongada luta anti-subversiva e, em alguns casos, ocorreu uma intervenção inequívoca dos Estados Unidos em favor das forças antidemocráticas e golpistas com se verificou no Brasil [...] (GERMANO, 2000, p. 50).

Todo este contexto, para o autor, assustou a burguesia e vários outros setores da classe média, além dos mais altos escalões militares. Eles reagiram politicamente no Congresso, tentando evitar que projetos de reformas de base fossem aprovados. Além disso, criaram instituições ideológicas para unir a vontade coletiva de seus aliados e, em conformidade com Germano (2000), chegaram a formar exércitos particulares para defenderem-se em possíveis confrontos armados. Isto somado à alta da inflação, ao combate da reforma agrária e à disseminação da ideologia da Segurança Nacional levou ao Golpe de 1964.

No Brasil, a partir de 1964, o Estado caracteriza-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, uma vez que o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo. O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil [...] (GERMANO, 2000, p. 55).

A educação, que, de acordo com Amador (2002), começava a ver avanços significativos em defesa da escola pública e articulada com os problemas sociais sofreu um grande retrocesso.

A ruptura político-econômica ocorrida em 64 representou o fim de um modelo, que buscava certa autonomia, sempre nos limites da sociedade capitalista, mas que possibilitava uma relativa participação popular, e de certa forma, uma significativa politização da sociedade brasileira. Com o golpe militar esta ascensão da cidadania foi estrangulada [...] (AMADOR, 2002, p. 40).

Para Amador (2002), muitas pessoas que mantinham sua dignidade e que eram capazes de ter consciência do que estava acontecendo, apesar da repressão, continuavam a lutar por liberdade.

Na década de 1970, no entanto, segundo o mesmo autor, a tortura passou a ser prática usual contra qualquer opositor do regime. “Neste momento a oposição se resumiu à clandestinidade, pois toda e qualquer tentativa de oposição (de estudantes, intelectuais, artistas e trabalhadores) era sufocada” (AMADOR, 2002, p. 46).

Conforme Amador (2002), havia uma grande propaganda ideológica com base no chamado milagre Brasileiro e do Brasil como uma grande potência. Esta estratégia propagandística objetivava passar para a população a falsa ideia de que estava tudo bem. Mas ao mesmo tempo, segundo o mesmo autor, o imperialismo implantava suas políticas baseadas na privatização da estrutura do Estado Brasileiro. Estes projetos beneficiavam os monopólios internacionais e facilitavam a corrupção.

Na educação, em conformidade com Germano (2000), o Estado Militar fez uso da educação em seus discursos como forma de atingir a tão sonhada potência de desenvolvimento que pregava e, de forma menos explícita, buscava usar os mecanismos educacionais para criar uma hegemonia ideológica de aceitação da situação vigente.

Estas estratégias não ficaram sem resposta, sem resistência, mas esbarraram ainda em outros problemas. Um deles foi a falta de recursos financeiros para a escola pública e isto ocorreu porque o Governo empregava seus recursos em setores cujos objetivos eram somente a acumulação do capital (GERMANO, 2000).

Segundo Germano:

[...] apesar desse limite de ordem estrutural, material, o Estado brasileiro não se desinteressou pela educação. O seu interesse se manifesta, primeiramente, através da repressão a professores e alunos “indesejáveis” ao Regime através do controle político e ideológico do ensino, visando a eliminação do exercício da crítica social e política, para obter a adesão de segmentos sociais cada vez mais amplos para o seu projeto de dominação. (2000, p. 105).

Para o autor, outro ponto importante na educação do regime militar foi o fato de que ela adotou uma perspectiva liberal de ensino, subordinando a educação à produção. “[...] o referencial adotado pelo planejamento educacional, pelo menos até o II Plano Setorial da Educação, Cultura e Desporto (PSEC) – 1974-1979, tem como um de seus corolários os pressupostos oferecidos pela economia da educação” (GERMANO, 2000, p.105).

Dessa forma, o Estado deixou de lado seu comprometimento com o financiamento da escola pública, favorecendo e subsidiando a iniciativa privada e contradizendo o discurso de valorização da educação. “[...] o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus, sobretudo” (GERMANO, 2000, p. 106).

Esta situação de embates ideológicos que atingiam toda a extensão do território nacional refletia-se também no dia-a-dia das instituições de ensino. O clima de tensão, de medo, de receio de estar sendo perseguido e observado foi algo que também chegou nas dimensões do Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, fundado pouco antes da instauração do regime militar, e acompanhou a trajetória da Instituição por longos anos, até o seu final em 1985. Conforme nos relatou Schiessl:

[...] naquela época, Francisco Beltrão vivia sobre a influência de dois polos políticos, um grupo da “Arena” e um grupo do “MDB”, e o Estado abriu concurso... Apareceram os primeiros professores concursados, então, foi preciso um acerto de ideias, porque entre os professores novos, tinham alguns com tendências que eram consideradas um pouco a esquerda, ou mais sociais, e por outro lado, nós tínhamos o grupo remanescente do Colégio La Salle, com a sua filosofia educacional, uma outra filosofia, também, trazida do Colégio das Irmãs, porque... No acerto que havia com o Estado, o Colégio seria Estadual, mas a direção deveria permanecer com as Irmãs Educadoras. Então... Não havia, assim, um conflito aberto, mas nas entre linhas se notava que essas tendências

geravam dificuldades no trabalho. Nós tínhamos alguns professores que vieram mais da direita, inclusive, na época, veio um professor que diziam que era um agente da SNI, coisa que nunca foi provado, mas, tinha algumas relações... Então, nós tínhamos ali, nitidamente, ideologias políticas um pouco mais sociais e um pouco mais voltadas para a direita, do capitalismo, e assim por diante (2018).

O professor Danilo Oscar Schiessl prosseguiu seu depoimento citando um fato interessante, que nos levou a buscar outras fontes para melhor interpretá-lo. O depoente disse:

Lembro também, que, na época, nós tínhamos aqui o professor e escritor Deonísio da Silva, que até escreveu um livro contando alguns relatos pitorescos do estabelecimento Mário de Andrade e com as pessoas envolvidas lá (2018).

Ao ser solicitado mais informações sobre o assunto, Schiessl acrescentou:

Na verdade, o escritor e professor Deonísio foi também professor do Colégio Mario de Andrade. Mas, era um professor muito avançado, com ideias futuristas, e havia um certo... Como é que eu vou me expressar? Eram ideias que ainda não eram muito bem aceitas. Eram muito inovadoras, e havia um conservadorismo... Eu acho que esse conservadorismo era próprio, primeiro, da época, e mesmo por se tratar de uma gestão de origem religiosa, quando o Estado exigia que a escola fosse laica. Então, havia um conflito de ideias. O professor, nesse livro dele, em forma de romance, descreve esses conflitos através de metáforas. A interpretação desse livro é quase para as pessoas que conviveram ali, que sabiam a quem é que ele se referia e quem era cada uma das personagens. Então, o leitor desatento ou não conhecedor, não vai entender muita coisa (2018).

Após esta entrevista fomos buscar outras fontes e mais detalhes sobre o professor Deonísio da Silva²⁵ e o referido livro.

Nos documentos do Colégio Estadual Mário de Andrade localizamos o seu Currículo Vitae do ano de 1973, o qual reproduzimos a seguir.

²⁵ Deonísio da Silva, hoje, é professor federal aposentado da UFSCar (1981-2003), também é Professor Titular da Universidade Estácio de Sá e Diretor do Instituto da Palavra. Escritor, Doutor em Letras pela USP. Integra a Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras, correspondente brasileiro), ele faz parte da Academia Brasileira de Filologia, da qual é o atual vice-presidente, e da Academia Catarinense de Letras. Foi professor do Colégio Estadual Mario de Andrade, da Escola Normal e do Colégio Nova Concórdia de 1971 a 1975.

Documento 1 - Currículo Vitae do professor Deonísio da Silva de 1973

Curriculum Vitae

Dados Pessoais

Nome: Deonísio da Silva

Data de Nascimento:

Estado Civil: Casado

Filiação: Cecílio V. da Silva e Leoberdina Deboit da Silva

Endereços: Av. Júlio Assis Cavalheiro

Carteira de Identidade nº 71129

Título de Eleitor nº 34477

D.D.F nº:

C.P.F nº

Formação:

Primário - X

Ginasial - X

Colegial - Científico

Superior

Cursos:

Teologia - C.C.B.E.U.

Profissional

Professor Suplementarista

FONTE: (CEMA, 1973, s/p) Transcrito do original.

Via Plataforma Lattes, conseguimos entrar em contato com o Professor Deonísio da Silva, que atuou como professor suplementarista no Mário de Andrade de 1971 a 1975. Segundo ele²⁶, foi avaliado e selecionado por uma comissão liderada pela diretora da época, a Irmã Bárbara Zimmerman. O professor Deonísio tem 34 livros publicados, sendo conhecido, especialmente, pelos seus contos.

Em entrevista, o professor explicou que, naquela época, foi processado e cumpriu pena de dois anos de prisão em liberdade condicional na cidade de Ijuí, no estado do Rio Grande do Sul, porém, este processo não está relacionado com a obra literária citada por Schiessl (2018).

²⁶ Entrevista concedida em 23 de Abril de 2019, mediante resposta escrita de questionário enviado por e-mail.

Todas as pessoas com quem falamos a respeito do professor Deonísio da Silva acreditavam que sua saída de Francisco Beltrão teria sido devido à polêmica causada pela obra: *Orelhas de Aluguel*, porém o livro foi publicado muito tempo depois.

Consideramos que se trata de uma associação de memórias feita erroneamente pelas pessoas. Todos sabiam que ele havia sofrido represálias na cidade, e quando o livro foi lançado acabou gerando, novamente, muito comentário e muitas polêmicas. Sem atentar para a cronologia dos fatos, a maioria acabou relacionando os eventos, que, em verdade, foram situações isoladas.

Faremos o estudo dos dois acontecimentos para esclarecer melhor os fatos. Primeiramente, apresentamos os fatos que levaram o professor Deonísio a ser acusado e condenado em 1975 e, depois, apresentamos alguns aspectos que podem relacionar a instituição CEMA aos fatos narrados no livro *Orelhas de Aluguel*, publicado em 1988.

Em artigo publicado em 2013, denominado “Era uma vez no Sudoeste”, o professor Deonísio explicou as razões do processo judicial:

Fui denunciado em Francisco Beltrão (PR) pelo Promotor de Justiça Substituto, Alberto Luiz Cassou, por pressão do major Jorge Baptista Ribeiro, comandante do 2º Grupamento de Fronteira, 2ª. Companhia de Infantaria, da 5ª. Região Militar, do III Exército, apoiado em recorte de um texto, publicado por engano, no lugar da crônica habitual que eu fazia semanalmente no jornal Tribuna do Sudoeste. [...] Soube que quem levou o texto aos militares foi Natalino Faust, presidente da Associação de Pais e Professores. O comandante militar tomou providências no dia 8 de julho de 1974. No dia 9, o Promotor Substituto fez a denúncia. No dia seguinte, o juiz substituto, Darcy Gonçalves Bartapelli, a aceitou. No dia 19 de setembro, fiquei frente a frente com o Promotor, com meu advogado e com o juiz substituto e fui devidamente qualificado (SILVA, 2013, online).

Segundo ele, os representantes das instituições de ensino onde trabalhava, incluindo o Colégio Estadual Mário de Andrade, prestaram depoimento a seu favor, mas por pressões externas teve que abandonar suas aulas nestes colégios.

Não faltou quem prestasse bons serviços ao comandante militar, mas houve exceções. Os três diretores das escolas onde eu ensinava, Irmã Bárbara Zimmerman, do Colégio Estadual Mário de Andrade; Maria de Lourdes de A. da Silveira,

da Escola Normal Estadual Regina Mundi; e Antenor Pezente, do Ginásio Estadual Nova Concórdia, todos deram atestados e declarações de que eu desempenhava com eficiência e assiduidade as funções de professor nos três estabelecimentos [...]. Fui afastado dos dois estabelecimentos (menos do Ginásio Estadual Nova Concórdia) por pressões vindas de pessoas cujos nomes as diretoras, com o olhar espantado daqueles tempos, não ousavam declinar. Nem eu lhes perguntei. Porque sabia tanto quanto elas quais eram os integrantes da alcateia que então se formara (SILVA, 2013, online).

Silva recordou que, antes de dar aulas, tinha formado comunidades eclesiais de base no Sudoeste por meio de projetos mantidos pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR).

Ele foi condenado em 1975 e teve sua pena convertida em liberdade condicional. Entre as condições para manter a liberdade, estava, segundo ele: “não tornar a delinquir”. Silva aponta: “[...] sim, leitores, houve um tempo no Brasil em que escrever era delinquir” (2013, online).

Ele destacou ainda que recebeu apoio do médico Walter Alberto Pécoits, “líder naquela região, vários anos antes, da única revolta social por terras em que os pobres venceram, e de sua esposa, dona Manuela, que viviam em Francisco Beltrão naqueles anos” (SILVA, 2013, online).

Para conseguir mais detalhes deste processo, entramos em contato com o fórum da comarca de Francisco Beltrão. Após verificação de que se tratava de um processo público, o fórum liberou-nos acesso à ação movida contra o professor Deonísio na ocasião.

Ele foi denunciado com base na Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regulamentava a liberdade da manifestação do pensamento e da informação, com incurso no artigo 17 e no artigo 37 inciso I.

Art. 17. Ofender a moral pública e os bons costumes: Pena: Detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região. [...] Art. 37. São responsáveis pelos crimes cometidos através da imprensa e das emissoras de radiodifusão, sucessivamente: I - o autor do escrito ou transmissão incriminada (art. 28 e § 1º), sendo pessoa idônea e residente no País, salvo tratando-se de reprodução feita sem o seu consentimento, caso em que responderá como seu autor quem a tiver reproduzido (BRASIL, Lei 5.250 de 1967).

Nos autos do processo, lemos o seguinte:

Sob o título: “REFLEXÃO DE DOIS AMIGOS QUE ESTÃO APENAS CONVERSANDO E PORTANTO ERRANDO...” na coluna “CRÔNICA DA SEMANA”, do jornal “TRIBUNA DO SUDOESTE”, editado em Francisco Beltrão, Paraná, em 29 de junho de 1974, página 08, [...] o denunciado, sob sua assinatura, fez publicar o supracitado artigo, no qual em determinado trecho, usou de palavras obscenas, tais como: (“se foderam” e “se fodeu”), flagrantemente colocadas com o fito de causar impacto, desviando a finalidade da imprensa, contrariando todas as normas éticas do jornalismo sadio, e, o que é pior, causando revolta e profundos comentários entre os leitores do referido jornal, inclusive com manifestações pública da Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Mário de Andrade [...] abalados ante a leviandade e licenciosidade de tal publicação, chegando-se a conclusão de que mencionado procedimento, feriu profundamente e sob todos os aspectos, a moral e os bons costumes dos assíduos leitores do periódico, assombrados diante de tal afronta e mesquinhez, que tão inescrupulosamente penetrou em seus lares (PARANÁ, Processo-crime nº. 445 de 1975, s/p).

Conforme citado, houve uma publicação feita pela Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Mário de Andrade. O ofício foi publicado no Jornal Tribuna do Sudoeste no dia 5 de Julho de 1974 e afirmava:

A associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Mário de Andrade, por seu presidente, abaixo assinado, solicita a divulgação, neste semanário, da seguinte nota [...] Considerando, o artigo “Crônica da Semana”; publicado em edição do dia 29/06/74, neste jornal, escrito e de responsabilidade do professor Deonísio da Silva, um atentado a moral do nosso povo, vem de público manifestar seu repúdio e comunicar que nossa entidade, no sentido de primar pela boa educação de nossos filhos e do bom nome dos professores do Colégio Estadual Mário de Andrade, tomou as medidas necessárias e cabíveis ao nosso alcance (PARANÁ, Processo-crime nº. 445 de 1975, s/p).

A nota foi assinada pelo senhor Natalino Faust, presidente da Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Mário de Andrade naquela época.

O referido texto, que causou toda a polêmica, tratava-se de uma reflexão feita pelo professor Deonísio sobre a vida moderna, a tecnologia e a liberdade para escolher ser quem realmente se quer ser. Ele escreveu, neste texto, sobre personagens históricos que perpetuaram suas memórias por meio de conquistas e de obras literárias.

Napoleão fez miséria no mundo, engrandeceu a França, dobrou exércitos antes invencíveis, e ainda teve a chance de servir de modelo a De Gaulle. E a glória! C`est la glorie! [...] A

glória é morrer desterrado na ilha de Santa Helena, cheio de doença venérea. [...] Ou em vez de comandar exércitos e impor a sua vontade a muitos povos, pode o homem se eternizar através das letras. Shakespeare, Balzac, Dante, que gênios! (PARANÁ, Processo-crime nº. 445 de 1975, s/p).

Escreveu sobre a capacidade humana para investigar e debater assuntos, mas também colocou em questionamento o mundo moderno, tecnológico, que, segundo o texto, tornava as pessoas menos necessárias.

O mais bacana que eu acho no homem é que ele pode também não fazer nada. Simplesmente deixar que a máquina faça por ele. Não mais dispende energia nenhuma, nem pra ginástica. Nem pro lazer, nem pro prazer. Chegará o tempo em que a gente deita ao lado de uma mulher, aperta o botão da posição que a gente quer, e nem se mexe: instrumentos apropriados se encarregam de movimentos, uma beleza! [...] Chegará o tempo em que o homem também será completamente desnecessário. O cosmo não mais precisará dele. Não precisará de comandante de exércitos, nem de empresários, nem de tecnólogos. A plebe então artistas, literatos, cineastas, teatrólogos etc. – nem se fala. Já entrou em processo de extinção, seus dias estão contados (PARANÁ, Processo-crime nº. 445 de 1975, s/p).

O texto expressou ainda que a tecnologia é filha do racionalismo e que, às vezes, seria desejoso ser como os bichos, livres para fazer o que bem entendem, sem as amarras da etiqueta e das proibições.

O autor continuou:

Precisamos inventar alguma coisa, precisamos descobrir uma maneira de vencer o tédio, derrotar a tecnologia, sem regredir, sem voltar ao passado, sem também ficar na mesma [...]. Não só na Idade Média é melhor época que hoje, como quanto mais para trás, melhor. Quando o homem não fora ainda assaltado pela luz da razão e da fé, ah! Que coisa mais querida não devia ser o homem (PARANÁ, Processo-crime nº. 445 de 1975, s/p).

Com relação aos trechos específicos que geraram a denúncia, o texto trazia:

[...] Dante processou metáforas manipulando duas categorias que já se foderam, uma os filósofos mais recentes acabaram de matar faz pouco e a outra a tecnologia enforcou devagarinho para doer mais. Ser irracional e agnóstico ainda é uma opção válida (PARANÁ, Processo-crime nº. 445 de 1975, s/p).

[...] O socialismo revolucionário se fodeu com as ditaduras proletárias, ninguém gosta de ser vigiado, seja pela esquerda seja pela direita, todos querem ser livres (PARANÁ, Processo-crime nº. 445 de 1975, s/p).

Neste segundo trecho, podemos considerar que fez uma pequena crítica, um tanto velada, mas existente, ao regime ditatorial que estava em curso, porém, no processo, este aspecto não é mencionado. Conforme lemos na acusação, o professor Deonísio foi denunciado pelo uso dos termos “se foderam” e “se fodeu”.

Em sua defesa, também conforme os autos do processo, ele afirmou que o texto não era para ser publicado, mas que fazia parte de uma peça que estava escrevendo. Como passava o dia todo dando aulas, deixava os textos com sua empregada e ela entregava-os para uma pessoa do jornal que passava em sua casa para buscá-los. Na ocasião, o texto, segundo a defesa do professor, teria sido entregue por engano.

Procuramos também o Senhor Ivo Pegoraro, diretor do Jornal de Beltrão, que gentilmente nos permitiu acesso e assessorou pessoalmente na leitura do acervo do Jornal Tribuna do Sudoeste, que hoje pertence ao arquivo do Jornal de Beltrão. Tivemos a oportunidade de ler várias crônicas do professor Deonísio publicadas na época e, de fato, o teor usual de seus textos era bem diferente daquele que gerou a denúncia.

O assunto mais recorrente, em suas crônicas semanais, era comentários de obras literárias e autores do gênero. Ele também citava personagens históricos e instigava a crítica e a reflexão. De fato, o próprio texto que gerou todo o desconforto não tinha, em nossa avaliação, nada de muito polêmico, salvo as expressões citadas no processo, que, para a época, eram consideradas ofensivas.

Conforme salientou em seu artigo publicado em 2013, as instituições de ensino nas quais lecionava apoiaram-no e emitiram declarações tratando de seu profissionalismo e eficiência no trabalho.

Apresentamos, na sequência, a declaração expedida pela então diretora do Colégio Estadual Mário de Andrade, a Irmã Bárbara Zimmermann, também o atestado assinado pela diretora Maria de Lourdes de A. da Silveira, representante da Escola Normal Colegial Estadual Regina Mundi, e a declaração da inspetora do Ensino Médio Ivete Accioly R. da Costa. Todos estes documentos são de agosto de 1974.

Documento 2 – Declaração feita pela diretora do Colégio Estadual Mario de Andrade na época, Irmã. Bárbara Zimmermann de agosto de 1974

Colégio Estadual "Mário de Andrade"
Tenente Camargo - 1500 - Francisco Beltrão - Pr.

143

DECLARAÇÃO

JUL. 43
DE ALÇADA

Declaro para os devidos fins que
DEONISIO DA SILVA desempenha com eficiência e assiduidade
à sua função de professor de PORTUGUÊS e INGLÊS neste estabelecimento

Francisco Beltrão, 13 de agosto 1974

Barbara Zimmermann
Barbara Zimmermann - Dir.

Colégio Estadual "Mário de Andrade"
Francisco Beltrão - Paraná

Reconheço Verdadeira e Brma Selva
de Barbara Zimmermann
Manoel no que dou fé
Francisco Beltrão, 13/08 de 1974
Em test. de da verdade.
Manoel Sadi Carneiro

Manoel Sadi Carneiro
Comarca de Francisco Beltrão
1ª Tabelião
Tel. 043 - 1234 - Pr.

FONTE: (PARANÁ, Processo-crime número 445 de 1975, s/p).

Documento 3 – Atestado assinado pela diretora da Escola Colegial Estadual “Regina Mundi”, Maria de Lourdes de A. da Silveira de agosto de 1974

Escola Normal Colegial Estadual “Regina Mundi”
80600 - FRANCISCO BELTRÃO

144

44
DE ALÇADA

A T E S T A D O

Ateste para as devidas fins e per ser de meu conhecimento que o professor DEONISIO DA SILVA lecionou nesse estabelecimento de ensino EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA durante o ano de 1971, e, PORTUGUÊS no ano de 1973, 2º semestre, sempre o fazendo com comprovada eficiência e assiduidade, nada havendo que possa de saber a sua conduta.

Francisco Beltrão, 13 de agosto de 1974

Maria de Lourdes de A. da Silveira
Maria de Lourdes de A. da Silveira
Diretora

ESCOLA NORMAL COLEGIAL ESTADUAL
REGINA MUNDI
Francisco Beltrão - Pa.

Reconheço Verdadeira a Assinatura
de *Maria de Lourdes de A. da Silveira* do que dou fé
Francisco Beltrão, em 13/08 de 1974
Em 1981. *Manoel Sadi Carneiro* de verdade.
Tabelião

Manoel Sadi Carneiro
Comarca de Francisco Beltrão
1ª Tabelião
Rua São Pedro, 100 - Francisco Beltrão - Pa.

FONTE: (PARANÁ, Processo-crime número 445 de 1975, s/p).

Documento 4 – Declaração assinada por Ivete Accioly R. da Costa, inspetora do Ensino Médio de agosto de 1974

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
48ª Inspeção Regional de Ensino
Praça Virmond Suplicy, 648 — Fco. Beltrão — Paraná

145
[Handwritten Signature]

TRIBUNAL
45
DE ALCADA

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o professor Deonísio da Silva, participou do Curso de Atualização em Mecanismos de Implantação de 2º grau realizado em Curitiba, de 03 a 08 de junho do corrente ano, no Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná (Cetepar), e é professor suplementarista no / Colégio Estadual Mario de Andrade, desta cidade.

Por ser verdade, assino o presente.

Francisco Beltrão, 16 de agosto de 1974.

[Handwritten Signature]
Ivete K. Accioly R. da Costa .
Inspetora do Ensino Médio

IVETE K. ACCIOLY R. DA COSTA
Inspetora Ensino Médio

Secret. de Educ. e Cultura
48º I. R. E.
Francisco Beltrão - Paraná

Reconheço verdadeira a(s) firma(s) -
[Handwritten Signature]
Ivete K. Accioly R. da Costa (1)

De que data - 16 de agosto de 1974
Fco. Beltrão - 16 08º de 1974
23050 - *[Handwritten Signature]*

Firma no 1º Livro - 1º Livro de 1974
Firma no 2º Livro - 1º Livro de 1974
Curitiba - 1º Livro de 1974 José Cyrillo
1º Livro de 1974 - 1974

FONTE: (PARANÁ, Processo-crime número 445 de 1975, s/p).

O Colégio Estadual da Nova Concórdia também emitiu declaração de apoio ao professor Deonísio no dia 14 de agosto de 1974, assinada pelo seu diretor²⁷:

Atesto para os devidos fins que o professor Deonísio da Silva leciona neste estabelecimento de ensino a mais de dois anos, ocupando a cadeira de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, sempre o fazendo com comprovada eficiência e assiduidade. Declaro mais que o seu relacionamento com a direção deste estabelecimento, com os colegas de magistério e com os seus alunos é o melhor possível (PARANÁ, Processo-crime nº. 445 de 1975, s/p).

Consideramos relevante citar estes aspectos pessoais da vida do professor Deonísio da Silva por ter sido professor da instituição que estamos estudando e por ter sido pela Associação de Pais e Professores do Colégio Mário de Andrade que se deu a denúncia. Além disso, mencionamos porque tem ligação direta com o assunto deste tópico, o regime militar no Brasil, no período de fundação e desenvolvimento do CEMA.

Em seu artigo de 2013, no qual recordou as mazelas que sofreu no período do regime militar, Silva escreveu: “Há muito mais a contar, mas sempre que mexo nessas feridas ainda dói muito. Doeu de novo, agora!” (2013, online).

Os fatos narrados anteriormente possivelmente estimularam o professor Deonísio da Silva a escrever o romance *Orelhas de Aluguel*, que foi publicado em 1988 pela Editora Guanabara S.A, do Rio de Janeiro.

Conforme já abordamos anteriormente, este livro também teve muita repercussão na comunidade de Francisco Beltrão, exatamente pelas referências que fez ao momento histórico da ditadura militar e ao Colégio Estadual Mário de Andrade.

Fizemos um estudo desta obra e apresentamos alguns trechos do romance, trazendo alguns esclarecimentos feitos pelo próprio professor Deonísio da Silva por meio de entrevista.

Na orelha do livro aparece a seguinte descrição:

Orelhas de aluguel é um romance sobre o neonazismo e seu personagem mais importante é uma mulher: Gabriela Blitz do Coração totalmente Imaculado. Gabriela trabalha na Gestapo. Voltando ao Brasil, acaba dirigindo uma escola, onde aplica os

²⁷ Este documento, retirado do processo-crime, estava com baixa legibilidade, por isso resolvemos transcrever seu conteúdo. A assinatura do diretor estava em forma de rubrica, não sendo possível fazer a identificação da autoria.

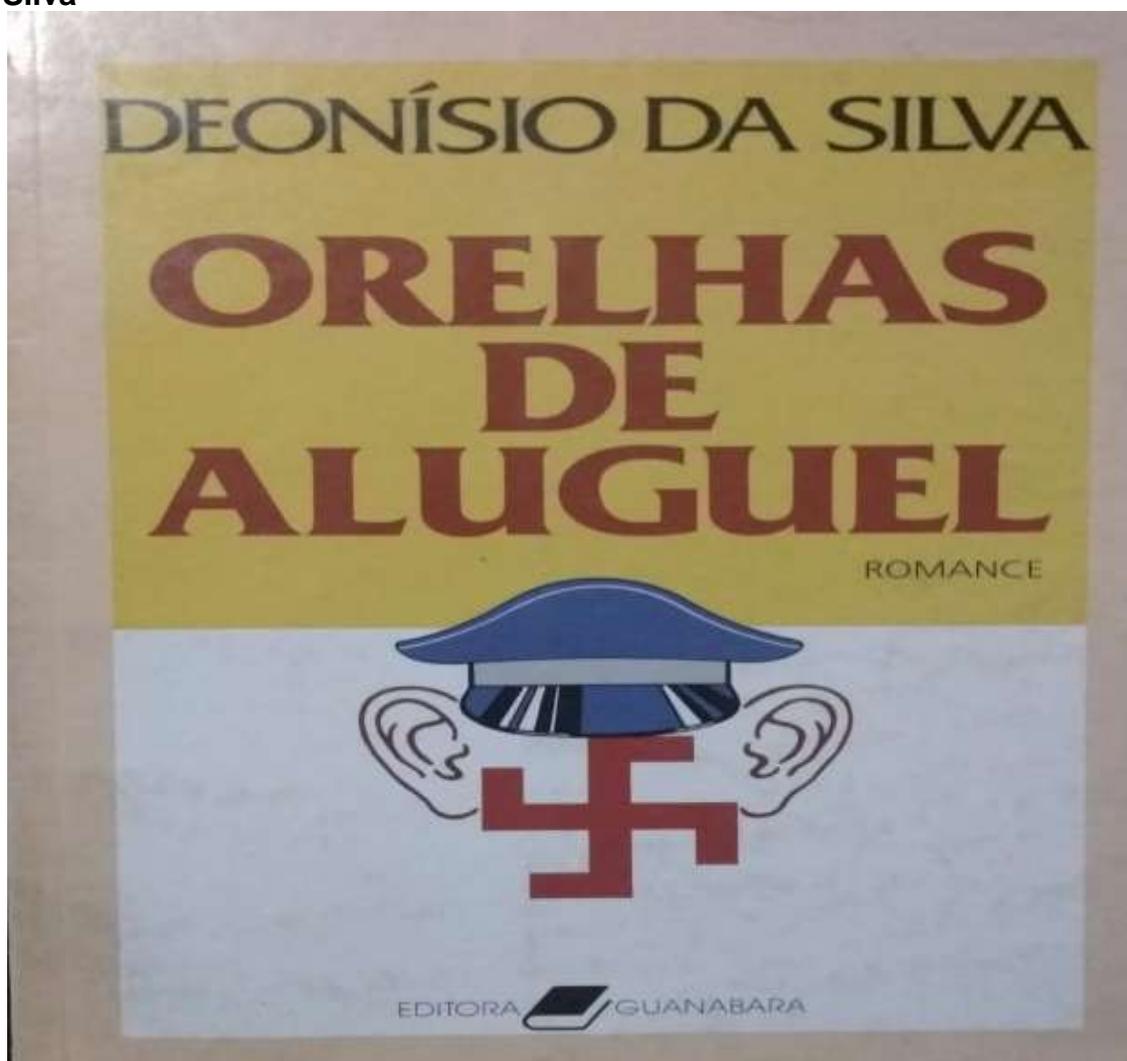
mesmos métodos aprendidos na Alemanha. Ousada e desconcertante reúne adeptos para apoiar o 4º Reich, conseguindo um êxito espantoso e cheio de silêncios coniventes. Gabriela prejudica milhares de pessoas (SILVA, 1988, capa).

E segue, apresentando a origem conceitual do romance:

Orelhas de aluguel baseia-se em fatos reais²⁸, e sobre eles Deonísio da Silva faz atuar sua insólita imaginação e sua ironia, surpreendendo o leitor com uma anarquia narrativa que leva à História (SILVA, 1988, capa).

A ilustração da capa do livro é bem sugestiva de seu conteúdo.

Imagem 21 - Capa do livro *Orelhas de Aluguel*, escrito por Deonísio da Silva



FONTE: Arquivo pessoal do autor.

²⁸ A expressão “baseia-se em fatos reais” apresentada na capa do livro indica que se trata de uma espécie de memória do autor. Por isso, também utilizamos esta obra literária como fonte histórica nesta pesquisa.

Em entrevista, o professor esclareceu algumas questões referentes à obra “Orelhas de aluguel” e sua relação com o momento histórico em que o país vivia, a ditadura militar.

Apresentamos, na sequência, alguns trechos do romance que julgamos fazer referência mais direta ao Colégio Estadual Mário de Andrade, sempre utilizando, quando necessário, as devidas considerações dadas a nós pelo próprio autor em entrevista. No livro, lemos:

O método da comandante do colégio era até simples demais nas aparências. Indicada pela congregação para dirigir o colégio, por força de uma cláusula do contrato firmado entre a congregação e o estado, chegara e se apossara de tudo, assim sem mais nem menos. Com dinheiro conseguido entre católicos alemães, e através de subterfúgios de relatórios e planos, a sua congregação construíra aquele prédio enorme, que inicialmente fora destinado a agasalhar meninas perdidas na prostituição, conforme constava das justificativas enviadas a Alemanha. (SILVA, 1988, p. 91)

Neste trecho, o autor fez uma suposição ao acordo feito entre as Irmãs Escolares de Nossa Senhora e a Secretaria de Estado do Paraná, pelo qual o Estado alugou o prédio que pertencia às Irmãs, para instalar ali o Ginásio Estadual, dando-lhes o trabalho de gerir e administrar a instituição.

Um aspecto que nos chamou bastante a atenção nesta passagem foi a origem da verba que teria sido destinada à construção do prédio do Instituto Nossa Senhora da Glória. Segundo o romance, uma verba vinda da Alemanha para ajudar meninas perdidas na prostituição. Ficção ou realidade? O professor Deonísio da Silva, em entrevista, disse que ouviu contar, sem nunca ter se aprofundado muito no assunto, que, de fato, o dinheiro teria vindo da Alemanha com o objetivo de atender meninas pobres. Conforme relatou em sua entrevista, uma

[...] organização cristã humanitária teria destinado a verba à congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora para acolher meninas pobres e elas teriam alugado o prédio ao governo do Paraná, sem muito esforço para que meninas pobres viessem a ter lugar ali. Mas era uma questão sobre a qual nunca me aprofundei (SILVA, 2019).

Beliatto corrobora a informação de que, de fato, a estrutura foi construída com verba vinda da Alemanha. Ao estudar as crônicas das irmãs, ele afirmou:

A crônica registrou a determinação da Irmã Boaventura em buscar alternativas para a obra. A saída foi recorrer à ajuda financeira da Alemanha. A ousadia deu certo, pois a maior parte dos recursos para a construção do Colégio Glória vieram da Alemanha. Depois de preparar as plantas, orçamento e certamente um histórico do trabalho desenvolvido, partiu para Aachen onde estava a sede da MISERIOR²⁹ na Alemanha em busca de recursos, acompanhada pela Irmã Kunihild que trabalhava na entidade. Assim que chegaram, os responsáveis pela MISERIOR avaliaram o projeto missionário e aprovaram, pois, perceberam que a obra beneficiaria a educação em uma região, que ainda tinha muito a ser feito. A entidade liberou 350.000 DM³⁰ em 7 parcelas (2017, p. 104).

Silva (2019) salientou que ele não chegou a aprofundar-se nesta questão, mas, mesmo assim, decidiu considerar como fato ao adaptar a história em seu romance. De nossa parte, consideramos a possibilidade de que a verba, realmente, tenha sido destinada para fins humanitários, assim, a inserção de alunos pobres na instituição cumpriria, de algum modo, com este objetivo. No entanto, neste caso, o valor pago pelo Estado não deveria ser para a utilização da estrutura física, como, de fato, era, segundo os registros.

Em entrevista, tratando sobre a negociação do estado com as Irmãs, Silva acrescentou: “[...] só sei reiterar que não parece ter sido feita com a devida transparência. Vivíamos numa ditadura” (2019). Devemos considerar também que a negociação foi feita antes da vinda do professor Deonísio para Francisco Beltrão.

Lemos ainda no romance *Orelhas de Aluguel*:

Construído e acabado o edifício, ele foi alugado ao Governo do estado que assim se desincumbiu de construir um ginásio, insistentemente reclamado pela população da cidade, já que os do interior pareciam convencidos de que coisas como colégio, hospital, etc. não eram para eles conforme estava marcado de há muito, de geração em geração (SILVA, 1988, p. 91).

Como já abordamos anteriormente, realmente, a população de Francisco Beltrão, na época, ansiava pela construção de um Colégio, nisto, está de acordo o romance. Também não podemos negar que, no interior, as famílias, muitas vezes, não tinham senão o interesse que seus filhos obtivessem o

²⁹ De acordo com Beliatto (2017), MISERIOR era uma instituição ligada à Igreja Católica na Alemanha que financiava projetos educacionais e missionários em outros países do mundo.

³⁰ Conforme explica Beliatto (2017), DM significa Deutch Mark, que era o nome da moeda alemã antes da criação da zona do Euro no continente europeu.

mínimo de instrução necessária. No entanto, como também já foi abordado, com base em Cattelan (2014), as comunidades, de modo geral, eram bastante preocupadas em garantir a instrução escolar a seus filhos, tanto que se organizavam e construíam eles mesmos, sem auxílio do Governo, em alguns casos, locais para ensinar as crianças.

No primeiro capítulo, ao tratar sobre as Irmãs Escolares de Nossa Senhora, narramos o fato de, quando elas ainda estavam a buscar alunos, visitando famílias para apresentar sua proposta de ensino, citamos uma visita feita a uma família alemã, muito pobre, que teria causado vergonha nas religiosas por serem de mesma nacionalidade.

Em seu romance, Silva (1988) descreve uma conversa de um dos personagens da história, um professor, com a madre superiora e diretora do Colégio. A personagem encontrou-a nos corredores da instituição e perguntou sobre sua saúde e como iam suas aulas de Inglês. A resposta foi da seguinte forma:

Sim, ela ia mais ou menos, estava sendo um pouco difícil fazer com que descendentes de italianos arrevesassem o dialeto para aquisição de uma língua internacional moderna como a dos americanos, engrolada nos guturais, nos sons pesados, mas ela ia tocando a carroça. Irmã Gabriela atribuía aos alunos então, nesses encontros rapidíssimos, uma má vontade congênita que os impedia de estudar qualquer coisa que fosse. Na Alemanha não era assim. Todos tinham que estudar. Mas o brasileiro sempre fora muito vagabundo, ela já sabia disso antes de vir, estes povos tropicais não enganavam a ninguém na Europa. Lá todo mundo sabia a causa maior do atraso deles, que não era outra coisa senão preguiça (SILVA, 1988, p. 90).

De acordo com nossas entrevistas, os relatos, de fato, confirmam que a gestão das Irmãs Escolares era muito rígida, que elas traziam consigo uma disciplina bastante sistemática, aos moldes da cultura alemã de então. Ciola apontou:

Quando cheguei no Colégio Estadual Mário de Andrade, onde atualmente funciona o Colégio Nossa Senhora da Glória, tinha, na direção, a Irmã Bárbara. Vinda da Alemanha, era extremamente exigente com tudo e com todos, porém, compreensiva e disposta a ajudar quando se fazia necessário. O relacionamento era bom entre todos nós, inclusive os professores ajudavam muitas vezes nos serviços da secretaria do Colégio, preenchendo boletins, como também na cantina,

vendendo lanches no recreio. Havia muita falta de funcionários naquela época (2019).

Em seu romance, Silva (1988) também descreveu a diretora do Colégio com esta característica autoritária e que deixava professores e alunos com medo até mesmo de encontrá-la pelos corredores.

[...] pareciam evitar o encontro com a comandante pedagógica, entrando, às vezes, abruptamente, em lugares onde não tinham nada o que fazer, só pra não enfrentar o olhar observador da freira por detrás de suas lentes multifocais, recém-importadas da Alemanha e que iam somente muito tempo depois chegar ao mercado brasileiro (SILVA, 1988, p. 90).

Em outra passagem, Silva (1988) narrou um fato envolvendo outra freira, que não era a personagem principal, Irmã Gabriela. Curiosamente, esta segunda personagem tem o mesmo nome da Irmã que era, de fato, diretora do Colégio na época em que o autor lecionava na instituição, Irmã Bárbara. No romance, a Irmã exigiu de um dos professores que baixasse dois pontos na média de todos os alunos, justificando:

Estes brasileiros de fala fácil, pensam o que? Que podem enrolar todo mundo? Não a ela, alemã da gema, invulnerável a procedimentos desta natureza. Responderia com a disciplina, com o exercício da autoridade. Com o Regimento interno. (SILVA, 1988, p. 92).

O autor não nos esclareceu se foi uma referência ou não à Irmã Bárbara que exercia o cargo de diretora do Colégio, e não dispomos de outras fontes que permitam afirmar se o fato foi verdadeiro ou apenas parte de seu romance. O que é possível afirmar, a partir de outras fontes, é que a forma de trabalhar das irmãs era bastante rígida e este trecho não estaria, portanto, em contradição com as informações colhidas nas entrevistas.

Silva descreveu ainda, em seu romance, uma dura realidade da educação brasileira:

Durante anos e anos comandara o Colégio como Bismarck comandara seu exército, como se fosse de fato um exército particular esse seu, composto da fina flor da cidade, apenas abrigando nos cursos noturnos uns que outros filhos de trabalhadores, que em sua maioria desistiam muito antes da conclusão do primeiro ciclo, incapazes de acompanhar o ritmo de estudo daqueles que não precisavam trabalhar e tinham todo o dia para estudar. Bem verdade que havia as exceções,

aqueles poucos doidos disparados que faziam da tripa coração e, conquanto dando duro o dia todo, avançavam um ou mais corpos sobre os outros concorrentes na reta final da quarta série Ginásial. Que moinho interessante a engrenagem escolar! Ia triturando sem paixão nem perdão, sua máquina extraindo apenas os mais aptos, que eram os ditos favorecidos pela sorte, mas Irmã Gabriela não era boba e sabia que na raiz de tudo estava a propriedade. Pais proprietários, filhos formados. A regra era essa (1988, p. 96).

O romance salienta a dificuldade que os filhos de trabalhadores, também eles, trabalhadores, enfrentavam, e que ainda enfrentam para conseguir ascender educacionalmente. Não bastava, segundo o autor, apenas a vontade de estudar. Os poucos que conseguiam, a duras penas, algum resultado satisfatório eram usados para assegurar a lógica de que tudo dependia apenas do esforço individual, mas a realidade estava muito distante desta lógica.

Quando perguntamos ao autor se este trecho da sua obra fazia referência ao Colégio Estadual Mário de Andrade, ele respondeu:

Sim. Este trecho tem a ver com o CEMA, mas também com muitas outras instituições que conheci. A Irmã Gabriela Blitz do Coração Totalmente Imaculado é muito semelhante à Irmã Gabriela dos contos de estreia e foi baseada em figuras, masculinas e femininas, que atuavam como autoridades escolares, inclusive no ensino superior, em mestrados e doutorados. Mas não foi baseada exclusivamente em ninguém do CEMA. É que as ordens religiosas antecederam em muitos séculos o Estado no Brasil. Se não fossem essas ordens, como os jesuítas, os franciscanos e as ordens femininas, pobre do Brasil. É esta uma questão repleta de complexas sutilezas porque muitas vezes essas congregações atuaram junto com o Estado ou em nome do Estado. E frequentemente o Estado foi muito autoritário³¹ (SILVA, 2019).

E acrescentou:

Não havia, ao que eu saiba, preocupação alguma em mudar o sistema de reprodução, tal como o referem Pierre Bordieu e Jean-Claude Passeron num livro clássico. Cuidava-se em obedecer ao que prescrevia o poder central. Nada mais. (SILVA, 2019).

Conforme já citamos anteriormente, o livro tem, como tema implícito, uma reflexão sobre o neonazismo, e as Irmãs Escolares de Nossa Senhora vinham da Alemanha, o que fez com que muitos interpretassem passagens da

³¹ Os contos de estreia citados pelo autor, assim como os personagens masculinos e femininos de que ele trata são personagens de outros livros de sua autoria, onde ele também utiliza referências de experiências reais em forma de contos ou romances.

obra como sendo uma acusação de que elas pertenceriam ao regime ditatorial nazista.

Utilizamos algumas passagens que deixam transparecer esta interpretação, porém, já antecipamos que, de acordo com o próprio autor, sua crítica tinha mais a ver com o regime militar que o Brasil vivia na época, o qual controlava as instituições escolares e as liberdades individuais. Também salientamos que, conforme Beliatto, as Irmãs Escolares de Nossa Senhora vieram da Alemanha exatamente para fugir das perseguições de Hitler.

Segundo Beliatto:

Diante desta situação de instabilidade e pressão de Hitler sobre o clero e todas as comunidades religiosas de modo geral, surgiu a alternativa de as religiosas virem para o Brasil. Para as religiosas Escolares, o convite para virem a São Paulo chegou numa boa hora, pois beneficiaria a Congregação economicamente e elas poderiam continuar professando a fé em Cristo, sem perseguições, bem como contribuir com projetos educacionais importantes para o ensino básico da educação brasileira (2017, p. 41).

Em sua entrevista, Silva narrou a perseguição que havia no período aos professores e às suas liberdades, especialmente de pensar e expressar quaisquer oposições ao regime vigente.

No período pós-64, especialmente a partir de 1968, vivemos uma militarização do ensino. Para ensinar, os professores precisavam apresentar um atestado do DOPS. E diversos diretores se comportavam como comandantes militares e às vezes em estreita colaboração com eles, inclusive nos métodos de imposição sem discutir nada com os professores (SILVA, 2019).

Em *Orelhas de Aluguel*, Silva (1988) descreveu uma direção que vigiava de perto as atitudes e ações de seus professores, especialmente daqueles que desviassem alguma atitude do protocolo esperado. “Irmã Gabriela achava necessário conhecer a vida cotidiana e particular de seu inquieto professor” (SILVA, 1988, p. 97). Ademais, ele comparou os métodos utilizados para isso com as ações da Gestapo, polícia secreta nazista que perseguia os opositores do Reich.

Ah, os anos que servira no Departamento de Investigações da Vida Privada, instituto adscrito à Gestapo, não haviam sido vãoos. Eis que agora ela podia se valer desses conhecimentos teóricos que lhe ensinavam montar um esquema perfeito para

saber bem com quem estava lidando, a quem comandava. Hitler não teria fracassado na edificação do Terceiro Reich se dispusesse de instrumentais como esse de que agora ela se servia (SILVA, 1988, p.97).

No romance, ao desconfiar das atitudes de um dos professores, a diretora, Irmã Gabriela, montou um esquema de vigia envolvendo outros professores com os quais trocava informações e privilégios em sigilo, e com os quais secretamente comunicava-se por cartas.

Todas as cartas, fazendo novamente uma alusão ao nazismo, terminavam com a saudação: “Salve, salve o quarto reich”. Conforme passagem do livro: “O perigo rondava todas as cidades, era preciso muito cuidado. As autoridades recebiam permanentemente os avisos superiores. Vigiai – era a palavra maior” (SILVA, 1988, p. 104).

E complementou:

Vigiai, para o delegado de polícia, Arquimino, significava prender, surrar, torturar, ameaçar, extorquir, depredar. As ações nefastas da polícia eram protegidas por redes de silêncio ou por inquéritos abertos e fechados logo em seguida, já que o poder de averiguar não estava com os injustiçados, mas com os que praticavam as injustiças (SILVA, 1988, p. 104).

No livro, o delegado da cidade, Arquimino, oferecia seus serviços para a Irmã Gabriela, destacando guardas para manter a ordem no Colégio. Esta atitude também foi uma referência do autor ao período da ditadura militar no Brasil, que fazia com que existisse uma resistência dos estudantes.

Segundo registrado no romance:

O diretório acadêmico protestou, gritou, formou comissão, enfrentou a diretora em seu gabinete, apresentou ponderações, aquela guarda assustava os alunos, a escola perdia a espontaneidade a cada dia, era preciso arredar aqueles policiais dali, ameaçando estudantes toda hora (SILVA, 1988, p. 105).

O relato indicou que o Grêmio Estudantil fictício do livro publicou em jornal local nota de repúdio à Irmã Gabriela e aos guardas vigiando o colégio.

Achamos conveniente transcrever este trecho exatamente porque trata das mesmas críticas feitas à ditadura militar vigente naquela época, assim como por referenciar os movimentos estudantis que lutaram arduamente para o fim daquele regime no Brasil.

A crítica dos estudantes foi a seguinte:

1º - Estudante não é bandido. Estudar não é crime. Fazer recreio no intervalo das aulas não é nenhuma atividade suspeita. Reunir-se para discutir problemas estudantis não é subversão.

2º - A direção do nosso colégio incorre em sérias arbitrariedades, ao baixar as normas que não são da sua competência. Por exemplo: quem é que disse que é proibido fumar em salas de aula? Ninguém fuma, nem professores, nem alunos. E por que razão? Porque a Irmã não deixa e a Irmã não deixa porque a Irmã não gosta. As moças não podem praticar esportes de *short*. É proibido em algum lugar? Em lugar nenhum, mas aqui é. E por quê? Porque a Irmã não deixa e a Irmã não deixa porque a Irmã não gosta.

A direção é ainda responsável por censurar textos de livros da biblioteca. Há sonetos inteiros de Camões que foram extirpados, versos de poetas como Casimiro de Abreu, Junqueira Freire e Castro Alves que foram literalmente cortados dos livros. Esses textos são proibidos em algum lugar? Em lugar nenhum, mas aqui são. E por qual razão? Porque a Irmã não permite e a Irmã não permite porque a Irmã não gosta (SILVA, 1988, p. 105).

No romance, todos os membros do Grêmio Estudantil foram presos e penalizados duramente por enfrentar a diretora autoritária. Silva, em resposta ao nosso questionário, explicou um pouco melhor sua intenção ao escrever tais relatos.

Reitero que não é uma crítica ao CEMA, é uma crítica a instituições dirigidas assim. Veja que o nome do colégio em minha obra de ficção é Colégio Plínio Salgado, líder fascista brasileiro. São sinais que o escritor usa para reforçar que está espelhando um contexto que deveria ser conhecido de todos, e que não é, e por isso se repete tanto na história do Brasil: no Estado Novo, nos anos pós-64 e pós-68, em admiradores destas práticas entre pessoas que jamais imaginamos pudessem ter tal tipo de ideias e comportamentos, inclusive depois dos anos 2.000 (SILVA, 2019).

O autor, em sua resposta, expandiu a interpretação dos fatos narrados na obra de ficção, afirmando não se tratar do CEMA, ou de alguma outra instituição em particular, nem mesmo de um tempo específico, mas de qualquer instituição e qualquer tempo em que exista o uso da força e do autoritarismo para impedir a liberdade de expressão e de ideias.

Em seu romance, ele acrescentou:

Teve lugar na cidadezinha tempos depois uma verdadeira praga de inquéritos. Todos os dias da semana, as noites todas dos dias, os meses todos do ano, alguém estava prestando depoimento, esclarecendo dúvidas, surpreendendo-se com o

quanto as autoridades conheciam da vida privada de todos eles [...]. Amizades entre professores, participação em encontros, correspondências, amores, leituras, tudo estava muito peculiarmente registrado nessas investigações (SILVA,1988, p. 107).

Questionado sobre a ligação deste trecho com o período ditatorial no Brasil, o autor assim argumentou:

Não exclusivamente, mas também ali naquele contexto epocal. Quando o regime, qualquer regime, no varejo ou no atacado, é autoritário, busca impor-se por mecanismos de força. E usa como armas o sofrimento, que pode ser físico, psicológico etc. Um dos recursos mais usados é a difamação, a injúria, o questionamento da reputação (SILVA, 2019).

Silva, em resposta a nossas perguntas, confirmou que seu romance, em alguns momentos, fez realmente referências ao Colégio Estadual Mário de Andrade, mas que, em outros, tratou-se de pura interpretação dos leitores.

Segundo ele:

[...] leitores das mais diversas partes do país acham que eu me inspirei no clima vivido nas escolas, colégios ou faculdades onde eles estudaram ou ensinaram. Mas, não. Esta é uma conclusão dos leitores. Ninguém controla a leitura nem os leitores. Há um misto de instituições autoritárias que eu conhecia, das quais não posso excluir o Colégio Mário de Andrade, nas quais me inspirei. O contexto epocal favorecia quaisquer tipos de autoritarismo (2019).

Conforme já mencionamos anteriormente, este livro teve grande repercussão na cidade de Francisco Beltrão, estando bastante claro na memória de várias pessoas ligadas ao Colégio Estadual Mário de Andrade.

Muitas polêmicas no município foram incitadas por ele e pelas interpretações que seus leitores fizeram dos eventos ali narrados, inclusive, conforme também já destacamos, correlacionando o livro com o processo judicial sofrido pelo professor Deonísio da Silva em meados da década de 1970.

Neste tópico, esclarecemos as questões referentes ao caso do professor Deonísio da Silva, e ainda apresentamos um panorama do cenário institucional do CEMA, no período do regime cívico-militar.

2.4. O 1º Complexo Educacional de Francisco Beltrão

De acordo com Queirós (2013), nas décadas de 1960 e 1970, ainda era muito grande a preocupação com os rumos da educação. Para a mesma autora, o número de pessoas que ascendia do ensino primário para o secundário era muito pequeno.

Havia também críticas com relação à falta de instrução prática, técnica, que permitisse as pessoas desenvolver uma profissão, bem como com relação a falta de articulação entre os níveis de ensino. O acesso aos níveis mais elevados era pouco e o exame de admissão, necessário para passar de um nível a outro, era bastante seletivo, deixando muitos fora da escola.

Para a mesma autora, os elementos centrais dos discursos a respeito da educação permaneciam aqueles da LDB 4024/61, no entanto

[...] as críticas à falta de articulação dos níveis de ensino, à separação dos ensinos clássico e científico e à falta de um ensino mais profissionalizante que pudesse preparar uma mão-de-obra qualificada para o trabalho, tomaram novo destaque, tanto no discurso quanto nas políticas educacionais, com forte apoio de capital estrangeiro (QUEIRÓS, 2013, p. 21031).

Em conformidade com Queirós (2013), a organização do ensino na década de 1970 começou a tomar novos rumos, acentuando-se a preocupação com o ensino técnico: “Um dos pressupostos centrais nos discursos e nas críticas a um ensino mais propedêutico era que a educação deveria ser mais prática, que levasse o aluno a aprender fazendo o ofício que desenvolveria mais tarde” (2013. p. 21032).

Já para o Ensino Fundamental, segundo a autora, buscava-se uma forma de romper a barreira imposta pelos testes de admissão para o ginásio e ampliar o tempo de curso. A organização do governo, segundo ela, em um primeiro momento, não pretendia levar o nome de reforma, mas apenas de atualização e expansão do ensino.

Em 20 de maio de 1970, foi criado, por meio do decreto nº 66.600, o grupo de trabalho “que deveria realizar estudos e propor medidas para essas novas diretrizes de ensino (QUEIRÓS, 2013, p. 21033).

Pouco mais de um ano após a criação do Grupo de Trabalho, foi aprovada a reforma, promulgada no dia 11 de agosto de 1971. Conforme Queirós (2013), nas justificativas, estava uma maior articulação entre os níveis

de ensino e uma maior preocupação com a formação objetiva, que atendesse aos anseios daquela sociedade.

De acordo com Queirós (2013), 13 milhões de brasileiros estavam no curso primário, enquanto o nível médio atendia apenas quatro milhões, sendo que apenas 400.000 chegavam ao ensino superior. A crescente industrialização do país necessitava de mão de obra qualificada, considerando-se que cabia à educação resolver este problema.

Conforme Queirós: “Em outras palavras, o que se queria afirmar é que se muitos não conseguissem chegar à Universidade teriam ao menos uma profissão para ingressar no mercado de trabalho, e poderiam servir à nação de alguma forma” (2013, p.21035).

Para a mesma autora:

[...] havia a expectativa de concretização, por meio da lei nº 5692/71, de uma educação mais articulada dos níveis de ensino, um conhecimento teórico e prático mais eficiente para as necessidades do mercado de trabalho e de um ensino de qualidade [...] (2013, p. 21035)

Após a aprovação da nova Lei, 5692/71, a obrigatoriedade no ensino primário passou de quatro para oito anos, unindo, assim, o até então denominado ensino primário com o ginásio e, nos anos finais do curso ginásial, já se faziam testes de aptidão e orientação profissional para os alunos que tinham a intenção de ingressar no curso de 2º grau (QUEIRÓS, 2013).

De acordo com esta nova diretriz, os currículos do ensino de 1º e 2º graus passaram a ter um núcleo comum e obrigatório em todo o território nacional, mas a lei previa uma parte diversificada para atender as particularidades e condições locais, tanto de estrutura de ensino como da aprendizagem individual dos alunos.

O Art. 4 (quatro), em seu parágrafo terceiro, estabeleceu também a responsabilidade do Conselho Federal de Educação em fixar o mínimo a ser exigido no núcleo comum e nas habilitações profissionais específicas.

A lei previu ainda a inclusão obrigatória da disciplina de Educação Moral e Cívica em seu Art. 7 e, para fortalecer a ideia de formação profissional, também tornou obrigatória a orientação educacional com aconselhamento vocacional em seu Art. 10.

Ademais, de acordo com a nova legislação, em seu Art. 20: “O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula” (BRASIL, Lei 5692 de 1971).

Com relação ao segundo grau, a Lei 5692/71 estabeleceu:

Art. 21. O ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente.

Parágrafo único. Para ingresso no ensino de 2º grau, exigirse-á a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes.

Art. 22. O ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente.

Parágrafo único. Mediante aprovação dos respectivos Conselhos de Educação, os sistemas de ensino poderão admitir que, no regime de matrícula por disciplina, o aluno possa concluir em dois anos no mínimo, e cinco no máximo, os estudos correspondentes a três séries da escola de 2º grau (BRASIL, Lei 5692 de 1971).

As novas diretrizes estabeleceram, além disso, alguns direcionamentos preferenciais quanto à formação necessária para exercer a profissão de professor. No entanto, a mesma lei reconheceu a possibilidade da falta de profissionais em algumas regiões e abriu possibilidades nestes casos, porém, sempre exigindo algum tipo de formação educacional dos profissionais, seja por cursos intensivos ou capacitações regulamentadas.

Para Novaes (2010), a nova lei equiparou o curso secundário e os cursos técnicos, “instituinto a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário” (2010, p. 26). Para o governo militar de então, o discurso era fomentar o desenvolvimento econômico e a formação para o trabalho.

De acordo com Severgnini e Castanha (2019):

O ensino de 2º passou a ser de 3 ou 4 anos, conforme a habilitação profissional escolhida pelos estudantes. A lei instituiu a profissionalização obrigatória no curso de 2º grau, visando preparar mão de obra para o trabalho nas indústrias e no comércio, que estavam em expansão na época, devido ao ingresso de várias empresas multinacionais (2019, p. 650).

Novaes (2010) apontou ainda que as reformas da Lei número 5692/71 visaram, em suas determinações, conter o movimento operário e promover a formação para o trabalho técnico pretendida pela burguesia industrial.

Para Germano (2000), não havia, naquele período, demandas e mobilizações em favor da educação e a política era de favorecimento do capital e não da população em geral, assim, não havia justificativa para a reforma. O mesmo autor propõe uma resposta para esta questão:

[...] a ampliação dos anos de escolarização visa, entre outras coisas, absorver temporariamente a força de trabalho “supérflua”, contribuindo, dessa forma, para regular o mercado de trabalho. Visa também atender uma demanda social, pois à medida que o sistema escolar se expande os empregadores tendem a exigir uma elevação dos requisitos educacionais da força de trabalho [...] (2000, p. 165).

Segundo Novaes (2010), naquela época, 50% das indústrias no Brasil eram transnacionais e, de acordo com Severgnini e Castanha, “[...] o modelo capitalista e de subserviência que o Brasil adotava do monopólio internacional exigia uma educação voltada para a formação de trabalhadores” (2019, p. 650-651).

Os autores citados acrescentam:

[...] a industrialização e a característica capitalista do modelo amplamente difundido naquele contexto histórico, contribuiu para que o discurso da necessidade da qualificação profissional, para o desenvolvimento, fosse aceito pela população, e também, para que os movimentos contrários fossem considerados subversivos e contra a ordem social. A lei 5.692/71 deu legitimidade a este discurso e, legalizou o sistema vigente (2019, p. 651).

Novaes observou ainda que:

O objetivo principal da Lei nº 5.692/71, feita no período da Ditadura Militar era conter o avanço das ideias progressistas de esquerda. Portanto, esta LDB terá características de exclusão da população aos níveis mais elevados do ensino (2010, p. 27).

As mudanças propostas pela nova Lei de Diretrizes da Educação de 1º e 2º grau, como já mencionamos, alterou a estrutura organizacional das instituições, uma vez que ampliou o ensino primário unindo-o ao ginásio. Para resolver este problema, a 5692/71 propôs a possibilidade da formação de Complexos Escolares, unindo instituições e serviços para que uma complementasse a carência da outra.

O artigo 3º da lei estabelecia o seguinte:

Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos integrados, por uma base comum e, na mesma localidade: a) a reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas; b) a entrosagem e a intercomplementariedade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros; c) a organização de centros interescolares que reúnam serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos (BRASIL, Lei 5692 de 1971).

No referido período, destacamos que o CEMA já havia adotado o nome de “Mário de Andrade”. O nome veio por meio do decreto nº 21289, de 14 de outubro de 1970, em homenagem a este famoso literato brasileiro.

Sobre a importância de Mário de Andrade, Andreotti anotou que ele foi

[...] reconhecido pela obra poética e como intelectual dos mais completos de seu tempo, Mário de Andrade dedicou-se à música, ao folclore, à crítica de arte, foi gestor público, professor e se destacou como educador, ao integrar cultura e educação (2019, online).

Em Francisco Beltrão, após a promulgação da nova legislação, percebeu-se a necessidade de uma reestruturação organizacional do trabalho escolar e existindo, na lei, a possibilidade de fazê-lo, o Colégio Estadual Mário de Andrade formou, juntamente com o Instituto Nossa Senhora da Glória e com o Grupo Escolar Beatriz Biavatti, o 1º Complexo Educacional de Francisco Beltrão.

Conforme o Planejamento Prévio do 1º Complexo (1973), as instituições que o compunham buscavam atender as exigências da nova Lei 5692/71, promovendo a implantação gradativa da reforma do ensino de 1º grau.

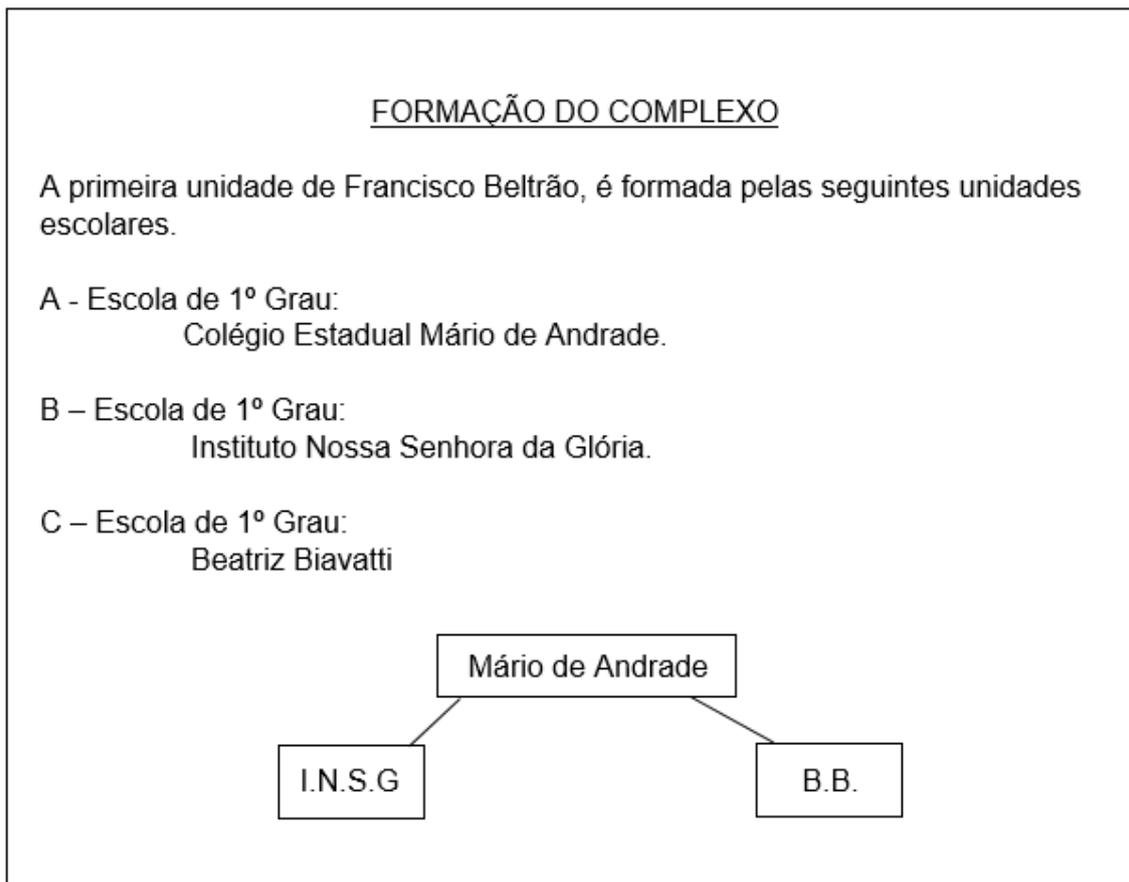
De acordo com o documento, o objetivo geral do complexo era “[...] proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização para o trabalho e para o preparo para o exercício consciente da cidadania” (CEMA, 1973, s/p).

Além do Colégio Estadual Mário de Andrade e do Instituto Nossa Senhora da Glória, o Grupo Escolar Beatriz Biavatti fazia parte do complexo³².

³² O Grupo Escolar Beatriz Biavatti atuou inicialmente com o nome de “Nei Braga”, ex-governador. “O decreto nº 7.495 da criação do Grupo Escolar deu-se mais tarde, ou seja, em 26.03.68, com o nome de Grupo Escolar Beatriz Biavatti.” (CEMA, 1973, s/p). Também de

Em continuidade, mostramos um esquema da organização deste complexo retirado dos documentos do CEMA.

Documento 5 - Esquema de Formação do 1º Complexo de Francisco Beltrão de 1973



FONTE: CEMA, 1973, s/p. – Transcrito do original.

Quanto ao funcionamento do Complexo, o documento especificou sobre sua organização administrativa:

Em cada uma das escolas de 1º grau, quando possível manter-se-ão:

- um diretor;
- um diretor auxiliar;
- um coordenador;
- um secretário;
- 14 (quatorze) monitores de alunos;
- oito serventes;
- um bibliotecário; (CEMA, 1973, s/p)

acordo com CEMA, “Beatriz Biavatti nasceu em 1935 em Lagoa Vermelha, Rio Grande do Sul, sendo filha de Atílio e Inês Biavatti. Foi nomeada em 1958, sendo designada para trabalhar em um Grupo Escolar de Barracão, cidade que residia. Em 1958 veio para Francisco Beltrão, passando a lecionar no Grupo Escolar Dr. Eduardo Wirmond Suplicy. Faleceu vítima de um derrame cerebral no dia 21 de novembro de 1967, época em que prestava serviço no Instituto Senhora da Glória” (1973, s/p).

Quanto à utilização dos espaços físicos das instituições, segue o documento: “As 4ª séries dos grupos escolares: Instituto Nossa Senhora da Glória e Beatriz Biavatti, funcionarão em salas dos mesmos estabelecimentos em dois períodos (matutino e vespertino)” (CEMA, 1973, s/p).

E ainda: “A Escola de 1º grau Colégio Estadual Mário de Andrade, acolherá os alunos da 5ª série destes estabelecimentos e das escolas isoladas do município” (CEMA, 1973, s/p).

Quanto ao aspecto pedagógico, o ensino de 1ª a 4ª série, que acontecia nas unidades do Instituto Nossa Senhora da Glória e do Grupo Escolar Beatriz Biavatti, estaria coordenado entre si e articulado ao ensino de 5ª a 8ª série que acontecia no Colégio Mário de Andrade.

Além disso, segundo o documento, a orientação pedagógica estaria subordinada ao centro de orientação que era no Mário de Andrade. (CEMA, 1973).

O Planejamento do 1º Complexo Educacional de Francisco Beltrão justificou o fato de ter sido feita a inclusão de uma Instituição particular no Complexo:

O motivo que nos levou a incluir o Instituto Nossa Senhora da Glória, no 1º complexo, juntamente com as demais escolas oficiais é que a referida escola mantém convênio com o Estado, segue o mesmo calendário escolar e obedece os mesmos critérios dos estabelecimentos oficiais. Esta integração facilitou a organização do 1º Complexo, visto que as 4 primeiras séries do 1º grau fornecem alunos para as 5ª séries do Colégio Estadual Mário de Andrade que mantém apenas as quatro últimas séries do 1º grau. (CEMA, 1973, s/p).

Dessa forma, desenhava-se a organização do 1º Complexo Educacional de Francisco Beltrão, integrando o ensino de 1º grau, ficando de 1ª a 4ª série a oferta no Instituto Nossa Senhora da Glória e no Grupo Escolar Beatriz Biavatti e de 5ª a 8ª série no Colégio Estadual Mário de Andrade, conforme possibilitava a Lei nº 5692, de 1971.

Assim, o Colégio Mário de Andrade atendia a demanda de 5ª a 8ª série que vinha das outras duas escolas do Complexo, que, por sua vez, ministravam os cursos de 1ª a 4ª série.

Sobre a manutenção do acordo com as Irmãs Escolares de Nossa Senhora, Schiessl afirmou:

Isto foi até em 1973, final de 1972, quando por motivos que eu ignoro, esse contrato foi desfeito entre o estado e a congregação e tudo me faz crer que as irmãs pretendiam trabalhar com estabelecimento próprio. E eu acho que o estado era sabedor disso, tinha sido notificado. O fato é que foi necessário se repensar um novo local para o colégio Mario de Andrade. O número de alunos era muito grande, então, era preciso uma área bem maior³³ (2018).

Schiessl explica que ele mesmo foi quem assumiu a direção do Colégio naquele momento. “Em 1973, eu assumi a direção do Colégio Mário de Andrade, até meados de 1975, mas continuei no estabelecimento como professor de Matemática. Depois de estatística, na contabilidade” (2018).

De acordo com Beliatto (2017), a Irmã Barbara deixou a direção do Colégio Estadual em fins de 1975 para se dedicar aos alunos da escola particular, enquanto isso, a Escola Estadual permanecia funcionando na estrutura, porém, sob a direção do professor Danilo Schiessl.

Conforme explica Beliatto:

As irmãs resolveram abrir a 5ª série no Glória, mas já havia a 5ª série do Colégio Mário de Andrade, daí a incompatibilidade. Por isso, a irmã Bárbara deixou a direção do Mário de Andrade para dedicar-se somente no projeto do Colégio Glória. Ano após ano, o Glória incorporou novas séries, até ter todo ensino de 1º grau completo. Isso foi em 1979/80 (2017, p. 144).

Na revista comemorativa dos 50 anos do Colégio Nossa Senhora da Glória, em Francisco Beltrão (2002), também aparece o nome da Irmã Barbara Zimmermann como diretora da instituição até o ano de 1975.

Ciola também recordou este período e o início da construção de uma nova sede para o Colégio Mário de Andrade:

Através de esforços políticos e talvez pela busca de votos e pedidos constantes da comunidade, iniciou-se a construção do Mario de Andrade com apenas sete salas de aula. Estas salas de aula, na verdade, foram construídas para desafogar o Mario de Andrade do centro da cidade. Nelas, vieram alunos dos bairros mais próximos e de algumas comunidades rurais. Seu primeiro nome foi Unidade de ensino de 1º grau (recebeu alunos só de 5ª a 8ª), e o primeiro diretor fui eu. Isso aconteceu em 1974 e tinha também a fiscalização da Irmã Bárbara. A ampliação da construção foi acontecendo e, em 1977, o

³³ As datas citadas pelo professor Danilo Schiessl para o fim do acordo do Estado do Paraná com as Irmãs escolares de Nossa Senhora não coincidem com os demais dados levantados nesta pesquisa. Consideramos como mais provável o início do fim da parceria em 1975, quando a Irmã Bárbara passou a dedicar-se à escola particular e, definitivamente, após a mudança total do CEMA para a nova estrutura em 1977.

Colégio Estadual Mário de Andrade mudava –se definitivamente e a parceria pedagógica e financeira com o Estado e as Irmãs se extinguia. O Estado pagava aluguel às Irmãs, razão pela qual, também, achou mais conveniência na construção do prédio próprio (2019).

De acordo com o relato de Ciola (2019), ele assumiu em 1974 a direção do CEMA na nova estrutura, sob supervisão da Irmã Bárbara Zimmerman, que permanecia sendo a diretora da unidade do centro da cidade, o que justifica a Revista do Glória ter creditado também a ela o papel de diretora da instituição até 1975.

Conforme observamos nos relatos de Beliatto (2017), a unidade do centro também foi dividida a partir de 1975, sendo que a Irmã Barbara passou a dirigir apenas o Instituto Nossa Senhora da Glória, enquanto a Escola Estadual ficou sob a direção do professor Danilo Schiessl.

Tudo evidencia, portanto, que a parceria com as Irmãs escolares de Nossa Senhora encerrou-se, definitivamente, em 1977, quando o Colégio Estadual Mário de Andrade mudou para sua sede própria, onde se encontra até os dias atuais.

Ainda sobre a questão da construção da sede própria do Colégio, Schiessl narrou uma disputa de interesse que teria feito com que a sede não fosse construída onde era, a princípio, o planejado³⁴.

Em virtude dessa necessidade de ampliar o espaço físico da escola, apareceu um grande projeto, na época, comandado sob a iniciativa da então chefe do núcleo, a Professora Maria Ponte, irmã do Dr. Arizone. Esse seria o projeto de um complexo escolar, inédito, que teria canchas polivalentes, salas de aula, laboratórios, enfim... A ideia inicial era colocar esse complexo na área que abrange, hoje, o Ítalo Supermercado, vindo pela costa de todo o Rio Lonqueador, então, era uma área muito grande. Houve a apresentação do projeto, e esse projeto foi pra estudos, e houve alguma coisa que entrou esse grande projeto escolar feito para aquela época. Inclusive, eu acredito... E na época se dizia... Que uma das coisas que interferiu e que “melou” esse grande projeto, foi uma interferência ou uma influência da Mitra Diocesana, que, na época, alegava que, em razão da lei 5691³⁵, não era possível sobrepor estabelecimentos escolares. Em razão disso, o Mário de Andrade mudou-se para a sede onde ele funciona, no fim da Rua Tenente Camargo, e essa transferência aconteceu no final de 1973. Lembro-me que, na época, nós tínhamos em torno de 54 turmas e lá, nós estávamos com 6 salas acabadas e outras

³⁴ Não encontramos outras fontes que corroborassem essa história.

³⁵ Acreditamos que o depoente refere-se à Lei 5692/71.

semiacabadas, e foi necessário trabalhar em 3 turnos para atender essa grande demanda de alunos (SCHIESSL 2018).

De acordo com Schiessl (2018), portanto, os planos para a construção da sede própria eram bem mais ambiciosos e pretendiam ampliar ainda mais a atuação do Complexo educacional, porém, segundo o depoente, interesses particulares acabaram retirando esta proposta de pauta. O que aconteceu foi a construção de salas de aula no local onde até hoje encontra-se a instituição.

Por algum tempo, as aulas continuaram sendo ministradas no Instituto Nossa Senhora da Glória, concomitantemente aulas na nova estrutura. Após o fim da parceria com as Irmãs, o Colégio Estadual Mário de Andrade mudou-se definitivamente para a sede própria.

Neste Capítulo, analisamos a fundação da Instituição Mário de Andrade, desde seus pressupostos legais com a LDBEN 4024/61, até sua reformulação com a Lei 5692/71. Perscrutamos os primeiros passos dados pela instituição, desde os pedidos da sociedade até a implantação e organização do Colégio.

Entendemos quais foram as instituições que firmaram parceria com o CEMA e como este buscou e formou sua equipe docente.

Também neste capítulo, analisamos aspectos relevantes do período histórico da fundação do Colégio e estudamos o caso do professor Deonísio da Silva.

Por fim, apresentamos a formação do 1º Complexo Educacional de Francisco Beltrão e os encaminhamentos para a construção de uma sede própria para o Colégio Estadual Mário de Andrade.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO SECUNDÁRIA NO CEMA: BASES CURRICULARES E NÍVEIS DE FORMAÇÃO

Neste capítulo, fazemos a análise das disposições do Conselho Estadual de Educação do Paraná quanto aos currículos dos cursos secundários no estado, contemplando o grau ginásial e o colegial de nível técnico. Estas disposições foram apresentadas pelo Conselho Estadual na revista *Critéria*, veículo de comunicação próprio do órgão educacional.

No Colégio Estadual Mário de Andrade, tivemos acesso aos históricos e relatórios finais dos alunos do curso ginásial de 1969 até 1974, bem como das turmas atendidas de 5ª a 8ª séries de 1974 a 1982. Também por meio dos mesmos documentos, analisamos o curso colegial, chamado, na época, de científico, dos anos de 1971 até 1979 e dos cursos colegiais de nível Técnico de Contabilidade, Auxiliar de Escritório e Magistério dos anos de 1978 até 1982. Estas foram as três modalidades de ensino técnico oferecidas pela instituição na época.

Considerando a documentação disponível para análise, no primeiro tópico, partimos do estudo da apresentação curricular do Conselho Estadual de Educação na revista *Critéria* de 1965, analisando a resolução nº 26, de 1965 do referido Conselho, base de todas as especificidades curriculares dos cursos anteriormente citados.

Percebemos também, neste tópico, algumas implicações das definições e orientações do Conselho Estadual de Educação para o CEMA, como foi o caso da necessidade de encaminhamento de suas alterações para aprovação do mesmo Conselho e ainda da flexibilidade dada à instituição para definir alguns elementos de sua grade.

No segundo tópico, trazemos a apresentação e a análise dos dados das turmas levantados junto à instituição e uma reflexão sobre a evasão escolar, especialmente no que diz respeito aos alunos do período noturno.

No terceiro tópico deste capítulo, fechamos nosso estudo com a análise da Lei 7044, de 18 de outubro de 1982, legislação que alterou os dispositivos da Lei 5.692, de agosto de 1971, referentes ao ensino profissionalizante de 2º grau.

3.1. Bases curriculares do Paraná para o ensino secundário e suas implicações para o Colégio Estadual Mário de Andrade

De acordo com o exposto na revista *Critéria* (1965), publicação do Conselho Estadual de Educação, o Paraná, naquele ano, apresentava-se como sendo o estado com a maior rede de estabelecimentos de ensino médio, que eram mantidos, em sua maioria, pelo Poder Público Estadual que,

[...] de certa maneira, pressionado pela explosão demográfica verificada nos últimos vinte anos e pela abertura das novas frentes pioneiras no Paraná, teve que oferecer, pelo menos, em parte, oportunidade de ensino médio às novas gerações paranaenses (*CRITÉRIA*, Nº 1 e 2, 1965, p. 164).

Porém, conforme apontou a mesma revista, o Estado ainda estava longe de atingir o ideal necessário. No ano de 1965, a rede de estabelecimentos que ministrava o ensino médio atingia um total de 405 escolas estaduais, 163 particulares, quatro municipais e duas federais. Frente a esses números, é importante lembrar que, na época, o ensino secundário era de sete anos, compondo-se do grau ginasial e colegial, como evidenciamos no capítulo anterior.

O número de alunos matriculados nos estabelecimentos oficiais, que eram mantidos pelo governo do estado, era de 95.429, e a estimativa levantada pelo Conselho Estadual de Educação era de que, nos estabelecimentos privados, o número chegasse a cerca de 35.000 alunos.

Diante deste quadro, o Conselho Estadual considerou que:

A extensão da rede do ensino médio, a necessidade de serem corrigidas as distorções mais graves, bem como o imperativo de assegurar-se a todos os estabelecimentos, públicos e particulares, condições para uma feliz integração no Sistema Estadual de Ensino, ampliaram consideravelmente as responsabilidades do Conselho Estadual de Educação, na formulação das bases curriculares do Ensino Médio (*CRITÉRIA*, Nº 1 e 2, 1965, p. 167).

Para elaboração destas bases curriculares para o ensino médio, que compreenderam todos os estabelecimentos que pertenciam ao Sistema Estadual de Ensino, o Conselho Estadual de Educação estabeleceu que a

[...] educação em grau médio se destina à formação de adolescentes, devendo, pois, oferecer a todos iguais oportunidades para o desenvolvimento da personalidade, e habilitá-los à plena participação nos direitos e deveres da

sociedade e nos benefícios da civilização. É, assim, a escola média escola para todos e que se destina, não como o fez a tradicional escola secundária, a dar uma informação acadêmica, divorciada muitas vezes das realidades nacionais e das conquistas da era tecnológica, mas a considerar o ensino médio no seu sentido integral (intelectual, físico, moral, religioso, cívico, artístico e vocacional), e em função dos valores fundamentais do homem e da sua formação (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 168).

O Conselho observou ainda que as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade, com seus reflexos econômicos e sociais, exigiam o que chamou de “libertação da escola média da sua compartimentação estanque” (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 168), apontando estruturas curriculares que atendiam a variedade de cursos, bem como à flexibilidade dos currículos e à articulação entre os diversos graus.

O Conselho, em sua resolução nº 26, de 1965, adotou o “ginásio comum multicurricular” e o “colégio diversificado”, que passaram a ser, para o órgão, as duas bases de apoio da escola média no estado do Paraná.

O ginásio comum foi a orientação do conselho a ser adotada pelos cursos secundários, técnicos e profissionais, assim como para os cursos de regentes de ensino primário. Os currículos deveriam ser diversificados apenas para as disciplinas complementares, para as específicas e para as optativas que ficavam à escolha do estabelecimento de ensino.

O objetivo desta medida era dar a todos uma suficiente educação geral e ainda oferecer opções de introdução em áreas vocacionais que poderiam ser, mais tarde, aperfeiçoadas “no colégio diversificado e especializado” (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 169).

Estas medidas, para o Conselho, constituíam:

[...] real alcance econômico, podendo a administração pública e a rede particular de ensino médio alargar mais prontamente, e sem graves encargos financeiros, as oportunidades de diversificações curriculares, atendendo às necessidades da exploração de vocações e ao encaminhamento de aptidões, sem a consequência de custosos ginásios técnicos e profissionais (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 169).

No artigo 35 e seus parágrafos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61 determinava o seguinte:

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias (BRASIL, Lei 4.024 de 1961).

O Conselho Federal de Educação exerceu o que era de sua competência, indicando cinco disciplinas obrigatórias para o currículo: Português, Matemática, História, Geografia e Ciências. Este núcleo obrigatório constituía o fundamental e básico necessário para o ensino médio em todo o país. De acordo com o parecer, esta ação impossibilitou o Conselho Estadual de arbitrar no que diz respeito a estas disciplinas, uma vez que já estavam definidas e eram obrigatórias. O Conselho Federal

[...] retirou das áreas do conhecimento humano aquelas disciplinas que, pela sua universalidade, pelas suas possibilidades integradoras na cultura nacional e pela sua expressiva instrumentalidade, podem, de fato, garantir a formação humana e nacional dos jovens brasileiros (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 170).

Sendo assim, o Conselho Estadual julgou ser de sua competência completar o núcleo com o que chamou de “disciplinas obrigatórias complementares”, assegurando “[...] a mais ampla flexibilidade [...] o rompimento com os tradicionais modelos, rígidos e estanques, das formulações curriculares até aqui, via de regra, adotadas” (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 170).

O Conselho delegou aos estabelecimentos a escolha de mais duas disciplinas para compor o núcleo obrigatório juntamente com as cinco pré-estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação. Este ato, segundo a revista *Crítica*, visava reconhecer nos educadores a consciência e a responsabilidade pela ação educadora no Estado. As instituições de ensino poderiam optar por um dos seguintes pares de disciplinas:

- a) Desenho e Organização Social e Política Brasileira; b) Desenho e língua estrangeira moderna; c) Desenho e língua clássica; d) Desenho e disciplina específica; e) Organização

Social e Política Brasileira e língua estrangeira moderna; f) Organização Social e Política Brasileira e língua clássica; g) Organização Social e Política Brasileira e disciplina específica; h) Uma língua estrangeira moderna e uma disciplina específica (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 171).

De acordo com o documento, o Conselho entendeu que, no caso da língua estrangeira moderna, a instituição escolar, conforme aquilo que julgasse mais conveniente à formação de seus alunos, deveria fazer a escolha da língua a ser ensinada. Esta decisão foi tomada devido ao grande patrimônio linguístico presente no Paraná, proveniente das mais diversas etnias que constituíram a população do estado (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965).

Da mesma forma, as línguas clássicas como o latim e o grego também foram recomendadas suas inclusões pelo Conselho devido seu valor humanístico “que não deveria perder seu lugar e sentido ante um possível exageramento tecnologista” (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 172).

Outras disciplinas, chamadas “específicas”, foram determinadas de acordo com a orientação vocacional do curso (comercial, agrícola, industrial, pedagógico...)

A Lei 4.024/61, em seu artigo 22, determinou a obrigatoriedade das aulas de educação física no ensino primário e médio, para jovens até os 18 anos. Já o artigo 38 da mesma lei, nos seus incisos III, IV e V, definia a formação moral e cívica dos educandos, bem como atividades de educação artística e orientação educativa e vocacional.

No Paraná, esta orientação educativa e vocacional foi interpretada pelo Conselho Estadual como passível de grande variedade de opções, dependendo do meio geográfico e social de cada localidade, cabendo à escola escolher quais práticas serviam mais aos interesses dos alunos e da comunidade.

No quadro a seguir, observamos a grade curricular do curso ginasial do CEMA no ano de 1969. As turmas de 1º e 2º ano seguiram a determinação obrigatória do Conselho Federal de Educação e optaram pelo francês como língua estrangeira moderna. Já o 3º e 4º ano tiveram a inserção da disciplina de Organização Social e Política Brasileira, conteúdo difundido pelo regime militar, e Técnica Comercial, provavelmente como opção de orientação educativa e vocacional e Inglês como língua estrangeira moderna.

Quadro 2 - Grade Curricular das turmas do Curso Ginásial de 1969

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
Português, Matemática, história, geografia, ciências, francês	Português, Matemática, história, geografia, ciências, francês	Português, Matemática, História, Ciências, Téc. Comercial, O.S.P.B e Inglês	Português, Matemática, História, Ciências, Téc. Comercial, O.S.P.B e Inglês

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

Com relação ao ciclo colegial, a resolução número 26, de 1965, determinou sua abrangência para os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário. Segundo o documento elaborado pelo Conselho Estadual de Educação, o ciclo secundário:

[...] admite grande variedade de currículos, segundo a distribuição das disciplinas obrigatórias, suas respectivas cargas horárias, e ainda, segundo as matérias optativas que forem adotadas pelos estabelecimentos e colocadas à disposição dos educandos. Tal orientação decorreu, naturalmente, daquela que presidiu à adoção do ginásio comum multicurricular, uma vez que possibilita o aprofundamento da exploração vocacional, encaminhando a uns devidamente para os cursos superiores, a outros para o exercício de profissão de nível médio, e a todos atendendo na formação da personalidade integral, além de valorizar áreas da técnica e do conhecimento humano, dantes relegadas a posições inferiorizadas na escola dos valores sociais (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 177).

Devido a diversidade de currículo e do princípio de manter a flexibilidade para atender as especificidades locais e de aptidão dos alunos, o Conselho Estadual indicou seis orientações, das quais os estabelecimentos poderiam optar por uma, duas ou mesmo todas, dependendo da possibilidade de oferta.

Segue exemplo de duas destas orientações:

[...] para a Orientação A – Ciências Físicas e Matemáticas, foram fixadas obrigatoriamente as disciplinas: a) português; b) matemática; c) Física; d) Química; e) Desenho; f) Língua estrangeira moderna, ao passo que para a Orientação C – Ciências Sociais, foram fixadas obrigatoriamente as disciplinas: a) Português; b) História; c) Geografia; d) Filosofia; e) Estudos Sociais; f) Língua estrangeira moderna³⁶ (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 178).

³⁶ Importante destacar que, nesta proposta de 1965, já aparecia a ideia dos itinerários de formação da atual Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Para satisfazer a realidade dos colégios do interior, o Conselho Estadual indicou ainda outra orientação de Cultura Geral, que poderia suprir, de forma abrangente, as necessidades daquelas comunidades escolares. Em aspectos gerais, os estabelecimentos tiveram autonomia para optar, segundo suas conveniências (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965).

No curso colegial de grau técnico, a orientação era trabalhar as disciplinas específicas harmonizando-as com a formação geral, afinal, o Conselho entendia que o mais importante no grau médio era a formação do homem.

Para este nível de ensino, a flexibilização era menos ampla, afinal, os cursos técnicos exigiam o registro dos diplomas junto ao Ministério da Educação e Cultura, o que fazia com que eles necessitassem seguir estritamente as normativas do Conselho Federal de Educação. Mesmo assim, os estabelecimentos podiam substituir ou incluir alguma disciplina específica. (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965).

Com relação à escola normal:

[...] entendeu o Conselho dever fixar as disciplinas obrigatórias que integrarão o seu currículo, apontando, aliás, aquelas já indicadas pelo Conselho Federal de Educação para o ensino médio e que, na verdade, deverão constituir o núcleo básico do Departamento de Cultura Geral dos Institutos de educação e das escolas normais. Estas disciplinas não poderiam, de fato, deixar de estar presentes na escola normal de grau colegial, não apenas pelas necessidades de ampliação da cultura geral dos seus alunos, mas sobretudo, pelas conveniências de capacitar-se o futuro professor no conhecimento e manejo dos conteúdos, métodos e técnicas dos programas do ensino primário (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 177).

Importavam, sobretudo, o estudo da criança e seu desenvolvimento, psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, estudos pedagógicos, filosofia da educação, problemáticas envolvendo a educação no Brasil e no Paraná, além de estudos que relacionassem a educação com as demandas do mundo moderno.

A avaliação, a didática e a prática de ensino também estavam previstas. Os estabelecimentos, ademais, tinham flexibilidade para fazer opção de disciplina.

A área de exercício da opção dos estabelecimentos é extremamente grande, incluindo disciplina obrigatória não lecionada na série, outras resultantes do desdobramento de disciplinas obrigatórias e mesmo qualquer das relacionadas como complementares ou optativas para os ciclos secundário e técnico (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 181).

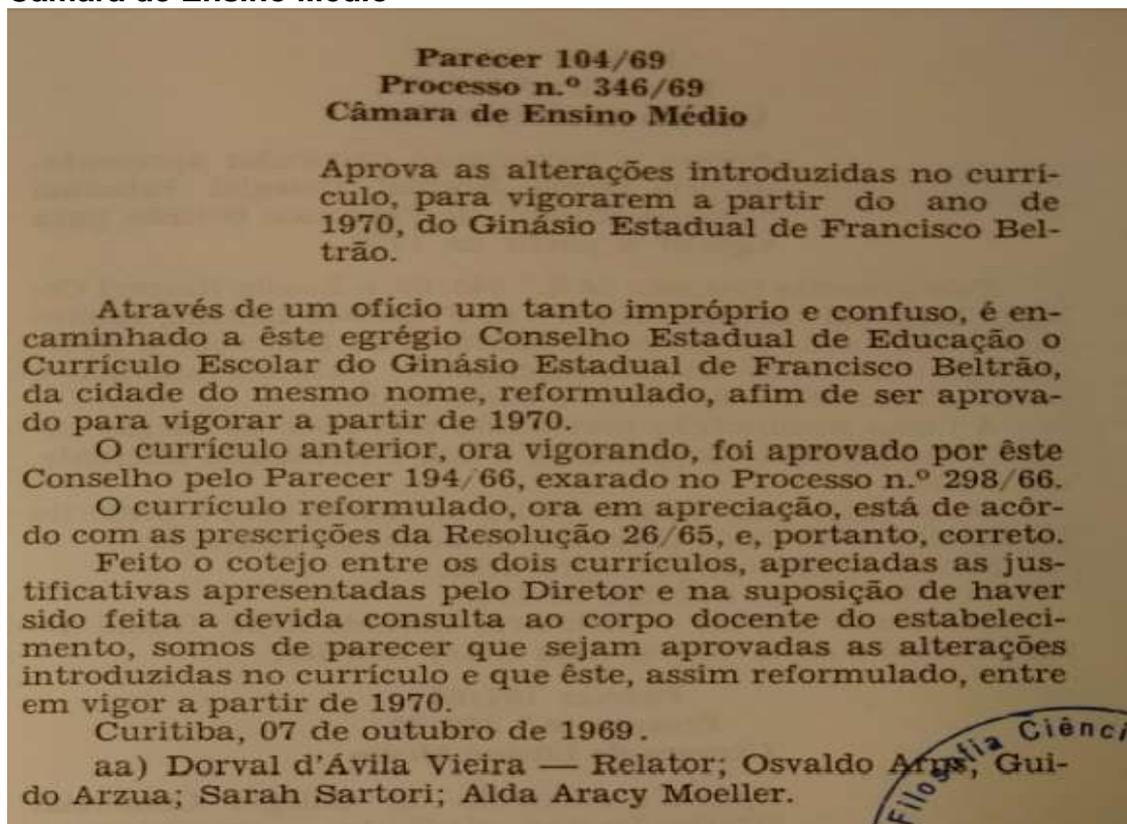
Os currículos dos cursos normais, em conformidade com avaliação do Conselho Estadual de Educação, ficaram grandemente enriquecidos com opções como “Estudo do Meio” ou “Técnica de Serviço Social”. Também a obrigatoriedade da prática de ensino foi recomendada como estágio dirigido, com gradação de carga-horária da primeira até a terceira série do curso, incluindo a regência de classe por parte dos alunos.

Tendo estas premissas como referência para a base curricular do estado do Paraná, em 1966, o Ginásio Estadual de Francisco Beltrão submeteu ao Conselho a aprovação de seu currículo pelo processo número 298, de 1966. O Conselho aprovou o currículo do Ginásio de Francisco Beltrão no dia 15 de abril de 1966, por meio do parecer 194 daquele ano:

Pelo presente processo, de n.º 298/66, é submetido à aprovação do Conselho Estadual de Educação o currículo do 1º ciclo do curso Ginasial do GINÁSIO ESTADUAL DE FRANCISCO BELTRÃO, estabelecimento oficial de ensino médio, com sede na cidade de FRANCISCO BELTRÃO. O currículo elaborado pelo referido estabelecimento está de acordo com as bases curriculares do ensino médio, estabelecidas para o Sistema Estadual de Ensino pela resolução 26/65, do Conselho Estadual de Educação. Assim sendo, somos de parecer que o Conselho, nos termos do artigo 74, item aa), da Lei nº 4.978, de 5-12-64, aprove o currículo apresentado pelo estabelecimento, determinando, entretanto, que se designe corretamente a disciplina específica adotada como complementar e designada no projeto do educandário, como “Técnica Comercial”. Se a intenção foi a de adotar uma disciplina de orientação comercial, deve ser realizada a opção entre uma das disciplinas arroladas no art.4º, n.º 1. da resolução 26/65 (CRITÉRIA, Nº 3, 1966, p. 250-251).

Em 1969, o Ginásio de Francisco Beltrão, futuro Colégio Estadual Mário de Andrade, encaminhou novo pedido de aprovação ao Conselho, desta vez, de alterações em seu currículo. Mais uma vez, o Conselho concedeu a aprovação solicitada, porém, no próprio parecer publicado, chamou a atenção para elementos impróprios e confusos no ofício enviado pela direção do Colégio. Infelizmente não foi possível termos acesso a este ofício a fim de investigar quais seriam estes elementos.

**Documento 6 – Parecer 104 de 1969 do Conselho Estadual de Educação –
Câmara de Ensino Médio**

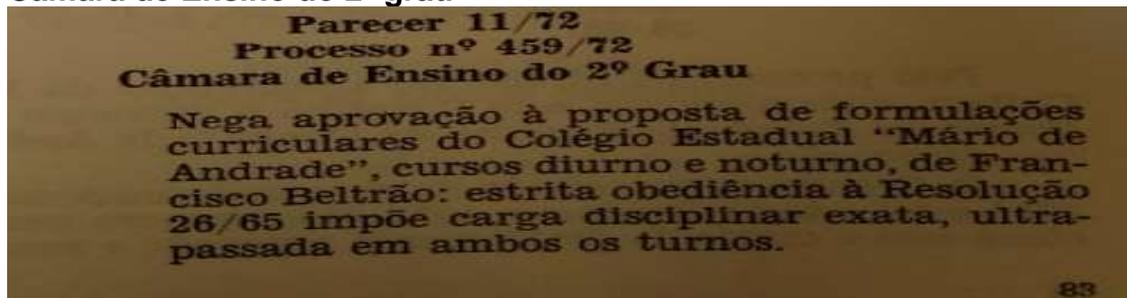


FONTE: (CRITÉRIA, Nº 10, 1969, p. 113).

Em 1972, o Conselho Estadual de Educação, através da deliberação 54, para o processo de nº 459/72, negou a aprovação do currículo da instituição Colégio Estadual Mário de Andrade. As razões foram explicadas no parecer 11 de 1972, também sobre o processo nº 459/72.

Segundo o documento, as cargas disciplinares deveriam ser exatas, em conformidade com a resolução nº 26 de 1965, porém, excediam tanto nos cursos diurnos como nos noturnos.

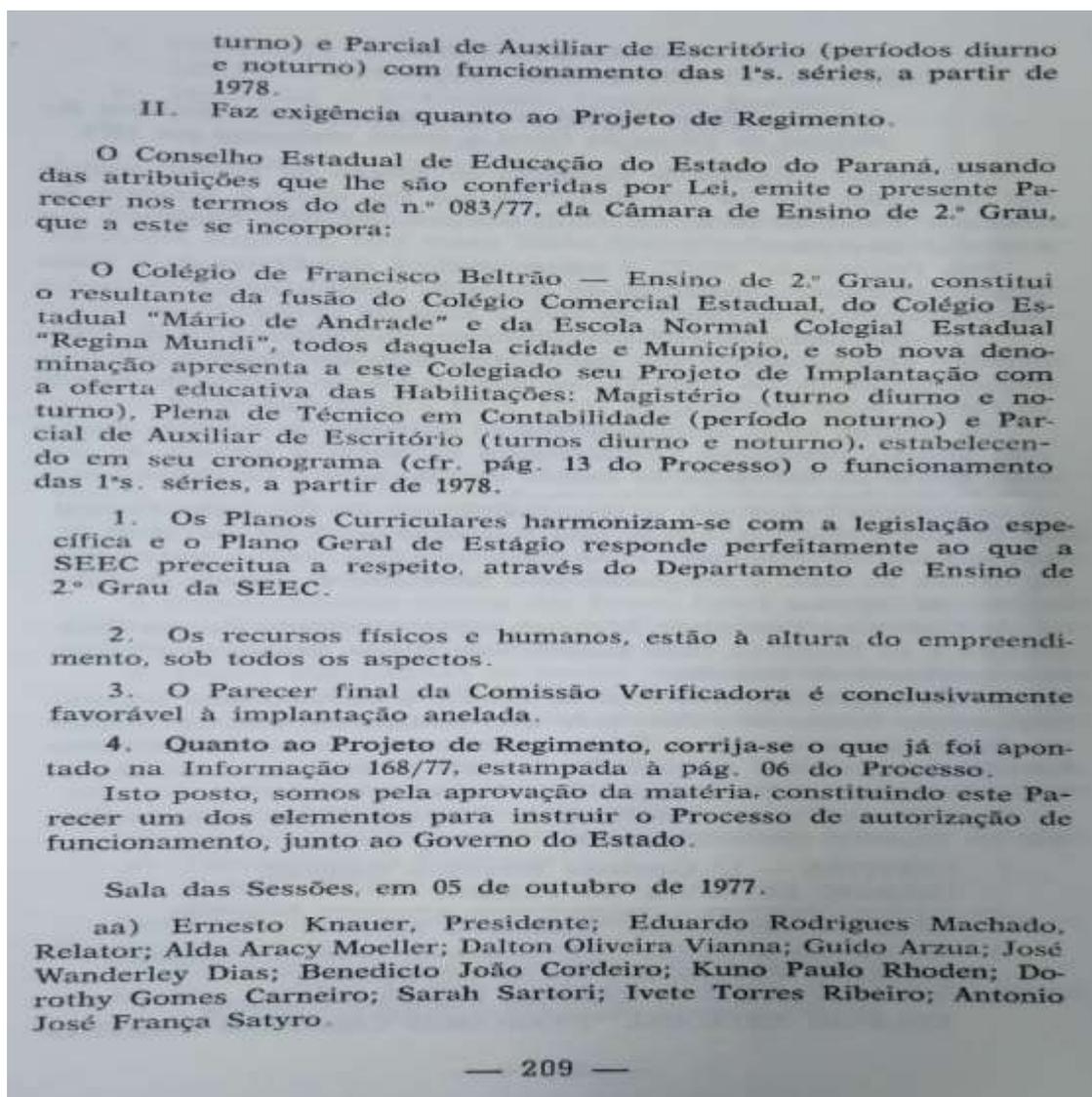
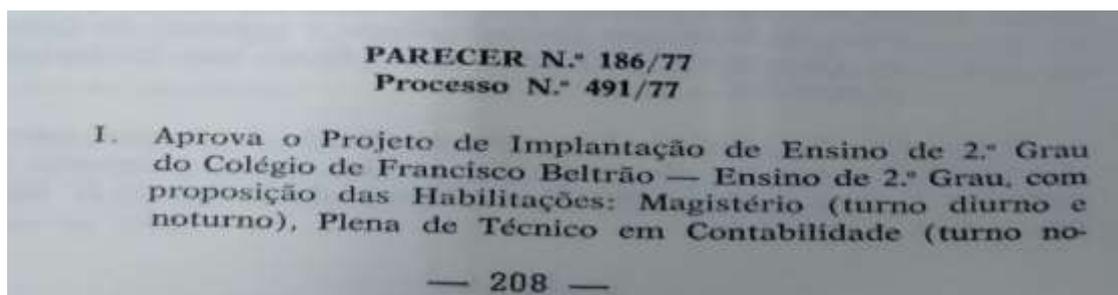
**Documento 7 – Parecer 11 de 1972, do Conselho Estadual de Educação -
Câmara de Ensino do 2º grau**



FONTE: (CRITÉRIA, Nº 15, 1972, p. 83).

Pelo parecer 186 de 1977, no processo 491 também de 1977, o Conselho Estadual de Educação aprovou o projeto de implantação de Ensino de 2º grau para as habilitações: Magistério, Técnico em Contabilidade e Auxiliar de Escritório, que iniciaram suas atividades em 1978, conforme analisamos no próximo tópico deste capítulo, mediante os dados dos registros das turmas.

Documento 8 – Parecer 186 de 1977, processo número 491 de 1977



FONTE: (CRITÉRIA, Nº 25, 1977, p. 208-209)

Dessa forma, apresentamos as bases curriculares estabelecidas para o período, norteadas pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná. Estas definições e orientações implicaram diretamente a organização do trabalho no CEMA, uma vez que, conforme também mostramos, todas suas alterações curriculares necessitavam de aprovação do Conselho. Ainda seguindo estas diretrizes, o CEMA tinha certa autonomia para definir alguns elementos do currículo, implantando algumas disciplinas que julgava mais necessárias a seu público.

Além disso, mostramos alguns dos pareceres do Conselho Estadual de Educação sobre pedidos de aprovação curricular e de aprovação do projeto de implantação de Ensino de 2º grau para as habilitações: Magistério, Técnico em Contabilidade e Auxiliar de Escritório.

3.2. Análise das turmas de grau ginásial e colegial de nível técnico no Colégio Estadual Mário de Andrade entre os anos de 1969 e 1982

Conforme já exposto no Capítulo 2, a LDB 4024/61 determinava, em seu artigo 34, que o ensino secundário deveria ser ministrado em nível ginásial e colegial. Efetuamos um levantamento junto à instituição Mário de Andrade, mapeando turmas e dados referentes aos cursos oferecidos na instituição na época.

Entre os relatórios finais que ainda estão arquivados na instituição, conseguimos efetuar o trabalho a partir do ano de 1969, o que já nos permitiu um retrato bem claro da atuação educacional do Colégio na época.

Conseguimos, ademais, verificar outras grades curriculares adotadas pela instituição levando em consideração as pré-disposições do Conselho Estadual de Educação já expostas neste capítulo.

No quadro a seguir, observamos os números referentes às turmas do curso ginásial do CEMA de 1969 a 1974. Em 1969, a instituição atendeu um total de 971 alunos de 2º grau, 102 alunos de turmas do período noturno não terminaram o curso na instituição, transferidos, matrículas trancadas e desistentes.

Em 1970, foram 1074 alunos atendidos pelo Colégio Estadual Mário de Andrade. 144 dos matriculados naquele ano não terminaram o curso, sendo que 86 eram do período noturno.

Quadro 3 – Relação de turmas n. de alunos matriculados e não concluintes do Curso Ginásial, do CEMA, de 1969 – 1974

ANO	TURMAS	Nº DE ALUNOS	TOTAIS ANOS	NÃO CONCLUINTES	TOTAIS ANOS
1969	1ª - 8t	295	971	57	149
1969	2ª - 8t	297		44	
1969	3ª - 5t	203		32	
1969	4ª - 5t	176		16	
1970	1ª - 11t	416	1074	61	144
1970	2ª - 8t	263		26	
1970	3ª - 7t	238		41	
1970	4ª - 4t	157		16	
1971	1ª - 12t	449	1168	70	184
1971	2ª - 9t	314		47	
1971	3ª - 6t	228		43	
1971	4ª - 6t	177		24	
1972	1ª - 16t	582	1336	90	220
1972	2ª - 10t	379		64	
1972	3ª - 5t	212		43	
1972	4ª - 4t	163		23	
1973	1ª - 8t	323	1128	186	468
1973	2ª - 11t	404		152	
1973	3ª - 6t	224		83	
1973	4ª - 4t	177		47	
1974	1ª - 4t	152	884	81	364
1974	2ª - 4t	176		106	
1974	3ª - 9t	335		126	
1974	4ª - 6t	221		51	

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

A grade curricular do ano de 1969, apresentada no tópico anterior (Quadro 2), contava com as disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Francês para o 1º e 2º ano, e Português, Matemática, História, Ciências, Técnica Comercial, Organização Social e Política Brasileira e Inglês para o 3º e 4º ano.

Em 1970, o primeiro ano, nos três turnos, teve a seguinte grade curricular: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Moral e Cívica e Inglês. Já os segundos anos tiveram o acréscimo da disciplina de Desenho à sua grade. Para o terceiro ano, houve a substituição desta disciplina pela de Técnica Comercial. No quarto ano, voltou a ser oferecida a disciplina de Desenho e foi acrescentada a disciplina de Organização Social e Política Brasileira.

No ano de 1971, o Colégio Mário de Andrade ampliou seu número de matrículas para 1168, porém, 30 alunos do turno vespertino não concluíram o

ano e 116 alunos do noturno também não terminaram os estudos. A grade curricular deste ano seguiu a mesma organização proposta em 1970.

Com a reforma elaborada pela Lei 5.692/71, exposta no segundo capítulo, o ensino primário foi unido ao ginásio, formando, assim, um único ciclo. O ensino secundário a partir desta lei passou a ser apenas o curso colegial ou científico como era denominado na época. Esta nova legislação, no entanto, teve sua implantação gradativa em todo o Brasil, o que se iniciou a partir de 1972.

No ano de 1972, 1336 alunos iniciaram no curso ginásial oferecido pelo CEMA, sendo que, destes, 35 alunos do turno matutino não terminaram o ano, 46 do turno vespertino e 136 do noturno também não encerraram o curso iniciado naquele ano. Matrículas trancadas, alunos transferidos e desistências foram as causas mais apontadas nos documentos. Em 1972, também houve três alunos que frequentaram as aulas, mas não compareceram ao exame final. A grade curricular de 1972 seguiu a mesma organização do ano anterior.

Em 1973, o colégio atendeu um total de 1128 alunos, sendo que 119 dos matriculados no turno matutino não concluíram o curso. No período da noite, o número de alunos que não terminou foi bastante expressivo, 349, dos quais, de acordo com os relatórios finais daquele ano, 105 reprovaram em sua série. A grade curricular também se manteve a mesma, apenas com o acréscimo da disciplina de educação física para as turmas de terceiro ano.

Em 1974, o curso de grau ginásial atendeu um total de 884 alunos, sendo que 76 matriculados no turno matutino não terminaram o curso e 288 do período noturno também não encerraram. A grade de 1974 foi a mesma de 1973.

As turmas apresentadas até aqui estavam regulamentadas pela Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Acompanhamos o curso Ginásial do CEMA até o ano de 1974, conforme documentos que encontramos para análise, porém, como tivemos quatro turmas de primeiro ano, que iniciaram o curso ginásial em 1974, como indicado no quadro 3 (três), entendemos que a vigência da Lei nº 4024/61 foi até 1976/77, momento em finalizou o curso ginásial, com a formatura dos alunos.

Devido à implantação do I Complexo Educacional de Francisco Beltrão, já analisado no capítulo anterior, foi possível a CEMA acelerar em dois anos a implantação da Lei 5.692. No ano de 1974, de acordo com os registros

encontrados na instituição, tiveram início turmas de 5ª série do curso de 1º grau, dando sequência ao curso primário (1ª a 4ª séries), conforme estabeleciam as normas da Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. De acordo com registros no arquivo do CEMA, em 1974, teve a oferta de cursos equivalentes funcionando ao mesmo tempo quatro turmas do 1º ano do curso ginásial, regidos pela Lei 4.024/61 e de nove turmas da 5ª série do curso de 1º grau, regido pela Lei 5.692/71. Ambas as formas eram legais, pois uma legislação estava encerrando seu ciclo e a outra estava iniciando. As turmas de 5º série do curso de 1º grau, provavelmente, eram as oriundas do complexo.

A expressiva diminuição no número de alunos observada no ano de 1974, no Quadro 3 (três), deveu-se ao processo de transição entre as legislações. Verificamos que, no ano de 1973, por exemplo, tivemos 1128 alunos matriculados no ginásio, enquanto, em 1974, apenas 884. Estas turmas, no entanto, eram as que permaneciam na Lei nº 4024/61.

Quadro 4 - Relação de turmas e n. de alunos matriculados no curso de 1º grau, 5ª a 8ª séries do CEMA entre 1974 e 1982

ANO	SÉRIE/ TURMAS	Nº DE ALUNOS	TOTAIS ANOS	ANO	SÉRIE/ TURMAS	Nº DE ALUNOS	TOTAIS ANOS
1974	5ª - 9t	366	777	1979	5ª - 6t	250	1296
1974	6ª - 11t	411		1979	6ª - 7t	330	
1975	5ª - 6t	241	965	1979	7ª - 9t	397	
1975	6ª - 9t	338		1979	8ª - 7t	319	
1975	7ª - 10t	386		1980	5ª - 9t	379	1167
1976	5ª - 16t	640	1708	1980	6ª - 5t	220	
1976	6ª - 10t	416		1980	7ª - 6t	282	
1976	7ª - 9t	364		1980	8ª - 7t	286	
1976	8ª - 7t	288		1981	5ª - 11t	450	
1977	5ª - 10t	412	1683	1981	6ª - 6t	241	931
1977	6ª - 12t	495		1981	7ª - 3t	142	
1977	7ª - 8t	354		1981	8ª - 2t	98	
1977	8ª - 10t	422		1982	5ª - 10t	382	908
1978	5ª - 6t	242	1332	1982	6ª - 6t	248	
1978	6ª - 7t	288		1982	7ª - 5t	168	
1978	7ª - 11t	451		1982	8ª - 3t	110	
1978	8ª - 9t	351					

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

O quadro 4 (quatro) revela que, no mesmo ano de 1974, houve 777 alunos matriculados nas turmas de 5ª e 6ª série do curso de 1º grau que entraram pela Lei nº 5692/71, somando um total de 1661 alunos ao todo. Ou

seja, naquele ano, houve aumento no total de alunos da instituição com relação a 1973.

Outro fato interessante que podemos observar no quadro foi a oferta de 11 turmas de 6ª série ainda em 1974. Certamente, a maioria desses alunos era aqueles que concluíram apenas o 1º ano de curso ginásial e que parou de estudar, mas, com a oferta da nova modalidade, resolveu retornar à escola para continuar os estudos. O quadro também revela uma queda significativa nas matrículas de 1978 em diante. Isso se deu pela entrada em funcionamento de mais instituições na cidade que passaram a ofertar o curso de 5ª a 8ª séries.

Em 1971, o CEMA começou a oferecer o ensino de grau médio colegial, ou como era chamado, na época, o científico.

Vimos que a Lei 5.692/71 tornou obrigatório o ensino técnico profissionalizante de 2º Grau, no entanto, a mesma lei previa que a implantação deste modelo de ensino deveria ser progressiva, conforme as possibilidades das instituições de ensino.

Na época, havia duas modalidades diferentes de ensino de grau médio, o clássico e o científico. Sobre esta modalidade de ensino, Oliveira explicou: “O Clássico era mais focado em filosofia e línguas (incluindo latim, espanhol e grego). Já o científico oferecia mais disciplinas voltadas para ciências exatas” (2017, online).

Apresentamos no quadro a seguir o levantamento feito na instituição, através dos históricos e dos relatórios finais de cada ano, os números referentes a turmas, séries e não concluintes do curso científico de 1971 até 1979, organizados com base na Lei 4024/61.

Quadro 5 – Relação de turmas, n. de alunos matriculados e não concluintes do Curso Científico, do CEMA entre 1971 e 1979

ANO	SÉRIE/ TURMAS	Nº DE ALUNOS	TOTAIS ANOS	NÃO CONCLUÍRAM	TOTAIS ANOS
1971	1ª - 2t	64	64	12	12
1972	1ª - 2t	82	142	14	31
1972	2ª - 2t	60		17	
1973	1ª - 2t	83	153	34	44
1973	2ª - 1t	41		3	
1973	3ª - 1t	29		7	

					Continuação
1974	1ª - 4t	145	229	85	113
1974	2ª - 1t	48		16	
1974	3ª - 1t	36		12	
1975	1ª - 1t	54	155	0	54
1975	2ª - 2t	71		42	
1975	3ª - 1t	30		12	
1976	1ª - 3t	121	225	74	123
1976	2ª - 2t	74		36	
1976	3ª - 1t	30		13	
1977	1ª - 6t	250	363	115	150
1977	2ª - 2t	78		26	
1977	3ª - 1t	35		9	
1978	2ª - 4t	138	188	30	42
1978	3ª - 1t	50		12	
1979	3ª - 3t	112	112	21	21

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

Em 1971, houve duas turmas do científico, uma no período da manhã e outra no período da noite, com um desistente e dois transferidos no turno da manhã, havendo nove desistentes no período noturno.

Em 1972, 142 alunos foram matriculados no curso colegial, cinco pediram transferência e um desistiu no turno da manhã. Com relação ao noturno, o número de desistências foi de 15 e de transferências 10. Houve ainda um trancamento de matrícula.

Em 1973 apenas uma turma de primeiro ano foi aberta no período da manhã, as restantes concentraram-se no período noturno, sendo que 153 alunos estavam matriculados, tendo sido registradas 28 desistências e três transferências a noite, além de 13 desistências de manhã.

Com um total de 229 alunos, o ano de 1974 também concentrou quase todos os matriculados no período noturno. Dos 39 que iniciaram no matutino, 14 desistiram. No período noturno, o total de desistência foi de 99 alunos, ou seja, aproximadamente 52% dos alunos da noite não concluíram o ano.

Em 1975, houve turmas apenas no período noturno, totalizando 155 alunos, dos quais 54 não chegaram ao final do curso. Esta redução ocorreu, possivelmente, por falta de estrutura física, pois, nesse ano, havia as turmas de 5º a 8º e mais as remanescentes do ginásio.

No ano de 1976, o CEMA abriu duas turmas do científico no período da manhã. O total de alunos foi de 225, com 123 alunos que não concluíram o curso, 26 de manhã e 97 à noite.

Em 1977, 363 alunos foram matriculados, sendo que 150 não terminaram o curso. Mais uma vez. A maioria dos desistentes pertencia ao período noturno, 98 alunos.

Em 1978, não houve abertura de novas turmas de primeiro ano, mantiveram-se apenas as turmas que já haviam iniciado o científico, isso se deu pelo início das turmas dos cursos técnicos em 1978, completando o ciclo da Lei nº 5692/71 e finalizando o ciclo da Lei nº 4024/61. Foram 138 alunos de segunda série e 50 concluintes de terceira série. 42 não conseguiram terminar o ano.

Em 1979, ficaram apenas as turmas concluintes do curso científico, mais uma vez, não houve abertura de novas turmas, registrando-se que 21 alunos não terminaram o curso de um total de 112 que iniciaram. O fim das turmas de grau médio não profissionalizante deu-se progressivamente a partir de 1978, quando não foram mais abertas novas turmas com base na Lei nº 4024/61.

Quadro 6 - Grade Curricular das turmas do Curso Científico de 1971 a 1973

1971		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Português, Matemática, Geografia, Inglês, Física, Química, Educação Moral e Cívica, Desenho e Filosofia	X	X
1972		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Português, Matemática, Geografia, Inglês, Física, Química, Biologia, Educação Moral e Cívica e Desenho	Português, Matemática, História, Física, Química, Biologia, Educação Moral e Cívica e Inglês	X
1973		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Português, Matemática, Geografia, Inglês, Física, Química, Biologia, O.S.P.B, Desenho e Filosofia	Português, Matemática, História, Física, Química, Biologia, Educação Moral e Cívica, Inglês, Desenho e Filosofia	Português, Matemática, Física, Química, Biologia, Inglês, Desenho, Estudos Sociais, O.S.P.B e Educação Moral e Cívica

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

Em 1971, a matriz curricular contava com as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Geografia, Inglês, Física, Química, Educação Moral e Cívica, Desenho e Filosofia.

Em 1972, houve mudanças na grade de disciplinas ofertadas com relação ao ano anterior. No primeiro ano, os alunos tinham: Português, Matemática, Geografia, Educação Moral e Cívica, Física, Química, Biologia, Inglês e Desenho. Já as turmas de segundo ano: Português, Matemática, História, Física, Química, Biologia, Educação Moral e Cívica e Inglês.

No ano de 1973, também foram feitas adaptações na matriz curricular. Para o primeiro ano, acrescentou-se a disciplina de Organização Social e Política Brasileira e retirou-se Educação Moral e Cívica. O.S.P.B também foi acrescentada na grade do terceiro ano, que tinha a disciplina de Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais. No segundo ano, acrescentou-se Filosofia e Desenho.

Para o ciclo colegial, conforme mostramos no tópico anterior, a resolução 26/1965 do Conselho Estadual de Educação previa algumas sugestões de disciplinas que poderiam ser adequadas livremente pelas instituições de ensino, de acordo com as especificidades locais e de aptidão dos alunos. Entre elas, estavam as disciplinas de Desenho, Filosofia e Estudos Sociais, que foram acrescentadas à grade dos segundos e terceiros anos em 1972 e 1973.

Em 1974, foram retiradas da grade do primeiro ano as disciplinas de Desenho e Filosofia, nos segundos anos, foi retirado História, Desenho e Filosofia, e, na grade do terceiro ano, foram retiradas as disciplinas de Inglês, Estudos Sociais e O.S.P.B.

Em 1975, a instituição acrescentou, na grade do primeiro ano, as disciplinas de Educação Física e Educação Moral e Cívica. Os segundos e terceiros anos permaneceram com as grades iguais ao ano de 1974. Até 1979, não houve novas mudanças nas grades curriculares do curso científico do CEMA.

É possível notar que, nos primeiros anos de oferta do ensino colegial, as grades de disciplinas sofriam várias alterações de um ano para o outro. Embora fossem pequenas, todo ano, havia alguma troca, substituição ou supressão nesta ou naquela série.

Percebemos ainda a ausência da disciplina de História, em vários momentos, que juntamente com a Geografia e a Organização Social e Política Brasileira, configurava, nos documentos analisados, os chamados Estudos Sociais.

O objetivo desta política, que também está dentro do contexto das mudanças que o regime militar impôs na educação, segundo Piazza e Priori, “teve como um de seus objetivos despertar o civismo nos educandos, uma vez que seus conteúdos dariam prioridade principalmente aos “fatos históricos e heróis” brasileiros” (online, p. 10).

Conforme os mesmos autores:

Com a reforma implantada pela Lei 5692/71 o controle e a preparação de conteúdos passa a ser exclusividade do governo, que monopoliza o ensino em todas as áreas do conhecimento através da imposição e da determinação dos programas com as matérias a serem dadas através de livros didáticos escritos à semelhança dos programas adotados em grande escala (online, p. 10).

O Conselho Estadual de Educação, na resolução 26/1965³⁷, igualmente determinou as bases curriculares para o ensino de grau colegial técnico. Os cursos que foram oferecidos pelo Colégio Estadual Mario de Andrade dentro do recorte desta pesquisa foram o Técnico em Contabilidade, Auxiliar de Escritório e Magistério. Para o curso Técnico em Contabilidade, a resolução deliberava:

Art. 34 – As disciplinas específicas do colégio comercial são as seguintes, observada a respectiva distribuição por séries:

I – Curso de Contabilidade:

1.^a série – Contabilidade Geral e Aplicada; Elementos de Economia.

2.^a série – Contabilidade Comercial; Contabilidade bancária; Organização e Técnica Comercial; Direito Usual aplicado ao Comércio.

3.^a série – Contabilidade Industrial e Agrícola; Técnica Orçamentária e Contabilidade Pública; Técnica Mecanográfica e Processos Mecânicos de Contabilização; Elementos de Teoria das Probabilidades e Estatística; Legislação Aplicada.

[...] III – Curso de Secretariado:

1.^a série – Contabilidade Geral e Aplicada; Datilografia; Estenografia.

2.^a série – Organização e Técnica Comercial; Biblioteconomia e Arquivística; Técnica Profissional; Direito Usual aplicado ao Comércio.

³⁷ Não encontramos outra base curricular organizada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná com data posterior a esta. Assim, entendemos que a instituição utilizou esta resolução como referência para organizar os cursos técnicos.

3.^a série – Organização e Técnica Comercial; Técnica Profissional; Psicologia das Relações Humanas; Técnica e Metodologia da Redação; Elementos de Teoria das Probabilidades e Estatística (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 194).

Para o curso de Magistério, a resolução do Conselho Estadual em seu artigo 44 definia, como obrigatórias, as disciplinas de Fundamentos da Educação e de Teoria e Prática da Escola Primária, ambas nas três séries. Na disciplina de Fundamentos da Educação, deveria ser estudada a Criança através da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, introdução aos estudos pedagógicos, Filosofia da educação e problemas da educação brasileira e paranaense. Já na disciplina de Teoria e Prática da Escola primária, seriam abordadas: a organização da escola primária, o currículo e a Metodologia e Prática do Ensino Primário.

Além disso, a resolução consignava que era possível ampliar os conteúdos destas disciplinas com práticas educativas da escolha do estabelecimento, o que, porém, deveria ser justificado pelas possibilidades materiais e docentes da instituição.

Em seu artigo 45, a resolução assinala ainda:

As disciplinas optativas que poderão ser adotadas pelos estabelecimentos para completar o currículo da escola normal de grau colegial, em número de duas quando em regime anual, ou em número de quatro quando em regime semestral são as seguintes: História da Educação; Psicologia Educacional; Biologia Educacional; Estatística Aplicada; Administração Escolar; Estudos Sociais; Higiene e Puericultura (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 198).

E continua no artigo 46:

São consideradas práticas educativas na escola normal de grau colegial: Educação Física; Educação Moral e Cívica; Educação para o Lar; Educação Artística; Higiene; Técnicas Agrícolas; Técnicas Comerciais; Técnica de Serviço Social; Biblioteconomia; Estudo do Meio; Artes Femininas; Artes na Educação; Enfermagem; Artes Aplicadas; Folclore; Artes Plásticas; Música e Canto Orfeônico; Recreação e Jogos; Recursos Audiovisuais (CRITÉRIA, Nº 1 e 2, 1965, p. 198).

Apresentaremos, na sequência, os dados referentes aos cursos técnicos oferecidos pelo Colégio Estadual Mário de Andrade dos anos de 1978 até 1982.

Quadro 7 – Relação de turmas, n. de alunos matriculados e não concluintes do Curso Técnico em Contabilidade, do CEMA entre 1978 e 1982

ANO	SÉRIE/ TURMAS	Nº DE ALUNOS	TOTAIS ANOS	NÃO CONCLUÍRAM	TOTAIS ANOS	% DE NÃO CONCLUINTES
1978	1ª - 6t	310	310	208	208	67%
1979	1ª - 8t	323	446	162	210	47%
1979	2ª - 3t	123		48		
1980	1ª - 6t	259	523	157	299	57%
1980	2ª - 4t	186		115		
1980	3ª - 2t	78		27		
1981	1ª - 7t	279	627	103	175	27%
1981	2ª - 4t	163		49		
1981	3ª - 5t	185		23		
1982	1ª - 8t	366	667	213	346	51%
1982	2ª - 4t	173		85		
1982	3ª - 3t	128		48		

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

No ano de 1978, dos 310 alunos que ingressaram no curso de contabilidade, 208 não terminaram a formação na instituição por motivos variados (transferências, trancamento de matrícula, desistência e reprovações).

Em 1979, de acordo com o levantamento realizado nos históricos arquivados na instituição, tivemos um total de 446 alunos cursando o Técnico em Contabilidade, somados os turnos da manhã e da noite e os cursistas da primeira e da segunda série. A exemplo do ano anterior, só houve turmas noturnas e 210 alunos não concluíram a série iniciada.

No ano de 1980, 523 alunos foram matriculados no curso Técnico em Contabilidade, sendo que apenas 224 concluíram o ano. Em 1981, 627 alunos iniciaram o ano cursando algumas das três séries do curso Técnico em Contabilidade, destes, 175 não terminaram.

Em 1982, o CEMA teve 29 turmas de Ensino Médio, sendo 15 de Técnico em Contabilidade. 346 alunos não terminaram o curso naquele ano.

No período analisado, o curso Técnico em Contabilidade atendeu a um total de 2573 alunos.

Quadro 8 - Grade curricular das turmas do Curso Técnico em Contabilidade de 1978 a 1980

1978		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Geografia, Matemática, Biologia, Química, Educação Moral e Cívica, Ed. Física, Ed. Artística, Programas de Saúde, Ensino Religioso, Processamento de Dados, Economia de Mercado e Contabilidade Geral	X	X
1979		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Geografia, Matemática, Biologia, Química, Educação Moral e Cívica, Ed. Física, Ed. Artística, Programas de Saúde, Ensino Religioso, Economia de Mercado, Contabilidade Geral, Processamento de dados, Matemática Comercial e financeira e Geografia Econômica	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Matemática, Biologia, Física, Química, Ed. Física, Processamento de dados, Direito e Legislação, Contabilidade Comercial, Técnica Comercial, Técnica de Redação, Matemática Comercial e Financeira, História Econômica	X
1980		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Geografia, Matemática, Biologia, Química, Educação Moral e Cívica, Ed. Física, Ed. Artística, Programas de Saúde, Ensino Religioso, Economia de Mercado, Contabilidade Geral, Processamento de dados, Matemática Comercial e financeira e Geografia Econômica	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Matemática, Biologia, Física, Química, Ed. Física, Processamento de dados, Direito e Legislação, Contabilidade Comercial, Técnica Comercial, Técnica de Redação, Matemática Comercial e Financeira, História Econômica	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, O.S.P.B, Matemática, Física, Ed. Física, Noções de Estatística, Direito e Legislação, Contabilidade Industrial, Contabilidade Bancária, Contabilidade Pública, Análise de Balanço, Redação Comercial e Prática de Escritório

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

No quadro anterior, apresentamos a grade curricular das turmas do Curso Técnico em Contabilidade. Comparando-a com a grade proposta pela resolução 26/1965, encontramos algumas divergências. No primeiro ano, a resolução previa, além da Contabilidade Geral, Elementos de Economia. A instituição ofertava as disciplinas de Contabilidade Geral, Processamento de Dados e Economia de Mercado.

Não sabemos se as duas disciplinas estavam atreladas aquela da resolução ou se a instituição seguiu alguma outra orientação ou resolução posterior.

Em nossa pesquisa, não encontramos nenhuma outra normativa curricular vinda do Conselho Estadual de Educação naquele período, mas consideramos a possibilidade de que houvesse outra orientação diferente daquela que analisamos aqui, especialmente pelas divergências encontradas e pelo fato de que as grades deveriam ser aprovadas pelo Conselho, ou seja, existe uma incoerência neste sentido.

No segundo ano do curso, das sete disciplinas específicas, apenas três constam na resolução 26/1965 e, no terceiro ano, das oito presentes na grade do CEMA, apenas quatro constavam no texto da resolução.

Quadro 9 – Relação de turmas, n. de alunos matriculados e não concluintes do Curso Técnico de Auxiliar de Escritório, do CEMA entre 1978 e 1982

ANO	SÉRIE/TURMAS	Nº DE ALUNOS	TOTAIS ANOS	NÃO CONCLUÍRAM	TOTAIS ANOS	% DE NÃO CONCLUINTES
1978	1ª - 4t	195	195	98	98	50%
1979	1ª - 5t	203	281	84	98	34%
1979	2ª - 2t	78		14		
1980	1ª - 5t	200	374	101	148	39%
1980	2ª - 3t	120		39		
1980	3ª - 2t	54		8		
1981	1ª - 6t	245	528	82	140	26%
1981	2ª - 2t	108		35		
1981	3ª - 5t	175		23		
1982	1ª - 3t	135	386	88	195	50%
1982	2ª - 4t	176		90		
1982	3ª - 2t	75		17		

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

O Curso de Auxiliar de Escritório do ano de 1978 teve 195 matriculados, 98 não concluíram. Destes, 26 eram do turno da manhã e 72, da noite. Em 1979, 281 alunos foram matriculados no primeiro e no segundo ano do técnico em Auxiliar de Escritório. Dos 98 que não terminaram, 59 eram do noturno.

Em 1980, o curso teve um total de 374 alunos, dos quais apenas 226 terminaram o ano. Os desistentes do noturno somaram 118 alunos. Em 1981, o CEMA teve oito turmas de Auxiliar de Escritório, contando as duas primeiras séries do ensino médio e o atendimento nos períodos matutino e noturno. Foram 528 alunos, dos quais 140 não terminaram.

Em 1982, o número de não concluintes foi de 195 alunos, 50% do total de matrículas. Destes, 145 pertenciam ao período noturno.

Quadro 10 - Grade curricular das turmas do Curso Técnico de Auxiliar de Escritório de 1978 a 1980

1978		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, Geografia, Matemática, Biologia, Química, Educação Moral e Cívica, Ed. Física, Ed. Artística, Programas de Saúde, Ensino Religioso, Processamento de Dados e Contabilidade Geral	X	X
1979		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, Geografia, Matemática, Biologia, Química, Educação Moral e Cívica, Ed. Física, Ed. Artística, Programas de Saúde, Ensino Religioso, Processamento de Dados e Contabilidade Geral	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, História, Matemática, Biologia, Física, Química, Ed. Física, Organização Técnica Comercial e Matemática Comercial e Financeira.	X
1980		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, Geografia, Matemática, Biologia, Química, Educação Moral e Cívica, Ed. Física, Ed. Artística, Programas de Saúde, Ensino Religioso, Processamento de Dados e Contabilidade Geral	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, História, Matemática, Biologia, Física, Química, Ed. Física, Organização Técnica Comercial e Matemática Comercial e Financeira.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, O.S.P.B, Matemática, Física, Ed. Física, Organização Técnica Comercial, Direito e Legislação e Redação Comercial

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

Não encontramos prevista na resolução 26/1965 uma grade específica para o curso de Auxiliar de Escritório. Mais uma vez, salientamos a possível existência de alguma normatização curricular diferente e posterior a esta. Observamos também que as disciplinas são muito parecidas com as previstas para o curso de Contabilidade, quase como uma adaptação do mesmo currículo.

Na resolução 26/1965, no entanto, existia uma orientação curricular para o curso Técnico de Secretariado, onde constam algumas disciplinas com similares ou iguais ofertadas na grade do curso do CEMA.

No primeiro ano, a resolução previa Contabilidade Geral e Aplicada, o CEMA oferecia Contabilidade Geral. No segundo e terceiro ano, a resolução

orientava para a aplicação da disciplina de Organização e Técnica Comercial, que era oferecida nas mesmas séries pelo CEMA. Ainda no terceiro ano, de acordo com a resolução, tínhamos a disciplina de Técnica e Metodologia da Redação. No curso de Auxiliar de Escritório do CEMA, era oferecida a disciplina de Redação Comercial.

Quadro 11 – Relação de turmas, n. de alunos matriculados e não concluintes do Curso Técnico de Magistério, do CEMA entre 1978 e 1982

ANO	SÉRIE/ TURMAS	Nº DE ALUNOS	TOTAIS ANOS	NÃO CONCLUÍRAM	TOTAIS ANOS	% DE NÃO CONCLUINTES
1978	1ª - 2t	84	84	46	46	54%
1979	1ª - 2t	86	148	31	55	37%
1979	2ª - 2t	62		24		
1980	1ª - 1t	45	135	18	39	28%
1980	2ª - 2t	55		19		
1980	3ª - 1t	35		2		
1981	1ª - 2t	80	120	19	22	18%
1981	2ª - 1t	40		3		
1982	1ª - 2t	76	162	41	60	37%
1982	2ª - 2t	64		12		
1982	3ª - 1t	22		7		

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

O Magistério oferecido pelo CEMA em 1978 teve 84 matriculados, dos quais apenas 38 terminaram o curso. Dos 46 que não concluíram, 36 eram do período noturno.

Em 1979, 148 alunos foram matriculados no curso Técnico em Magistério, dos quais 55 não terminaram o curso naquele ano, 37% do total. Na segunda série do turno matutino, no mesmo ano, não houve desistências, enquanto na mesma série do período noturno houve 24.

Em 1980, o magistério teve 135 alunos matriculados, destes, 96 terminaram a série que iniciaram naquele ano. 28% do total não concluíram o ano, destes, 16 alunos eram do período noturno.

Não encontramos os relatórios das turmas de terceiro ano do curso Técnico de Magistério do ano de 1981. Contando, portanto, apenas as matrículas de primeiros e segundos anos, a instituição teve um total de 120 alunos, dos quais 18% não concluíram o curso naquele ano.

Em 1982, considerando os três anos do ensino médio, o CEMA teve um total de 162 alunos matriculados, 37% deste total não terminaram o curso.

Quadro 12 - Grade curricular das turmas do Curso Técnico de Magistério de 1978 a 1980

1978		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Geografia, Matemática, Biologia, Química, Educação Moral e Cívica, Ed. Física, Ed. Artística, Programas de Saúde, Ensino Religioso, Psicologia da Educação e Didática Geral	X	X
1979		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Geografia, Matemática, Biologia, Química, Educação Moral e Cívica, Ed. Física, Ed. Artística, Programas de Saúde, Ensino Religioso, Psicologia da Educação e Didática Geral	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Matemática, Biologia, Física, Química, Ed. Física, Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, Estudo e Funcionamento do 1º Grau, Didática Especial e Planejamento e Ação Didática	X
1980		
1º ANO	2º ANO	3º ANO
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Geografia, Matemática, Biologia, Química, Educação Moral e Cívica, Ed. Física, Ed. Artística, Programas de Saúde, Ensino Religioso, Psicologia da Educação e Didática Geral	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Matemática, Biologia, Física, Química, Ed. Física, Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, Estudo e Funcionamento do 1º Grau, Didática Especial e Planejamento e Ação Didática	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, O.S.P.B, Matemática, Física, Ed. Física, Biologia e Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, Estatística Aplicada, Didática Especial, Planejamento e Ação Didática e Recursos Áudio visuais

FONTE: CEMA: Históricos escolares e relatórios finais de cada ano. Dados organizados pelo autor.

Ressaltamos, mais uma vez, que não temos convicção que a orientação seguida para determinar as grades curriculares dos cursos técnicos do CEMA tenha sido a resolução 26/1965 do Conselho Estadual de Educação, embora este documento tenha sido o único encontrado que oferecia suporte curricular para o ensino médio na época. É possível, no entanto, que exista outra orientação que não tenhamos encontrado nesta pesquisa.

Como mostramos anteriormente, encontramos várias divergências e imprecisões analisando as grades dos cursos Técnico em Contabilidade e Técnico em Auxiliar de Escritório em comparação com as grades propostas pela resolução 26/1965. O curso Técnico de Magistério, entretanto, possui uma grade que parece seguir precisamente as orientações desta resolução.

Mostramos que o Conselho Estadual de Educação, pela resolução 26/1965, determinou como obrigatórias as disciplinas de Fundamentos da Educação e de Teoria e Prática da Escola Primária, sendo que, na primeira, estariam compreendidos aspectos de Psicologia, Filosofia e problemas da educação brasileira e paranaense, e, na segunda, a organização da escola primária, o currículo e a metodologia e prática do ensino primário.

O curso oferecido pelo CEMA, no primeiro ano, tinha, como disciplinas específicas da formação docente, a Psicologia da Educação e a Didática Geral, que estão dentro do proposto pela resolução 26/1965.

No segundo ano, mais uma vez, existia a oferta da Psicologia da Educação, somada à Filosofia da Educação e ao Funcionamento do 1º Grau. Além destas, que se encaixam no primeiro eixo, de Fundamentos da Educação, havia também outras duas disciplinas que são coerentes com a orientação da resolução para o segundo eixo, Teoria e Prática da Escola Primária.

No terceiro ano do Magistério, teve o acréscimo de outras disciplinas que também constam nos artigos 45 e 46 da resolução, apresentados anteriormente. São disciplinas optativas e/ou consideradas práticas educativas, como Biologia Educacional, História da Educação, Estatística Aplicada e Recursos Audiovisuais. As grades curriculares dos três cursos técnicos oferecidos pelo CEMA seguiram a mesma estrutura nos anos de 1981 e 1982.

O primeiro ponto a ser destacado foi que o levantamento das informações anteriores revelou-nos um equívoco de informação presente no Projeto Político Pedagógico do CEMA. Neste documento, lemos o seguinte:

Em 1980, o Colégio Estadual Mário de Andrade, passa a absorver também o Ensino de 2º grau, nas três habilitações: Magistério, Auxiliar de Escritório e Técnico em Contabilidade e, com o processo de reorganização, passou a constituir-se num só Estabelecimento de Ensino – Colégio Estadual “Mário de Andrade” – Ensino de 1º e 2º Graus, oficialmente através do Decreto nº 2252/80 da Secretaria de Estado da Educação (2017, p. 6 -7).

Conforme observamos na análise dos históricos e relatórios finais de curso, as modalidades técnicas começaram a ser ofertadas em 1978, não em 1980. A data que consta no Projeto Político Pedagógico pode ter sido baseada na publicação oficial do decreto, mas não corresponde ao que, de fato, ocorreu.

Os dados apresentados neste tópico também chamaram bastante a atenção para o alto índice de alunos que não encerraram os estudos no decorrer do ano. Estes números, que apontamos nos quadros, referiam-se a alunos transferidos, reprovados e desistentes, porém, a grande maioria constava nos documentos como desistente, em especial, alunos do período noturno.

De acordo com Rodrigues (1995), a educação “classista”, tradicional no Brasil, deixou condicionada a existência de duas realidades escolares de ensino, uma direcionada para as elites e outra para o técnico-profissional. Conforme o mesmo autor, a proposta de universalização do ensino profissionalizante de 2º grau com a Lei 5692/71, em tese, deveria ter superado esta dualidade na estrutura do ensino médio no Brasil, porém, “não apenas resgatou o dualismo anteriormente vigente, como também acentuou a falta de identidade do 2º Grau como grau de ensino” (1995, p. 50).

Para Rodrigues, os principais problemas permaneceram “[...] a pauperização de significativa parcela de sua clientela, a escassez de recursos, a cobertura deficiente, o desprestígio social e profissional do corpo docente” (1995, p. 51), estavam entre as causas apontadas por ele.

Rodrigues afirmou ainda que, em 1950, apenas 2,7% da população portavam diploma secundário e que o curso primário já era suficiente para garantir uma boa posição no mercado de trabalho. Para ele, com as alterações realizadas pela 5692/71, houve um desprestígio do Ginásio, que passou a integrar o 1º Grau. O ensino de 2º Grau:

[...] passou a ser decisivo para alguém disputar uma vaga na maioria das ocupações do mercado de trabalho, fazendo com que a demanda pelo ensino de 2º Grau aumentasse significativamente, e impulsionando a massificação dos cursos noturnos de 2º Grau (RODRIGUES, 1995, p. 61).

Assim, os requisitos para admissão no mercado de trabalho foram exigindo cada vez mais a conclusão do curso colegial, que, após a 5692/71, era o nível referente ao 2º Grau. Isto nos ajuda a compreender a grande demanda de alunos que vieram procurar o CEMA na década de 1970.

Porém, como citamos anteriormente, o fato de a legislação ter imposto o ensino profissionalizante não significou que o dualismo educacional tenha deixado de existir. Muitos fatores ainda faziam com que a população menos

abastada não tivesse acesso ao ensino. E quando tinha, precisava conciliar este período de estudo com a carga horária de trabalho, o que ficou claro, principalmente, no aumento da procura pelos cursos noturnos.

De acordo com Rodrigues:

A demanda por ensino noturno durante as décadas de 70 e 80 foi tão expressiva que a Assembleia Nacional Constituinte, instalada durante os anos de 1987-1988, decidiu assegurar na Constituição Federal o direito dos estudantes noturnos de acesso à escola. Assim, o Artigo 208 do Capítulo III dispõe o seguinte: "O dever do estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: Inciso VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando". Tal preocupação dos deputados federais constituintes é representativa da necessidade de, nos últimos anos, parcelas cada vez maiores da população estudantil brasileira recorrerem ao ensino noturno como única alternativa de prosseguir a sua escolarização (1995, p. 62).

A escola dualista, tradicional no sistema educacional brasileiro, ganhou, nesta perspectiva, uma nova forma de ação. A divisão de classes ocorria, à época, entre período diurno e período noturno. Os filhos dos trabalhadores, também eles necessitados de ingressarem cedo no mercado de trabalho, não tinham outra opção senão o ensino noturno.

Rodrigues observou que:

[...] o matiz classista dos cursos noturnos é ainda mais flagrante, quando se observa que, historicamente, os poderes públicos destinaram o ensino noturno a uma clientela cujo perfil social se assemelhava em muitos aspectos ao perfil social da clientela preferencial dos cursos técnico-profissionais. Como se sabe, o ensino técnico-profissional, desde as suas origens mais remotas, foi associado à preparação dos pobres, dos humildes e dos necessitados para atuarem em funções técnicas da hierarquia ocupacional, mas de pouco prestígio intelectual e profissional [...] o ensino noturno também foi historicamente destinado ao atendimento do jovem e do adulto que, já engajados em atividades produtivas, não puderam frequentar a escola "na época certa", aos que trabalham e perseguem a superação de sua atual condição social ou "ao homem do povo que vive do salário" (1995, p. 63).

Os estudantes da "escola igualitária" eram socialmente desiguais, assim sendo, embora legalmente tivessem acesso à mesma instrução, na prática, a realidade educacional dos estudantes noturnos era bem mais complicada.

Observamos, nos quadros apresentados, que o CEMA tinha uma grande evasão escolar, assim como os números eram muito acentuados no período

noturno. Embora não tenhamos conseguido encontrar aquelas pessoas para levantar as razões de sua desistência dos estudos, Rodrigues oferece-nos alguns argumentos para entender aqueles números e aquela realidade:

De modo geral, as taxas de evasão, de reprovação e de repetência dos cursos noturnos de 2º Grau são superiores às respectivas taxas da manhã e da tarde. Além disso, a taxa de evasão supera as taxas de reprovação e de repetência no âmbito dos cursos médios noturnos [...] Em nível nacional, a taxa de evasão escolar do 2º Grau em todos os turnos de 1963 a 1983 pulou de 10% para 16,9%. Em que pese os dados não discriminarem a evasão por turno, pode-se afirmar seguramente que a maior porcentagem de evadidos se encontra à noite (1995, p. 64 -65).

O mesmo autor propõe uma reflexão sobre a própria existência dos cursos noturnos, em que sugere que os altos índices de repetência, em especial, de desistência, não possuem sua causa na escola. “[...] Assim, a análise dos problemas que afligem os cursos noturnos, seguidas vezes, deixa de privilegiar as relações sociais que determinam estes mesmos problemas” (1995, p. 65).

Para Rodrigues, existia uma impropriedade do horário de funcionamento da escola à noite, envolvendo falta de apoio e de recursos aos professores e, especialmente, uma inadequação das metodologias de ensino para este público trabalhador.

O trabalhador-estudante que recorre aos cursos noturnos experiencia a divisão social do trabalho diariamente: durante o dia, ele deve ser um hábil *Homo faber* que executa, efetua e realiza; já à noite, ele deve ser um competente *Homo sapiens* que pensa, reflete, calcula e planeja. Porém, o problema não consiste somente no fato de um abismo separar a complexidade dos conteúdos curriculares do 2º Grau do vazio cognitivo dos conteúdos das habilidades do trabalho. Com efeito, o tipo de aprendizado adquirido pelo trabalhador-estudante, enquanto trabalhador, é bem mais abrangente do que o conteúdo das habilidades necessárias para a execução das diversas tarefas que ele efetua diariamente. Assim, o respeito à hierarquia, as estratégias de conservação do emprego, as atitudes mais valorizadas pelos empregadores e outros tantos ensinamentos também fazem parte do repertório de conhecimento adquirido no trabalho que irá exercer influência marcante em sua vida escolar (RODRIGUES, 1995, p. 67).

Neste sentido, o autor aponta que a escola de 2º Grau igualava o trabalhador-estudante ao não-trabalhador na hora de pensar sua vida escolar,

excluindo da equação a própria identidade do trabalhador-estudante e reafirmando o caráter excludente e dualista do ensino noturno. “Em tal caso, a escalada dos índices de evasão é uma resultante que pode indicar o grau da contradição existente entre a posição estrutural da instituição escolar em relação à produção e o perfil da clientela estudantil noturna” (RODRIGUES, 1995, p. 68).

Diante destas considerações e levando em conta os números levantados junto ao CEMA, podemos adotar como hipótese a mesma dificuldade inerente aos trabalhadores-estudantes em concluir seus respectivos cursos. Observamos que as grades curriculares permaneciam equivalentes entre os cursos diurnos e noturnos, portanto, não havia um modelo específico de ensino pensado ao público escolar noturno.

3.3. A Lei 7.044/82 e suas mudanças no ensino profissionalizante de 2º grau

Conforme já comentamos no capítulo 2 (dois), a Lei 5.692/71 determinou que o ensino secundário passasse a ser de apenas três ou quatro anos, sendo obrigatória a formação dos educandos para uma área profissional, ou seja, o ensino passou a ser profissionalizante.

Após analisarmos todas as turmas de ensino secundário oferecidas pelo CEMA, objeto desta pesquisa, decidimos encerrar o recorte histórico no ano de 1982, isto porque, em 18 de outubro daquele ano, aprovou-se a Lei 7.044, que alterou os dispositivos da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes, exatamente, à obrigatoriedade do ensino profissionalizante de 2ª grau, possibilitando o retorno do científico ou propedêutico de formação geral. Neste tópico, vamos analisar quais foram as alterações que esta nova legislação propôs a partir daquele ano.

No artigo primeiro, a lei especificou que a função do ensino, tanto de 1º como de 2º graus, tinha como objetivo o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, preparando-os para a cidadania, para o trabalho e para sua autorrealização. Quanto aos currículos, as alterações definidas para os artigos quatro e cinco determinaram que:

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e

possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos de ensino e às diferenças individuais dos alunos.

Art. 5º Os currículos plenos de cada grau de ensino, constituídos por matérias tratadas sob a forma de atividades, áreas de estudo e disciplinas, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, serão estruturados pelos estabelecimentos de ensino (BRASIL, Lei 7.044 de 1982).

No artigo sexto, a Lei definiu que as habilitações profissionais poderiam ser feitas em parcerias com empresas e entidades públicas e privadas. Também ficou determinado que esta experiência de estágio profissional, mesmo que fosse remunerada, não geraria vínculo empregatício com a entidade ou empresa, sendo as obrigações desta unicamente o que seria acordado com o estabelecimento de ensino.

A lei permitiu, ademais, que, de acordo com as possibilidades da instituição de ensino, se poderia incluir opções de área de estudo e atividades que atendessem as diferenças individuais dos alunos, conforme apresentava a alteração do artigo oito e seus parágrafos.

Art. 8º A ordenação do currículo será feita por séries anuais de disciplinas, áreas de estudo ou atividades, de modo a permitir, conforme o plano e as possibilidades do estabelecimento, a inclusão de opções que atendam às diferenças individuais dos alunos.

§ 1º Admitir-se-á a organização semestral, no ensino de 1º e 2º graus e, no de 2º grau, a matrícula por disciplina, sob condição que assegure o relacionamento, a ordenação e a sequência dos estudos.

§ 2º Em qualquer grau, poderão organizar-se classes que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento, para o ensino de línguas estrangeiras e de outras disciplinas, áreas de estudo e atividades em que tal solução se aconselhe (BRASIL, Lei 7.044 de 1982).

As disciplinas poderiam sofrer alterações ou substituições, desde que o regimento escolar as apresentasse como tendo valor formativo equivalente àquela que foi substituída. Neste caso, não estavam inclusas as disciplinas pertencentes ao núcleo comum e as exigências mínimas do Conselho Federal de Educação, no que diz respeito às habilitações profissionais.

Além disso, cabia aos estabelecimentos de ensino, de acordo com esta lei, a emissão dos diplomas e certificados de habilitação profissional. Na alteração do parágrafo segundo, do artigo 22, ficou definido que os alunos

poderiam concluir o ensino médio em um mínimo de dois anos e, no máximo, cinco anos.

Na alteração do artigo 76, estava escrito que:

A preparação para o trabalho no ensino de 1º grau, obrigatória nos termos da presente Lei, poderá ensejar qualificação profissional, ao nível da série realmente alcançada pela gratuidade escolar em cada sistema, para adequação as condições individuais, inclinações e idade dos alunos (BRASIL, lei 7.044 de 1982).

De acordo com Lira, na Lei 5.692/71, a qualificação para o trabalho era o principal fator da educação de 2º grau, conforme já abordado no segundo capítulo. No 1º grau, havia uma sondagem de aptidões profissionais que seriam o foco do ensino profissionalizante de grau médio. Para Lira: “A habilitação profissional foi entendida como uma condição resultante do processo de capacitação para uma ocupação técnica de formação em nível médio” (2009, online, p. 7).

Com as alterações feitas pela Lei 7.044/82, as escolas foram dispensadas da obrigatoriedade do ensino profissionalizante. Conforme apontou Lira:

[...] retirou, de uma vez por todas, a obrigatoriedade da habilitação profissional no 2º grau, mesmo a tal habilitação básica. Agora, o ensino de 2º grau poderá ensejar habilitação profissional (2009, online, p. 7).

A partir desta lei, portanto, o foco da educação no país voltava para a educação geral e propedêutica, segundo a qual os alunos seriam preparados para uma nova etapa no ensino superior, e não diretamente para o mercado de trabalho, via qualificação técnica.

Avaliando as implicações da Lei 7.044/82, Fiod (1983) lembrou o objetivo primeiro do ensino de 2º grau na história, suas mudanças e seu retorno ao caráter pró-superior a partir da nova lei.

Constatou-se que, desde a sua origem, o ensino de 2º grau sempre esteve ligado ao ensino superior. Durante certa fase, houve iniciativas que tentaram dissociar esses dois níveis de ensino. Elas foram resultado da política de profissionalização universal e compulsória do ensino de 2º grau. Entretanto, tais iniciativas não conseguiram eliminar o caráter pró-superior do 2º grau. Hoje, este nível de ensino passa novamente por uma "reforma", para que possa cumprir funções historicamente determinadas. Estas visam à formação do jovem para a era

científica e tecnológica, inserindo-o no "mundo do trabalho". Devolve-se, pois, a função intrínseca ao ensino de 2º grau, qual seja, a transmissão de conhecimentos empíricos da realidade para aqueles que conseguem ascender na hierarquia educacional (FIOD, 1983, p. 85).

A autora recordou também que o período a partir da década de 1960 marcou uma fase de internacionalização da economia no Brasil. Esta característica definiu uma posição de dependência em relação aos países “desenvolvidos”. Para ela, a inserção do capital externo e a internacionalização da economia e do mercado interno no Brasil acabou com a ascensão da classe média e exigiu qualificação técnica para o trabalho nas empresas (FIOD, 1983).

Assiste-se, agora, ao surgimento de uma pequena-burguesia que, não detendo os meios de produção, não pertencem às classes altas e, por sua origem, também não pertencem à classe dos trabalhadores. Esta nova classe desenvolve o trabalho intelectual assalariado não-produtivo para as classes dominantes (setor de serviço, burocracia pública e privada) (FIOD, 1983, p. 90).

Para a mesma autora, a Lei 5.692/71 tinha o objetivo de desviar os jovens da Universidade. No entanto, segundo ela, uma lei não modifica por si só hábitos e costumes, incluindo naqueles que conseguiam chegar ao ensino de nível secundário. Em conformidade com Fiod:

Oriundos quase que exclusivamente da classe média, esses estudantes veem, na escola, a única via de ascensão social que lhes resta, uma vez destruídos os habituais mecanismos de mobilização social. Assim, eles não desejam se profissionalizar, mas buscam o ensino superior como forma de adquirir “status” social e fugir do trabalho manual. Sob esse prisma, a profissionalização compulsória e universal gerou um “foco de tensões” (1983, p. 90).

Em seu trabalho, escrito no ano subsequente à aprovação da lei 7.044/82, Fiod (1983) não avaliou a chegada da nova legislação como uma nova reforma, em verdade, considerou que, em suas bases, a estrutura não foi modificada, mas apenas ajustada.

A lei 7.044/82 propõe, em sua essência, a eliminação da profissionalização obrigatória e da predominância da formação especial em prejuízo da educação geral, a nível de 2º grau [...] substituiu-se, apenas em relação aos objetivos da Lei 5.692/71, a expressão “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho” (FIOD, 1983, p. 93).

Este singelo ajuste, em consonância com a autora, desobrigou os currículos do ensino de 2º grau a destinar sua carga horária mais expressiva para a profissionalização. Segundo sua perspectiva, embora a nova lei não fosse uma reforma, ela resgatou conceitos valiosos para a educação, como é o caso do trabalho, enquanto desafio do homem frente a natureza e não como uma ocupação técnico-profissional.

Para a mesma autora, a Lei 7.044/82:

[...] ao tornar a formação profissional optativa, reconhece, explicitamente, o fracasso da escola em preparar o jovem para exercer determinada atividade profissional e, ao mesmo tempo, devolve ao ensino de 2º grau o seu caráter acadêmico e de mera passagem para o nível superior (FIOD, 1983, p. 94).

A autora encerrou sua reflexão com uma observação muito significativa, que amplia a perspectiva sobre os aspectos não tão explícitos da lei.

A liberdade concedida, dentro de certos limites, e não sendo fruto de uma conquista pelas escolas pode levar a predominância do senso comum, do empírico, de uma visão setorializada das funções e dos objetivos do 2º grau, uma vez que este constitui uma apropriação quase que exclusiva das classes médias (FIOD, 1983, p. 95).

Sua preocupação, naquele momento, era de que ocorresse uma operacionalização da ciência e da cultura, que poderiam dominar a realidade social e material e garantir a manutenção de um ensino elitista. (FIOD, 1983).

Após o início da vigência da Lei 7.044/82, o CEMA voltou a oferecer o ensino de grau médio como educação geral e propedêutica ao ensino superior, porém, manteve as turmas de ensino profissionalizante, sendo referência até os dias atuais nesta modalidade de ensino.

Assim, encerramos o terceiro capítulo, tendo apresentado os aspectos legais da organização do ensino e dos currículos dos cursos de nível secundário ginasial e colegial técnico oferecidos pelo Colégio Estadual Mário de Andrade, mediante a análise de documentos, pareceres e considerações do Conselho Estadual de Educação.

Além disso, através da compilação e análise dos históricos e relatórios finais obtidos junto a instituição, apresentamos números referentes a turmas, alunos, desistentes e matriz curricular dos cursos de nível ginasial, colegial de nível científico e técnico-profissional. Nossa análise foi realizada a partir da

documentação disponível para estudo, compreendendo o recorte temporal de 1969 a 1982.

Por fim, concluímos o capítulo com um estudo da Lei 7.044, de 18 de outubro de 1982, que alterou aspectos da Lei 5.592/71 referentes ao ensino profissionalizante de 2º grau. Neste tópico, vimos que a referida lei desobrigou o ensino profissionalizante de 2º grau, permitindo aos estabelecimentos de ensino mais foco na formação geral dos estudantes, visando ao nível superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, foi possível evidenciar os fatores históricos, econômicos e educativos que levaram ao surgimento do Colégio Estadual Mário de Andrade, instituição escolar objeto deste estudo. Também conseguimos visualizar o CEMA dentro da estrutura de desenvolvimento educacional do município de Francisco Beltrão, apontando as razões de seu surgimento, como se deu este processo e como a instituição atuou, seja em parceria com as Irmãs Escolares de Nossa Senhora ou após o fim da parceria, de maneira independente, em sua sede própria, atendendo alunos de cursos ginasiais e colegiais.

Vimos que a região do atual território do Sudoeste do Paraná foi alvo de várias disputas territoriais, herdadas desde o tempo da Colônia, quando esta área foi disputada por Portugal e Espanha.

Firmada oficialmente a independência do Brasil, a disputa retornou entre Brasil e Argentina, ambas reivindicando o território conhecido como “Gleba das Missões”. Também vimos, neste estudo, que a situação envolvendo os dois países só foi resolvida em 1895 pelo arbítrio do presidente norte americano Grover Cleveland.

Depois deste impasse, o território voltou a ser objeto de disputas entre os estados do Paraná e Santa Catarina, que, após o conflito do Contestado, tiveram suas divisas finalmente demarcadas em 1916.

Todas estas disputas pela região deixaram, durante muito tempo, o território desassistido, o que fez com que sua colonização e exploração fossem tardias. Enquanto outros espaços do Paraná já estavam em pleno desenvolvimento, o Sudoeste ainda estava sem a devida atenção.

Constatamos também que a implantação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO foi um impulso importantíssimo para que o Sudoeste do Paraná tivesse, finalmente, seu desenvolvimento aligeirado. A CANGO fez parte da política conhecida como “Marcha para o Oeste”, do então presidente Getúlio Vargas.

O histórico de disputas na região Sudoeste teve ainda mais um capítulo, desta vez, envolvendo posseiros atraídos para a região pelos benefícios oferecidos pela CANGO e as empresas colonizadoras e seus jagunços. Nesta pesquisa, analisamos rapidamente os motivos que culminaram na disputa e

como os posseiros saíram vitoriosos deste litígio. Os conflitos gerados pela posse das terras levaram à criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, que realizou a regulamentação das terras que estavam em disputa, fazendo uma verdadeira reforma agrária e trazendo grandes benefícios para a educação.

Entendemos que todo este movimento impulsionou bem mais o interesse de pessoas pelo Sudoeste do Paraná, proporcionando uma vertente de crescimento ainda maior para a região e para Francisco Beltrão.

Analisamos e compilamos, desse modo, dados do desenvolvimento regional, como população, indústria e comércio, buscando entender, por meio dos números, quais eram as demandas e serviços oferecidos. Vimos dados crescentes de produção agrícola e de implantação de prestações de serviço, casas comerciais e industriais, todas abrangendo vários seguimentos de atividades. Também verificamos que os números populacionais cresceram exponencialmente durante o período de recorte deste estudo.

Na perspectiva educacional, retomamos as primeiras escolas construídas pela CANGO e revisitamos a chegada das Irmãs Escolares de Nossa Senhora em Francisco Beltrão. Consideramos que as dificuldades educacionais na época eram muitas, como a falta de profissionais e de estrutura física, mas também que houve um grande interesse pelo ensino, levando as famílias a empenharem-se até na construção das escolas.

Além disso, neste período, vimos o início da parceria das Irmãs com o ensino público. A CANGO foi a primeira instituição pública a juntar-se a elas em projetos educativos no município de Francisco Beltrão. Posteriormente, as Irmãs Escolares de Nossa Senhora fizeram outra parceria, com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, assumindo a direção, por vários anos, do Colégio Estadual Mário de Andrade.

Por meio de uma revisão das instituições estaduais de ensino implantadas em Francisco Beltrão, reafirmamos a importância do estudo do CEMA, pois constatamos que o educandário foi, por muitos anos, a única referência em ensino de nível médio no município.

Conforme já afirmamos, vários segmentos e ramos de atividades foram se instalando e exigindo, cada vez mais, formação adequada para o trabalho. A população que, segundo os registros, desde a época da colônia já se preocupava com a questão educacional, mais uma vez, viu a necessidade de

exigir a oferta de níveis mais avançados de ensino. Destacamos, ademais, a atuação dos representantes políticos da região na implantação da educação pública em Francisco Beltrão.

Por meio de entrevistas e questionários feitos com ex-diretores e ex-professores do CEMA, conseguimos desvendar alguns dos fatos que levaram ao surgimento do ginásio estadual, na época. Vimos que a sociedade civil uniu-se a seus representantes políticos para reivindicar a instalação do ginásio, uma vez que a demanda de alunos era grande e que a região crescia de forma acelerada, fazendo-se necessária a intervenção educacional adequada.

Consideramos lembrar que houve impasses, disputas e momentos de dificuldade, com falta de estrutura física e de professores habilitados para atuar. Porém, em salas emprestadas e com a ajuda de profissionais liberais de Francisco Beltrão, o curso de nível ginásial começou suas atividades em 1964, representando um grande avanço para a educação da região.

Em meio a este período, situamos a situação vivida em nível nacional, quando, em 1964, o Brasil adotou, como forma de governo, o regime militar. Em Francisco Beltrão, acompanhamos o caso do professor do CEMA, Deonísio da Silva. Compreendemos que a liberdade era cerceada e que os professores tinham grandes limitações para escrever e expressarem-se. Esta questão ficou clara ao avaliar o processo movido contra o professor Deonísio em 1975.

Após os acontecimentos em Francisco Beltrão, o professor Deonísio mudou-se para outro município, porém, em 1988, publicou um livro intitulado *Orelhas de Aluguel*, onde, em forma de romance, fez referências aos problemas vividos na cidade e no CEMA. O livro foi muito comentado na época, especialmente entre os professores do Colégio, e causou bastante polêmica ao supostamente relacionar a gestão das Irmãs Escolares de Nossa Senhora ao regime nazista.

Com base em entrevista que realizamos com o professor Deonísio, constatamos que, certamente a crítica feita por ele não era com esta intenção, mas antes, era apontar todo e qualquer tipo de regime ditatorial, com referência especial ao regime militar que ele viveu nos tempos em que atuava no CEMA.

As personagens religiosas do romance apareceram porque as Irmãs foram as responsáveis pela gestão do CEMA quando Deonísio lecionava nesta instituição. No entanto, o próprio professor Deonísio, em entrevista, salientou o

apoio que recebeu das Irmãs quando foi acusado em 1975, deixando claro que não teve a intenção de relacioná-las com o nazismo.

Também analisamos as legislações educacionais de 1961 e 1971, a LDBEN de 1961 com uma proposta mais democrática e participativa, abrindo espaços para a autonomia das instituições escolares e garantindo um diálogo mais amplo, já a Lei de 1971, dentro de outra linha de pensamento, buscando manter a rédeas curtas as liberdades e apoiando-se em uma concepção de educação voltada para a formação de técnicos profissionalizantes.

Perpassamos ainda pelas legislações de nível estadual, como a Lei do Sistema Estadual de Ensino de 1964 e as resoluções do Conselho Estadual de Educação, sempre tentando entender o desenrolar local dos pressupostos legais nacionais e estaduais.

Constatamos que, no que tange às normativas gerais, o CEMA seguiu todas as diretrizes, apoiando-se nas orientações das legislações e resoluções para determinar os cursos a serem ofertados, as disciplinas a serem ministradas e enviando sempre suas mudanças para avaliação do Conselho Estadual de Educação. No entanto, conseguimos observar também que, fazendo uso, quando possível, da autonomia disposta pela lei (em especial na vigência da Lei 4.024/61), o CEMA atuou conforme suas necessidades específicas e locais.

Estudamos ainda a formação do I Complexo Educacional de Francisco Beltrão, do qual faziam parte a instituição estadual Colégio Mário de Andrade, O Instituto Nossa Senhora da Glória e a Escola Beatriz Biavatti. Esta formação era permitida pela Lei 5.692/71. Na ocasião, o CEMA funcionava como uma sede do Complexo, onde eram dispostas as orientações de funcionamento das outras instituições. Descobrimos também que embora fizesse parte do complexo com as outras duas instituições, o CEMA recebia alunos de várias outras instituições e localidades do município de Francisco Beltrão.

Esta alta demanda de alunos fez com que o CEMA começasse a pensar em uma nova sede, levando ao rompimento do acordo com as Irmãs escolares de Nossa Senhora. Conforme evidenciado, em dado momento, havia três gestões trabalhando juntas. Uma, das irmãs, gerindo o Colégio Nossa Senhora da Glória, outra, na mesma estrutura, gerindo o CEMA, e uma terceira, também gerindo o CEMA, porém, na estrutura que estava sendo construída. Em 1977, a

instituição transferiu-se totalmente para a nova sede, onde está até hoje. Naquele momento, também acabou definitivamente a parceria com as Irmãs.

A pesquisa documental levou-nos ainda para a análise sistematizada dos históricos de classe e dos relatórios finais de turmas de grau ginásial e colegial técnico, onde percebemos a grande demanda de alunos que a instituição teve no período estudado. Vimos que os cursos de nível médio, em especial após as alterações realizadas pela Lei 5.692/71, que uniu o ginásio ao primário, tornaram-se muito relevantes e procurados. Antes o ginásio tinha o status de grau secundário. Após a alteração, o mercado de trabalho passou a valorizar mais o grau médio, que passou a ser o nível referente ao 2º grau.

Muitas turmas de ensino técnico-profissionalizante foram abertas e formaram-se no CEMA, salientando a importância educacional do Colégio para Francisco Beltrão, sendo que era a única instituição de nível médio público em atuação no período.

Observamos também que, apesar da grande procura e do grande número de alunos, houve muita desistência, em especial no período noturno. Ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho instigava as pessoas a procurarem o CEMA para aperfeiçoarem-se, a dificuldade em terminar o curso era muito grande.

Não foi possível encontrar os desistentes relacionados nos relatórios para levantarmos os reais motivos da evasão no CEMA, porém, consideramos, a partir de outros estudos, que a situação do estudante-trabalhador tenha sido a grande causa. Apontamos, com isso, a desigualdade que ainda caracterizava um sistema dualista de ensino, onde todos tinham acesso à escola, mas não nas mesmas condições e não da mesma forma. As dificuldades de trabalhar o dia todo, a falta de uma metodologia diferenciada para suprir a demanda exigida do curso colegial noturno podem ter sido a causa principal de tantas desistências.

Vimos ainda, nesta pesquisa, que a proposta de obrigatoriedade do ensino médio profissionalizante causou muitas divergências e não estava cumprindo seu papel, aliás, estava com sua finalidade distorcida. O ensino médio obrigatoriamente com formação para o trabalho desestimulava a continuidade dos estudos em nível superior. Após muitas discussões, foi aprovada a Lei 7.044/82 que retirou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante de 2º grau.

No CEMA, a partir da aprovação desta lei, houve novamente a oferta de turmas propedêuticas de Educação Geral, no entanto, os cursos técnicos de formação profissional continuaram a ser oferecidos, tendo ainda grande procura e permanecendo como referência na região. Até os dias atuais, o Colégio Estadual Mário de Andrade oferece cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, e ainda se mantém como referência nesta modalidade, tendo grande procura por seus cursos.

Consideramos, diante de todo o exposto, que a instituição contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento não apenas de Francisco Beltrão, mas também de toda a região, tendo formado durante muitos anos profissionais nas mais variadas áreas técnicas ou profissionalizantes e de formação geral, garantindo, em muitos casos, a inserção de sua população nos cursos superiores e no mercado de trabalho. No contexto do desenvolvimento educacional de Francisco Beltrão, o CEMA tem imensa relevância.

Hoje, o Colégio Estadual Mario de Andrade permanece sendo uma instituição de referência na educação básica e médio profissionalizante, atendendo milhares de alunos e garantindo aquilo que se propôs historicamente, a fazer a diferença na vida dos cidadãos de Francisco Beltrão.

Gostaríamos de destacar também que nos deparamos, nesta pesquisa, com algumas dificuldades que nos fizeram refletir sobre a preservação da memória. Pesquisar na área de História exige o contato com fontes, documentos, vestígios, objetos. Para realizar o estudo que apresentamos aqui, fomos atrás de vários tipos de registros, porém, descobrimos que muitos haviam se perdido, e por razões que não se justificam, ainda mais por se tratar de documentos institucionais.

A mudança da sede do Núcleo Regional de Educação, por exemplo, fez com que muitas pastas e arquivos fossem queimados, descartados. Alguns, segundo levantamento com ex-funcionários do Núcleo, teriam contribuído bastante para nosso estudo.

Acreditamos que o trabalho de preservação das fontes históricas deve ser incentivado e promovido. A tecnologia que dispomos nos dias de hoje permite-nos, com algum trabalho, é verdade, a preservação de documentos, fotos e outros, de forma organizada e sem a demanda de um grande espaço físico, mas é preciso dar atenção a este trabalho, é preciso dispor tempo e pessoas para realizá-lo.

Consideramos que a memória do passado é a base para construirmos um futuro mais promissor, refletindo, lembrando, aprendendo com o ontem para construirmos um amanhã melhor. Por isso, aproveitamos as dificuldades que tivemos em encontrar fontes nesta pesquisa para salientar a importância de preservá-las.

REFERÊNCIAS

- ABATTI, Alexandre. O Sudoeste do Paraná: A construção da identidade dos pequenos agricultores através do GETSOP e ASSESOAR. In: BONAMIGO, Carlos Antônio et. all. **História e Região: Os 100 anos do Sudoeste do Paraná e do Oeste de Santa Catarina**. Francisco Beltrão - PR: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2016, p. 50 – 63.
- ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AMADOR, Milton Cleber Pereira. **Ideologia e legislação educacional no Brasil**. Concórdia - SC: Universidade do Contestado, 2002.
- ANDREOTTI, Azilde. **Mário de Andrade Educador no Arquivo Histórico Municipal**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/noticias/index.php?p=26735> Acesso em: 28 de setembro de 2019.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático** / Martin W. Bauer, George Gaskell, tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941. **Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 20 de outubro de 2018.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 22 de outubro de 2018.
- BRASIL. Lei nº 5.250 de 09 de fevereiro de 1967. **Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm> Acesso em: 05 de dezembro de 2019.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 23 de outubro de 2018.
- BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. **Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 01 de novembro de 2019.
- BELLIATO, Moacir da Costa. **O Colégio Nossa Senhora da Glória e o processo de escolarização no município de Francisco Beltrão – PR (1951 – 1982)**. Dissertação de Mestrado, Francisco Beltrão, 2017.
- CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **Notas sobre as definições das fronteiras pátrias entre Brasil e Argentina**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

- CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação primária do Brasil imperial**: a legislação geral e complementar referente à corte entre 1827 e 1889. Francisco Beltrão; Uniãoeste; Campinas: Navegando Publicações, 2013.
- CATTELAN, Carla. **Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981**: a escola multisseriada. Dissertação de Mestrado, Francisco Beltrão, 2014.
- COLÉGIO ESTADUAL MARIO DE ANDRADE. **Planejamento Prévio do 1º complexo de Francisco Beltrão** – Construção Coletiva, 1973.
- COOPERATIVA MISTA FRANCISCO BELTRÃO LTDA. **Relatório de Atividades 1979, balanço geral 1979 e plano de ação 1980**. Francisco Beltrão, 1980.
- FIOD, Edna Garcia Maciel. **Ensino de 2º grau, hoje: a reafirmação do óbvio**. Perspectiva.; r. CED, Florianópolis, 1(1), 85-98 Ago./dez. 1983.
- FLORES, Edson Luiz. **Industrialização e desenvolvimento do Sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado, Francisco Beltrão, 2009.
- FRANCISCO BELTRÃO. **História e Geografia de Francisco Beltrão: educando com o coração**. / Francisco Beltrão: Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 2º ed., 2007.
- FRANCISCO BELTRÃO. **Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de ensino de Francisco Beltrão – PR** – Construção Coletiva, 2012.
- FREITAS, S. M. de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1990.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GROFF, Iliane Bavaresco; ZANCANELLA, Yolanda. **História da Educação no Sudoeste do Paraná**: Espaço de lutas e contradições. In: III Conedu - Congresso Nacional de Educação. 2016, s/p.
- IPARDES. **Sudoeste Paranaense**: Especificidades e diversidades. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaenseespecificidades%20e%20diversidades.pdf>> Acesso em: 23 de abril de 2019.
- JORNAL DO GLÓRIA. **Edição especial 60 anos**. Outubro de 2011. Francisco Beltrão, 2011.
- KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná**: História de bravura, trabalho e fé. Curitiba: Gráfica Posigraf, 2004.
- LACERDA, Jorge Baleeiro de. **Os Dez Sudoestes II**: Poranduba Sudoestina. Francisco Beltrão - PR: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2018.
- LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense**. 3º Ed. Francisco Beltrão: Grafit – Gráfica e Editora LTDA, 1998.
- LAZIER, Hermógenes. Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso. **Revista Jubileu de Prata** - Francisco Beltrão Edição Histórica. Francisco Beltrão - PR: Editora Folha do Sudoeste LTDA, 1977, 19 – 25.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985)**. Disponível em: < <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia01/texto01.pdf/>> Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. **Da LDB 4.024/61 ao Debate Contemporâneo sobre as Bases Curriculares Nacionais**. Revista e Currículum, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1480 – 1511, out/dez 2014.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos**. Historiae, Rio Grande do Sul, 2 (1), p. 95 – 108, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5º Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NOVAES, Marilda Aparecida. **Educação Profissional e Ensino Médio: Separação Versus Integração**. 2010. 52 f Monografia (Conclusão de Curso em Pedagogia) – UEL - Universidade Estadual de Londrina, Londrina – 2010.

OLIVERIA, Denilson. **Ensino médio já passou por três grandes reformas desde Getúlio Vargas**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/09/1916668-ensino-medio-ja-passou-por-tres-grandes-reformas-desde-getulio-vargas.shtml> Acesso em: 15 de abril de 2020.

ORTOLAN, Adriana Aparecida. **Aspectos da construção histórica do Sudoeste do Paraná e da cidade de Francisco Beltrão**. Revista Faz Ciência, v.9, n.9, jun/jul de 2007, p. 11- 33.

PARANÁ. **Colégio Estadual Beatriz Biavatti**. Disponível em: <http://www.fnbbeatrizbiavatti.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1> Acesso em: 10 de Janeiro de 2020.

PARANÁ. **Colégio Estadual Dr. Eduardo Virmond Suplicy – Projeto Político Pedagógico** – Construção Coletiva, 2017.

PARANÁ. **Colégio Estadual Mario de Andrade - Projeto Político Pedagógico** – Construção Coletiva, 2017.

PARANÁ. **Lei Nº. 4978 de 05 de dezembro de 1964**. Estabelece o Sistema Estadual de Ensino. Disponível em: < <http://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-4978-1964-parana-estabelece-o-sistema-estadual-de-ensino>> Acesso em: 15 de Julho de 2019.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação, **Revista Critéria**. Curitiba: CEE, n.1 e 2, 1965.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação, **Revista Critéria**. Curitiba: CEE, n.3, 1966.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação, **Revista Critéria**. Curitiba: CEE, n.10, 1969.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação, **Revista Critéria**. Curitiba: CEE, n.15, 1972.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação, **Revista Critéria**. Curitiba: CEE, n.25, 1977.

PARANÁ. Comarca de Francisco Beltrão. **Processo–crime número 445 de 1975**. Francisco Beltrão: Arquivo da biblioteca do Fórum.

PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Angelo. **O Ensino de História durante a ditadura militar.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/956-4.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2020.

QUEIRÓS, Vanessa. **A lei nº 5692/71 e o ensino de 1º grau: Concepções e Representações.** In: XI Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, de 23 a 26 de setembro de 2013, p. 21027 – 21043.

RAGAGNIM, Luciana. **Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná: uma vitória do povo.** Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/11/verolta-dos-posseiros-no-sudoeste-do-parana-uma-vitoria-do-povo/> > Acesso em: 15 de abril de 2020.

REVISTA COLÉGIO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA 50 ANOS. **Galeria dos Diretores.** Francisco Beltrão, 2002.

RIZZARDA, Angélica Dalla. A “Marcha para o Oeste” do Governo Vargas no Sudoeste do Paraná. In: SILVA, Cleverton Luiz da et. all. **História Regional: Olhares e Perspectivas.** Francisco Beltrão - PR: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2018, p. 89 – 108.

RODRIGUES, Eduardo Rodrigues. **Ensino noturno de 2º grau: O Fracasso da escola ou a escola do fracasso?** Revista Educação e Realidade. 20 (1), jan/jun, 1995, p. 49 -72.

SAVIANI, Dermeval. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Orgs). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica.** Campinas: Alínea, 2013, p. 13 – 31.

SEVERGNINI, Alisson Fernando; CASTANHA, André Paulo. **A implantação dos Colégios estaduais em Francisco Beltrão no contexto do regime militar.** Anais do III Seminário Internacional de educação e XXIII Semana Acadêmica do Curso de Pedagogia Educação e Conhecimento Científico: Construção e resistência, Francisco Beltrão, 2019, p. 641 – 659.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner; CASTANHA, André Paulo. **A Pesquisa em História da Educação no Sudoeste do Paraná: Análise e Perspectiva.** Revista de História e Historiografia da Educação, v.2, n.4, jan/abr de 2018, p. 189 – 213.

SILVA, Deonísio da. **Orelhas de Aluguel.** Rio de Janeiro – RJ: Editora Guanabara, 1988.

SILVA, Deonísio da. **Era uma vez no Sudoeste.** Disponível em: <<http://www.bpp.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=360>> Acesso em: 16-04-2019.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da. et.all.. **Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente.** In: Anais IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, p. 4554-4566.

SILVA, Walter Guedes. **A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: Uma análise a**

partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943. Revista do departamento de Geografia - USP, 2016, p. 26 – 42.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e colonização.** Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

RELATOS ORAIS E MANUSCRITOS

CIOLA, Jackson Alano. **Entrevista concedida a Alisson Fernando Severgnini,** dia 23 de abril de 2019.

FERREIRA, Neide Maria. **Entrevista concedida a Alisson Fernando Severgnini,** dia 07 de agosto de 2018.

NETO, Elaine Schmidt. **Entrevista concedida a Alisson Fernando Severgnini,** dia 06 de janeiro de 2020.

NETO, Valtrudes Silveira. **Entrevista concedida a Alisson Fernando Severgnini,** dia 06 de janeiro de 2020.

SCHIESSL, Danilo Oscar. **Entrevista concedida a Alisson Fernando Severgnini,** dia 15 de maio de 2018.

SILVA, Deonísio da. **Entrevista concedida a Alisson Fernando Severgnini,** dia 23 de abril de 2019.